

## Agricultura a tempo parcial e agricultores pluriactivos no Noroeste de Portugal\*

Heide r Marques

*"Já quase ninguém quer trabalhar a terra", ouvia-se frequentemente no decorrer das décadas de 60 e 70, à medida que a emigração diminuía a oferta do trabalho à jorna e o número de caseiros minguava. Depois, a partir dos anos 80, outros ditos vão substituindo o anterior: "a agricultura não dá para viver" ou "já poucos lavradores vivem só da agricultura".*

Na segunda metade deste século, e sobretudo a partir dos anos sessenta, a ruralidade Noroestina<sup>1</sup> sofreu importantes transformações na sua estruturação territorial. Uma das mais significativas é, sem dúvida, o importante decréscimo do sector agrícola e o crescente peso relativo dos sectores secundário e terciário, conduzindo a um recentramento da ruralidade, cada vez menos agrícola. Esta tendência para o abandono da agricultura, que se manifesta de forma clara pelo menos desde o início do ciclo emigratório europeu, tem-se mantido nos últimos anos, dado que a diminuição da população residente nas áreas periféricas de matriz rural mais acentuada - que desde 60 se encontram em perda - tem sido sempre inferior à registada na população agrícola familiar.

Na década de 80, para o conjunto do Noroeste de Portugal, enquanto a população residente registou um acréscimo de 4.3%, a população agrícola familiar e o número de explorações agrícolas teriam diminuído em mais de 1/3 (quadros 1 e 2). Esta acentuada quebra, mesmo que não atinja, na

---

Este artigo é uma versão preliminar de parte da tese de doutoramento, em preparação, a apresentar à FLUP. A investigação em curso é subordinada à temática «Ruralidade e modernidade no Noroeste de Portugal» e decorre sob a orientação do Prof. Doutor J. M. Pereira de Oliveira.

-\*■ O território que, indistintamente, passaremos a designar por Noroeste ou Entre-Douro e Minho, sobre o qual incidirá a análise mais pormenorizada, abrange os Municípios que constituem as NUTs III Minho-Lima, Cávado, Ave, Grande Porto, Tâmega e Entre Douro e Vouga. Uma das razões, ainda que não a única, porque optamos por esta definição espacial prende-se com o facto dela coincidir com a Região Agrária de Entre-Douro e Minho

Quadro 1 — População residente e população agrícola familiar, por concelhos, no Noroeste de Portugal Continental (1981/91 e 1979/89)

Núts	População Residente			População Agrícola Familiar			Pop. Agric. Pop.	Fam. na Res.
	1981	1991	Var. %	1979	1989	Var. %	79 em 81 %	89 em 91 %
E. Douro e Minho	<b>2876051</b>	<b>2998779</b>	4.3	<b>791400</b>	<b>466783</b>	-41.0	27.5	15.6
<b>Minho Lima (NTJT III)</b>	<b>256814</b>	<b>250059</b>	-2.6	<b>161845</b>	<b>108018</b>	-33.3	63.0	43.2
Arcos de Valdevez	31156	26976	-13.4	25790	15182	-41.1	82.8	56.3
Caminha	15883	16207	2.0	8255	4428	-46.4	52.0	27.3
Melgaco	13246	11018	-16.8	11610	8210	-29.3	87.6	74.5
Monção	23799	21799	-8.4	17140	12467	-27.3	72.0	57.2
Paredes de Coura	11311	10442	-7.7	9294	6819	-26.6	82.2	65.3
Ponte da Barca	13999	13142	-6.1	11086	6714	-39.4	79.2	51.1
Ponte de Lima	43797	43421	-0.9	31722	24488	-22.8	72.4	56.4
Valença	13948	14815	6.2	7507	4806	-36.0	53.8	32.4
Viana do Castelo	81009	83095	2.6	32516	21384	-34.2	40.1	25.7
V. N. de Cerveira	8666	9144	5.5	6925	3520	-49.2	79.9	38.5
Cávado <NUT III>	328938	<b>353267</b>	7.4	120527	<b>81869</b>	<b>-32.1</b>	<b>36.6</b>	23.2
Amares	16478	16715	1.4	9114	6100	-33.1	55.3	36.5
Barcelos	103773	111733	7.7	44454	30834	-30.6	42.8	27.6
Braga	125472	141256	12.6	18961	11910	-37.2	15.1	8.4
Esposende	28652	30101	5.1	14895	11145	-25.2	52.0	37.0
Terras de Bouro	10131	9406	-7.2	6403	4486	-29.9	63.2	47.7
Vila Verde	44432	44056	-0.8	26700	17394	-34.9	60.1	39.5
Ave (NOT III) •	431800	459673	6.5	119068	<del>772*7</del>	<b>-47.6</b>	27.6	13.6
Fafe	45828	47862	4.4	18633	11104	-40.4	40.7	23.2
Guimarães	146959	157589	7.2	26460	17368	-34.4	18.0	11.0
Póvoa de Lanhoso	21097	21516	2.0	14856	7878	-47.0	70.4	36.6
Santo Tirso	93482	102593	9.7	22814	7408	-67.5	24.4	7.2
Vieira do Minho	17931	15775	-12.0	10769	7600	-29.4	60.1	48.2
V. N. de Famalicão	106508	114338	7.4	25536	11003	-56.9	24.0	9.6
Grande Porto (NOT III)	1117020	1167800	4.5	70299	<b>34722</b>	-50.6	6.3	<b>3.0</b>
Espinho	32409	34956	7.9	5634	299	-94.7	17.4	0.9
Gondomar	130751	143178	9.5	11615	5497	-52.7	8.9	3.8
Maia	81679	93151	14.0	3909	3066	-21.6	4.8	3.3
Matosinhos	136498	151682	11.1	3084	1910	-38.1	2.3	1.3
Porto	327368	302472	-7.6	a)	a)	a)	a)	a)
Póvoa de Varzim	54248	54788	1.0	13465	9119	-32.3	24.8	16.6
Valongo	64234	74172	15.5	2938	2511	-14.5	4.6	3.4
Vila do Conde	64402	64836	0.7	10821	6395	-40.9	16.8	9.9
Vila Nova de Gaia	226331	248565	9.8	18833	5925	-68.5	8.3	2.4
Tâmega (NOT III)	<b>503663</b>	<b>515610</b>	2.4	<b>234501</b>	142006	-39.4	46.6	<b>27.5</b>
Amarante	54159	56092	3.6	21748	15246	-29.9	40.2	27.2
Baião	24438	22456	-8.1	15512	10899	-29.7	63.5	48.5
Cabeceiras de Basto	18997	16368	-13.8	12934	8612	-33.4	68.1	52.6
Castelo de Paiva	17026	16515	-3.0	8890	4896	-44.9	52.2	29.6
Celorico de Basto	22671	21477	-5.3	16305	11235	-31.1	71.9	52.3
Cimfaes	25619	23489	-8.3	16096	11503	-28.5	0.0	49.0
Felgueiras	48015	51248	6.7	15724	9526	-39.4	32.7	18.6
Lousada	37904	42502	12.1	14919	6582	-55.9	39.4	15.5
Marco de Canaveses	46131	48133	4.3	27368	13065	-52.3	59.3	27.1
Mondim de Basto	9904	9518	-3.9	5197	4786	-7.9	0.0	50.3
Pacos de Ferreira	40687	44190	8.6	10781	5424	-49.7	26.5	12.3
Paredes	67693	72999	7.8	19186	11175	-41.8	28.3	15.3
Penafiel	64267	68444	6.5	31563	15621	-50.5	49.1	22.8
Resende	15356	13675	-10.9	10641	8056	-24.3	0.0	58.9
Ribeira de Pena	10796	8504	-21.2	7637	5380	-29.6	0.0	63.3
E. Douro e Vouga (NUTIII)	<b>236916</b>	<b>252370</b>	6.5	<b>85160</b>	<b>37807</b>	<b>-55.6</b>	<b>35.9</b>	<b>15.0</b>
Arouca	23896	23894	0.0	17009	11725	-31.1	71.2	49.1
Feira	109531	118641	8.3	33840	8557	-74.7	30.9	7.2
Oliveira de Azeméis	62821	66846	6.4	20688	8284	-60.0	32.9	12.4
S. João da Madeira	16444	18452	12.2	405	137	-66.2	2.5	0.7
Vale de Cambra	24224	24537	1.3	13218	9104	-31.1	54.6	37.1

FONTE: RGP 81, Censos 91, R. A. C. 1979, R. G. A. 1989, INE.

a) Sem iníormação.

Quadro 2 — Explorações agrícolas, por concelho, no Noroeste de Portugal Continental (1979/89)

Nut's	Explorações Agrícolas							
	Nº			Área (ha)			Área média (ha)	
	1979	1989	Var. %	1979	1989	Var. %	1979	1989
<b>E. Douro e Minho</b>	<b>185692</b>	<b>111505</b>	<b>-40,0</b>	<b>440359</b>	<b>464128</b>	<b>5,4</b>	<b>2,4</b>	<b>4,2</b>
<b>Minho Lima (NUT III)</b>	<b>41911</b>	<b>28649</b>	<b>-31,6</b>	<b>118168</b>	<b>117904</b>	<b>-0,2</b>	<b>2,8</b>	<b>4,1</b>
Arcos de Valdevez	7515	4559	-39,3	19550	12957	-33,7	2,6	2,8
Caminha	2247	1131	-49,7	5774	5159	-10,7	2,6	4,6
Melgaço	3197	2526	-21,0	16066	21609	34,5	5,0	8,6
Monção	4868	3687	-24,3	11349	15249	34,4	2,3	4,1
Paredes de Coura	2468	1961	-20,5	8299	9798	18,1	3,4	5,0
Ponte da Barca	2902	1713	-41,0	5758	8137	41,3	2,0	4,8
Ponte de Lima	7267	5771	-20,6	21436	19932	-7,0	2,9	3,5
Valença	2239	1349	-39,7	5832	4846	-16,9	2,6	3,6
Viana do Castelo	7246	4934	-31,9	15911	15858	-0,3	2,2	3,2
V. N. de Cerveira	1962	1018	-48,1	8193	4359	-46,8	4,2	4,3
<b>Cávado (NUT III)</b>	<b>26430</b>	<b>18039</b>	<b>-31,7</b>	<b>56212</b>	<b>67407</b>	<b>19,9</b>	<b>2,1</b>	<b>3,7</b>
Amares	2248	1509	-32,9	2954	5777	95,6	1,3	3,8
Barcelos	9249	6524	-29,5	25462	23717	-6,9	2,8	3,6
Braga	3899	2408	-38,2	10484	10484	0,0	2,7	4,4
Esposende	3140	2391	-23,9	5142	5626	9,4	1,6	2,4
Terras de Bouro	1545	1123	-27,3	3414	7284	113,4	2,2	6,5
Vila Verde	6349	4084	-35,7	8756	14519	65,8	1,4	3,6
<b>Ave (NUT III)</b>	<b>26917</b>	<b>14540</b>	<b>-46,0</b>	<b>56524</b>	<b>74414</b>	<b>31,7</b>	<b>2,1</b>	<b>5,1</b>
Fafe	4295	2814	-34,5	10290	13566	31,8	2,4	4,8
Guimarães	4889	3510	-28,2	12647	15609	23,4	2,6	4,4
Póvoa de Lanhoso	4434	1871	-57,8	6226	8810	41,5	1,4	4,7
Santo Tirso	4979	1822	-63,4	9650	9970	3,3	1,9	5,5
Vieira do Minho	2821	1953	-30,8	5418	14552	168,6	1,9	7,5
V. N. de Famalicão	5499	2570	-53,3	12293	11907	-3,1	2,2	4,6
<b>Grande Porto (NUT III)</b>	<b>16025</b>	<b>7963</b>	<b>-50,3</b>	<b>36665</b>	<b>32998</b>	<b>-10,0</b>	<b>2,3</b>	<b>4,1</b>
Espinho	1388	74	-94,7	968	116	-88,0	0,7	1,6
Gondomar	2596	1295	-50,1	5857	5321	-9,2	2,3	4,1
Maia	905	729	-19,4	4058	3747	-7,7	4,5	5,1
Matosinhos	725	469	-35,3	2209	2172	-1,7	3,0	4,6
Porto	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)
Póvoa de Varzim	3073	1978	-35,6	4879	4900	0,4	1,6	2,5
Valongo	591	559	-5,4	2217	3071	38,5	3,8	5,5
Vila do Conde	2440	1434	-41,2	10444	9516	-8,9	4,3	6,6
Vila Nova de Gaia	4307	1425	-66,9	6033	4155	-31,1	1,4	2,9
<b>Tâmega (NUT III)</b>	<b>53887</b>	<b>33413</b>	<b>-38,0</b>	<b>134391</b>	<b>142414</b>	<b>6,0</b>	<b>2,5</b>	<b>4,3</b>
Amarante	5181	3594	-30,6	14910	15748	5,6	2,9	4,4
Baião	4351	2875	-33,9	6656	11112	66,9	1,5	3,9
Cabeceiras de Basto	3062	2149	-29,8	8312	17357	108,8	2,7	8,1
Castelo de Paiva	2091	1124	-46,2	5887	3705	-37,1	2,8	3,3
Celorico de Basto	3777	2723	-27,9	8803	10033	14,0	2,3	3,7
Cinfães	4253	3064	-28,0	9172	9649	5,2	2,2	3,1
Felgueiras	3538	2182	-38,3	12510	7346	-41,3	3,5	3,4
Lousada	3067	1405	-54,2	4511	5868	30,1	1,5	4,2
Marco de Canaveses	6805	2790	-59,0	9814	10463	6,6	1,4	3,8
Mondim de Basto	1093	1099	0,5	12524	7850	-37,3	11,5	7,1
Paços de Ferreira	2138	1206	-43,6	3003	3627	20,8	1,4	3,0
Paredes	3648	2311	-36,7	6317	15140	139,7	1,7	6,6
Penafiel	6258	3245	-48,1	10621	11358	6,9	1,7	3,5
Resende	2816	2182	-22,5	5359	8070	50,6	1,9	3,7
Ribeira de Pena	1809	1464	-19,1	15992	5087	-68,2	8,8	3,5
<b>E. Douro e Vouga (NUT III)</b>	<b>20522</b>	<b>8901</b>	<b>-56,6</b>	<b>38399</b>	<b>28991</b>	<b>-24,5</b>	<b>1,9</b>	<b>3,3</b>
Arouca	4056	2565	-36,8	15878	11150	-29,8	3,9	4,3
Feira	7791	1947	-75,0	7402	4783	-35,4	1,0	2,5
Oliveira de Azeméis	5132	2056	-59,9	8312	5224	-37,2	1,6	2,5
S. João da Madeira	86	33	-61,6	137	67	-51,1	1,6	2,0
Vale de Cambra	3457	2300	-33,5	6670	7767	16,4	1,9	3,4

FONTE: INE — R. A. C. 1979, R. G. A. 1989.

a) Sem informação

realidade, valores tão elevados<sup>2</sup> é, no entanto, significativa. Bastará, para o corroborar, ter em conta que, sensivelmente no mesmo período, o peso relativo e valor absoluto da população activa agrícola passaram de 14.8% (165043), em 81, para 7.0% (93428) em 91 (quadro 3, figura 1). Embora a crescente importância relativa do carácter essencialmente familiar do trabalho agrícola vincule ao sector um número bem mais elevado da população, já que, da população agrícola familiar com mais de 12 anos, 85.7%, ou seja, 344588 pessoas exercem uma actividade a tempo parcial ou pleno na exploração agrícola (quadro 3, figura 2), é inegável a crescente subalternidade da agricultura no contributo para o rendimento global das famílias.

Na Área Metropolitana do Porto e na coroa industrializada que lhe é contígua, a actividade agrícola, à excepção de alguns nódulos é, no conjunto da actividade económica, praticamente residual e até nas áreas mais excêntricas do NO - que ainda mantêm uma população activa agrícola próxima dos 50% e cuja população agrícola familiar ultrapassa mais de metade da população residente - os rendimentos provenientes da exploração tendem a diminuir na globalidade dos rendimentos da família. Nuns casos porque o envelhecimento populacional se compaginou com o crescente peso das pensões e reformas, noutros porque o exercício de outras actividades remuneradas, exteriores à exploração agrícola, restringem cada vez mais a relação com a "terra" apenas ao espaço físico de residência, sobretudo no caso dos mais jovens em rápida trajectória para a proletarianização.

O plurirrendimento adquiriu, nos últimos anos, uma magnitude provavelmente nunca antes atingida. Em 89, apenas 12.2% das famílias

---

As perdas são generalizadas, mas as relativamente mais significativas, em qualquer dos casos, ocorrem em espaços onde são maiores os acréscimos populacionais, ou seja, na Área Metropolitana do Porto e nos municípios industrializados que lhe são periféricos, justamente onde o RAC de 79 recenseou um maior número de pequenas e muito pequenas explorações. Uma boa parte delas deixam de constar no RGA de 89, porque simplesmente desapareceram, como resultado, entre outros factores, do incremento da urbanização difusa, ou ainda, o que constituirá concerteza a maioria dos casos, porque não foram contabilizadas por não atingirem os valores mínimos de área (1 ha de SAU) ou produto, face ao critério mais restritivo utilizado pelo RGA de 89.

É evidente que desapareceram algumas explorações agrícolas marginais e/ou que não encontraram sucessor - o que tende a agravar-se na década de 90 - mas tal fenómeno não pode ser visto linearmente a partir da simples comparação entre o RAC de 79 e o RGA de 89, nem tem a amplitude que aparenta.

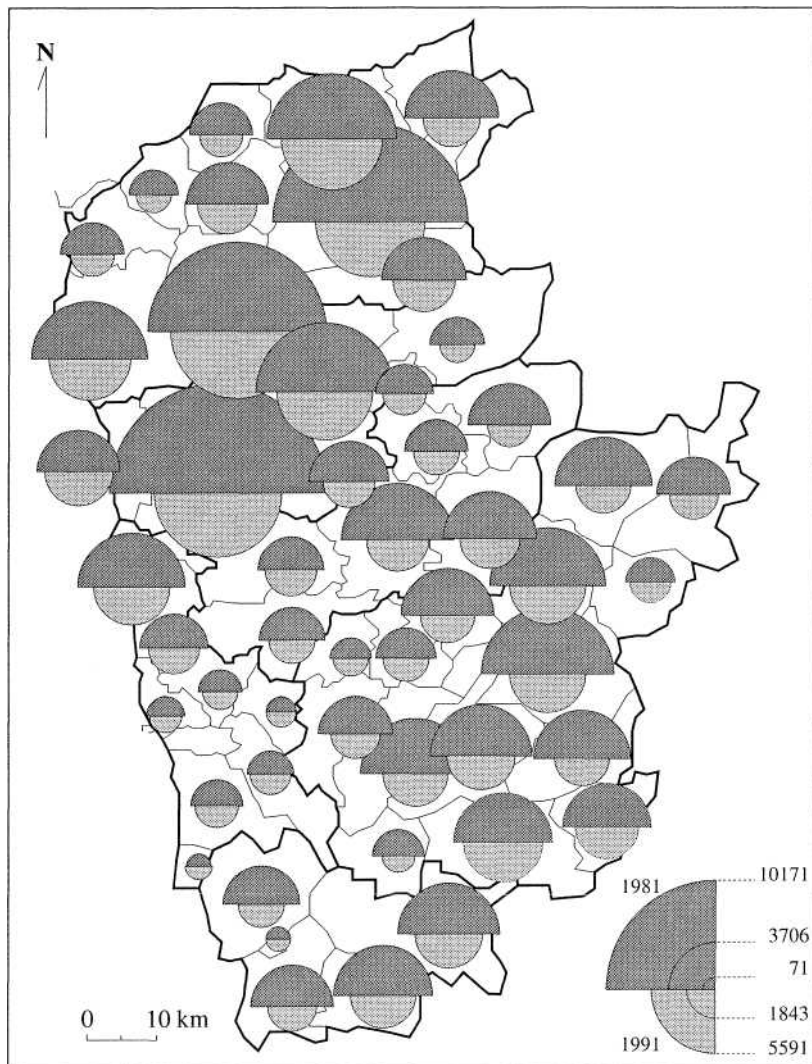
Todavia, a alteração dos critérios não se fica apenas pela definição de exploração agrícola. No que toca às áreas, verifica-se que esta passa de 440359 em 79 para 464128, ou seja aumenta cerca de 5%. Tal só é possível porque as muito pequenas explorações tinham um peso diminuto na área total, mas sobretudo porque foram, em 89, contabilizadas as pastagens pobres, o que levou a um claro aumento das áreas, como é o caso dos territórios serranos, onde isso é mais evidente. Não lhe será estranho o facto do REG (CEE) 797-85 prescrever no que toca ao pagamento de indemnizações compensatórias "*sempre que as explorações agrícolas recorram a baldios para a alimentação do seu efectivo pecuário, a área destes será considerada, proporcionalmente ao número de cabeças que os utilizem, para determinação da superfície agrícola útil das explorações em causa*" (Dec. Lei n- 79 - A/87, Art. 43-, n- 3). Tome-se Melgaço como exemplo: a área total aumentou 34.5% e aproximou-se da área total do concelho.

Quadro 3 — População agrícola familiar com actividade na exploração (1979/89) e população activa agrícola (1981/91), por concelho, no NO de Portugal Continental

Núts	População Agrícola familiar c/>12 anos						Pop. Activa 1981			Pop. Activa 1991			
	1979			1989			Total	Agric.	Ag./T	Total	Agric.	Ag./T %	
	Total	Ac.Exp.	%	Total	Ac.Exp.	%							
F. Douro e Minho	627036	494178	78,8	401922	344588	85,	111145	165043	14,8	1342535	93428	7,0	
Miilho Lima		113434	88,8		51152	56,	S7SS3		45,0		26S&2	27,5	
Arcos de Valdevez	21133	18245	86,3	13341	11634	87,	13054	9172	70,3	9133	4655	51,0	
Caminha	6925	5558	80,3	3834	3288	85,	6448	2144	33,3	6149	1044	17,0	
Melgaço	10041	7335	73,1	7522	6715	89,3	5499	3706	67,4	3605	1843	51,1	
Monção	14484	12783	88,3	11121	9512	85,5	9707	5562	57,3	9011	4124	45,8	
Paredes de Coura	7576	5886	77,7	5882	5156	87,	4702	3247	69,1	4298	2011	46,8	
Ponte da Barca	8601	7293	84,8	5705	5273	92,	5207	3344	64,2	4818	2109	43,8	
Ponte de Lima	24363	21699	89,1	20633	17934	86,	15517	8334	53,7	17224	5917	34,4	
Valença	6420	5693	88,7	4296	3725	86,	5540	2204	39,8	5562	1044	18,8	
Viana do Castelo	26814	20935	78,1	18826	15256	81,	28957	4920	17,0	33947	3214	9,5	
V. N. de Cerveira	5764	5007	86,9	3066	2639	86,1	3222	1449	45,0	3280	731	22,3	
Cávado			MS		60114				MA	15444^			
Amares	7510	6719	89,5	5242	4466	85,	5397	1829	33,9	5953	1055	17,7	
Barcelos	34306	28966	84,4	26362	23327	88,	39742	10171	25,6	51467	5591	10,9	
Braga	15364	13273	86,4	10309	8642	83,	48299	2952	6,1	64057	1621	2,5	
Esposende	11694	9735	83,2	9515	8471	89,	10470	3121	29,8	14082	2432	17,3	
Terras de Bouro	4977	4093	82,2	3823	3302	86,	3092	1686	54,5	2738	700	25,6	
Vila Verde	20430	16952	83,0	14591	12506	85,	15058	6006	39,9	16151	3891	24,1	
Ave		178					\$4	1\$141\$		10,2		4-1	
Fafe	14472	11591	80,1	9676	8594	88,	17165	3797	22,1	21002	1956	9,3	
Guimarães	19978	15609	78,1	14900	12120	81,3	63853	4734	7,4	79164	2167	2,7	
Póvoa de Lanhoso	11827	9407	79,5	6592	5566	84,	7072	2115	29,9	7920	1259	15,9	
Santo Tirso	18741	13501	72,0	6371	5102	80,1	42609	2279	5,3	51889	1305	2,5	
Vieira do Minho	8520	7169	84,1	6511	5326	81,	6533	3219	49,3	4609	1031	22,4	
V. N. de Famalicão	20441	15605	76,3	9908	9051	91,	44183	2353	5,3	57367	1486	2,6	
Grande Porto	S7717	41814	72,4	30777	£3\$G9	77,	450\$15		3,7	£37614	\$47\$	1,8	
Espinho	4703	3410	72,5	274	250	91,2	12793	89	0,7	15897	117	0,7	
Gondomar	9676	6937	71,7	4921	4022	81,	52327	1206	2,3	65578	838	1,3	
Maia	3305	2573	77,9	2740	2153	78,6	35968	1068	3,0	45152	745	1,6	
Matosinhos	2657	1901	71,5	1709	1381	80,	59142	803	1,4	70762	579	0,8	
Porto	a)	a)	—	a)	a)	—	139944	389	0,3	133665	316	0,2	
Póvoa de Varzim	10133	7465	73,7	7522	5637	74,9	21514	4441	20,6	24993	2843	11,4	
Valongo	2370	1917	80,9	2239	1893	84,5	26353	468	1,8	34598	353	1,0	
Vila do Conde	9004	7027	78,0	5608	4272	76,2	26458	2439	9,2	31021	1623	5,2	
Vila Nova de Gaia	15869	10584	66,7	5364	4301	80,2	94109	1554	1,7	115948	1065	0,9	
Tâmega	17981,2	13&G71	75,5	120346	1#4\$8	87,1	15GS01	49929	83,8	21178	26459	12,5	
Amarante	16895	12780	75,6	12803	11400	89,	18396	5751	31,3	20630	2779	13,5	
Baião	12463	10185	81,7	9424	8553	90,8	8664	3883	44,8	7505	1707	22,7	
Cabeceiras de Basto	9772	8624	88,3	7240	6475	89,4	6837	3949	57,8	5178	1667	32,2	
Castelo de Paiva	6835	5603	82,0	4171	3633	87,1	5360	1554	29,0	5818	522	9,0	
Celorico de Basto	12154	8418	69,3	9118	8109	88,	7884	4870	61,8	7652	2877	37,6	
Cinfães	12662	10412	82,2	9843	8917	90,	8325	4122	49,5	8318	2972	35,7	
Felgueiras	12163	9319	76,6	8021	6726	83,	19879	3724	18,7	24512	1655	6,8	
Lousada	11261	8820	78,3	5637	4718	83,7	13710	2000	14,6	20321	1160	5,7	
Marco de Canaveses	20818	14176	68,1	11100	9704	87,	15245	4244	27,8	19160	2404	12,5	
Mondim de Basto	3690	3258	88,3	3957	3658	92,4	2775	1501	54,1	2645	988	37,4	
Paços de Ferreira	8465	5969	70,5	4824	3998	82,	15213	1018	6,7	21822	626	2,9	
Paredes	14591	10152	69,6	9671	8001	82,	22996	2639	11,5	31945	1317	4,1	
Penafiel	23314	16734	71,8	13228	10956	82,	21677	4529	20,9	28676	2303	8,0	
Resende	8313	6391	76,9	6747	5898	87,	4903	3430	70,0	4416	2063	46,7	
Ribeira de Pena	5916	5230	88,4	4562	4092	89,	4079	2715	66,6	2527	1419	56,2	
R. Bourne e Vozes		583530	ni&				£8,		14318	13,8		7301	£4
Arouca	13171	10427	79,2	9751	8595	88,	8320	4148	49,9	9290	2456	26,4	
Feira	28200	19835	70,3	7607	6054	79,6	47250	2817	6,0	57117	1246	2,2	
Oliveira de Azeméis	17141	13900	81,1	7396	6445	87,1	29145	3189	10,9	33260	1365	4,1	
S. João da Madeira	339	283	83,5	125	104	83,	7834	71	0,9	9441	31	0,3	
Vale de Cambra	10775	8794	81,6	7934	7038	88,	11266	4088	36,3	11262	2206	19,6	

Fonte: INE — RAC 79; RGA 89; RGP 81; Censos 91.

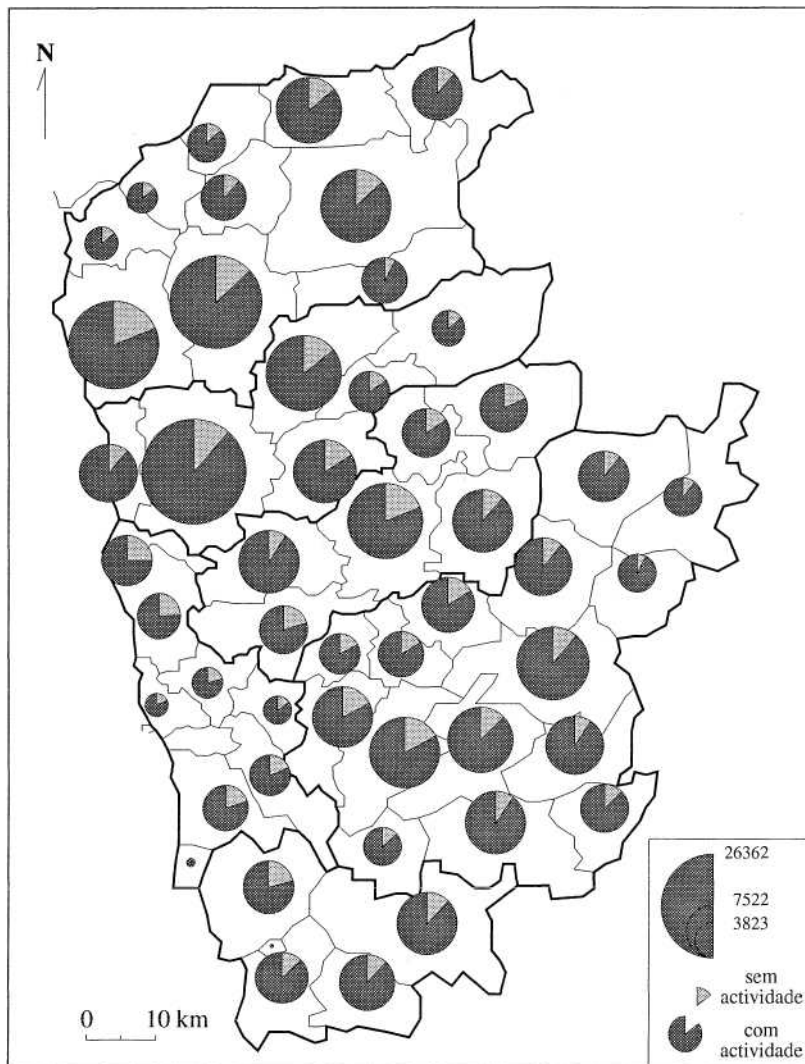
a) Sem informação



Fonte: INE — RGP 81; Censos 91

**Figura 1 — População activa agrícola (1981-1991), por concelho, no Noroeste de Portugal Continental**

agrícolas dispunha de rendimentos com origem exclusiva na exploração, enquanto que em mais de metade dos casos (53.7%) a principal fonte de rendimento era proveniente principalmente de outras origens. Parte destes rendimentos exteriores à exploração são, ainda assim, resultantes de altos índices de pluriactividade. Das cerca de quatrocentas mil pessoas que constituem a população agrícola familiar com mais de 12 anos, 1/3 exerce



Fonte: INE — RGA 89

**Figura 2 — População Agrícola familiar > de 12 anos, com e sem actividade na exploração agrícola, por concelho, no Noroeste de Portugal Continental (1989)**

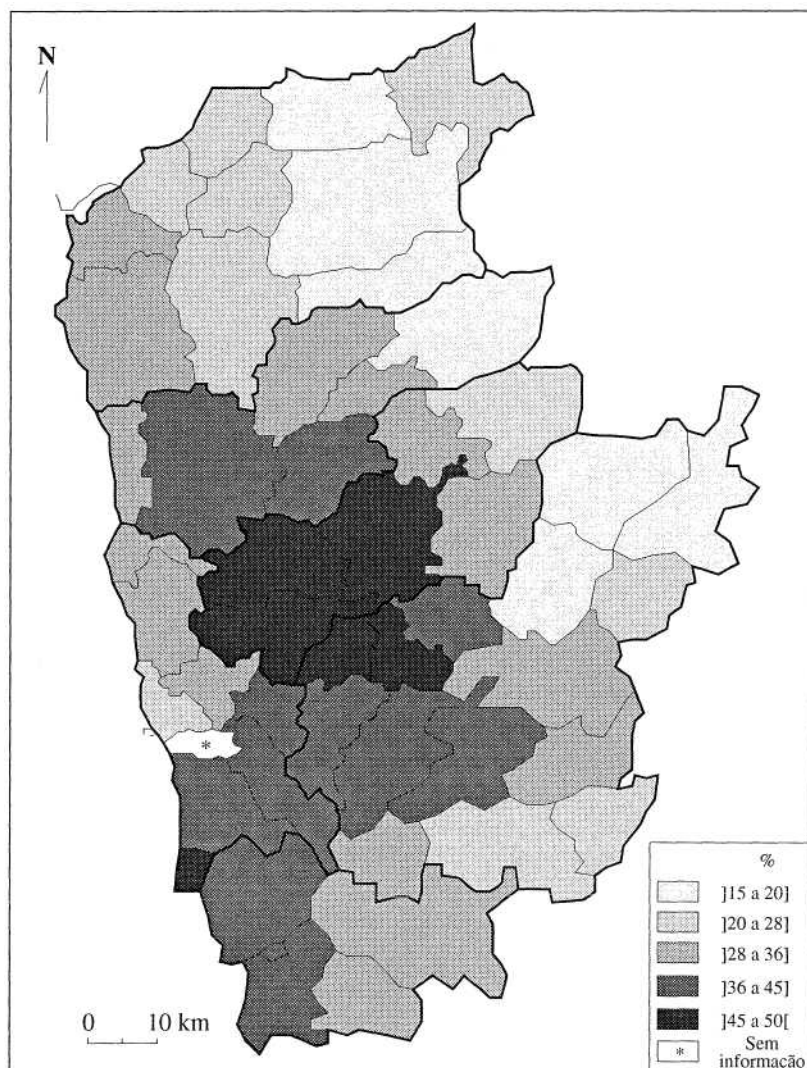
uma actividade remunerada exterior à exploração e, destas, mais de 80% acumulam-na com trabalho na exploração agrícola (quadro 4, figura 3). O sector secundário é o principal destino (53.9%), seguido-se o terciário com 39% e o primário com apenas 7.1%. Outro modo de aquilatar a dimensão da pluriactividade é verificar que por cada exploração agrícola 1.2 membros

Quadro 4 — População agrícola familiar com &gt; de 12 anos, segundo o sector de actividade exterior à exploração, por concelho, no Noroeste de Portugal Continental (1989)

Nut's	Pop. Agri. Fam. c/>12 anos			Sectores de Actividade					
	TOTAL	C/ act. fora expl.		Primário		Secundário		Terciário	
	nº	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
<b>E. Douro e Minho</b>	401922	132167	32,9	9390	7,1	71289	53,9	51488	39,0
<b>Minho Lima (NUT III)</b>	94226	23473	24,9	2096	8,9	10313	43,9	11064	47,1
Arcos de Valdevez	13341	2558	19,2	328	12,8	1155	45,2	1075	42,0
Caminha	3834	1194	31,1	137	11,5	466	39,0	591	49,5
Melgaço	7522	1520	20,2	31	2,0	237	15,6	1252	82,4
Monção	11121	2189	19,7	94	4,3	699	31,9	1396	63,8
Paredes de Coura	5882	1303	22,2	140	10,7	549	42,1	614	47,1
Ponte da Barca	5705	1009	17,7	116	11,5	393	38,9	500	49,6
Ponte de Lima	20633	5648	27,4	645	11,4	2760	48,9	2243	39,7
Valença	4296	1103	25,7	212	19,2	351	31,8	540	49,0
Viana do Castelo	18826	6161	32,7	305	5,0	3395	55,1	2461	39,9
V. N. de Cerveira	3066	788	25,7	88	11,2	308	39,1	392	49,7
<b>Cávado (NUT III)</b>	69842	24551	35,2	1366	5,6	12261	49,9	10924	44,5
Amares	5242	1585	30,2	162	10,2	668	42,1	755	47,6
Barcelos	26362	10125	38,4	404	4,0	5685	56,1	4036	39,9
Braga	10309	4364	42,3	257	5,9	2025	46,4	2082	47,7
Esposende	9515	3293	34,6	57	1,7	2256	68,5	980	29,8
Terras de Bouro	3823	733	19,2	43	5,9	188	25,6	502	68,5
Vila Verde	14591	4451	30,5	443	10,0	1439	32,3	2569	57,7
<b>Ave (NUT III)</b>	54318	21528	39,6	857	4,0	14700	68,3	5971	27,7
Fafe	9676	3154	32,6	146	4,6	2292	72,7	716	22,7
Guimarães	14900	7339	49,3	266	3,6	5659	77,1	1414	19,3
Póvoa de Lanhoso	6592	1990	30,2	157	7,9	941	47,3	892	44,8
Santo Tirso	6371	3011	47,3	68	2,3	2065	68,6	878	29,2
Vieira do Minho	6511	1369	21,0	69	5,0	529	38,6	771	56,3
V. N. de Famalicão	9908	4665	47,1	151	3,2	3214	68,9	1300	27,9
<b>Grande Porto (NUT III)</b>	30777	10404	33,8	417	4,0	5318	51,1	4669	44,9
Espinho	274	129	47,1	3	2,3	43	33,3	83	64,3
Gondomar	4921	1791	36,4	44	2,5	719	40,1	1028	57,4
Maia	2740	859	31,4	26	3,0	391	45,5	442	51,5
Matosinhos	1709	438	25,6	6	1,4	216	49,3	216	49,3
Póvoa de Varzim	7522	2320	30,8	215	9,3	1343	57,9	762	32,8
Valongo	2239	902	40,3	3	0,3	395	43,8	504	55,9
Vila do Conde	5608	1657	29,5	101	6,1	983	59,3	573	34,6
Vila Nova de Gaia	5364	2308	43,0	19	0,8	1228	53,2	1061	46,0
<b>Tâmega (NUT III)</b>	120346	40076	33,3	3858	9,6	21121	52,7	15097	37,7
Amarante	12803	4056	31,7	366	9,0	1968	48,5	1722	42,5
Baião	9424	2948	31,3	221	7,5	1349	45,8	1378	46,7
Cabeceiras de Basto	7240	1401	19,4	149	10,6	468	33,4	784	56,0
Castelo de Paiva	4171	1410	33,8	109	7,7	800	56,7	501	35,5
Celorico de Basto	9118	1774	19,5	183	10,3	950	53,6	641	36,1
Cinfães	9843	2337	23,7	500	21,4	998	42,7	839	35,9
Felgueiras	8021	3526	44,0	209	5,9	2615	74,2	702	19,9
Lousada	5637	2579	45,8	90	3,5	1834	71,1	655	25,4
Marco de Canaveses	11100	4393	39,6	327	7,4	2375	54,1	1691	38,5
Mondim de Basto	3957	954	24,1	222	23,3	258	27,0	474	49,7
Paços de Ferreira	4824	2395	49,6	47	2,0	1504	62,8	844	35,2
Paredes	9671	4057	42,0	103	2,5	2401	59,2	1553	38,3
Penafiel	13228	5725	43,3	376	6,6	3013	52,6	2336	40,8
Resende	6747	1826	27,1	824	45,1	381	20,9	621	34,0
Ribeira de Pena	4562	695	15,2	132	19,0	207	29,8	356	51,2
<b>E. Douro e Vouga (NUT III)</b>	32813	12135	37,0	796	6,6	7576	62,4	3763	31,0
Arouca	9751	3238	33,2	603	18,6	1324	40,9	1311	40,5
Feira	7607	3363	44,2	45	1,3	2366	70,4	952	28,3
Oliveira de Azeméis	7396	2967	40,1	49	1,7	2039	68,7	879	29,6
S. João da Madeira	125	45	36,0	1	2,2	25	55,6	19	42,2
Vale de Cambra	7934	2522	31,8	98	3,9	1822	72,2	602	23,9

Fonte: INE, RGA, 1989.





Fonte: INE — RGA 1989

Figura 3 — Peso relativo da população agrícola familiar > 12 anos com actividade exterior à exploração no total da população agrícola familiar, por concelho, no Noroeste de Portugal Continental (1989)

do agregado doméstico do produtor, incluindo-o, exerce uma actividade remunerada exterior<sup>3</sup>.

Os valores globais de pluriactivos para o noroeste de Portugal são quantitativamente mais elevados no RAC de 79, o que poderia permitir inferir uma redução do significado de tal fenómeno, precisamente o contrário do que realmente sucede. Tal como anteriormente referimos a redução global do número de explorações agrícolas entre o RAC de 1979 e o RGA de 1989, abrangem, por motivos estatísticos, sobretudo as de pequena dimensão, justamente

O texto que se segue pretende ser uma tentativa de discutir esta problemática. Partimos, portanto, da perspectiva de análise do impacto da pluriactividade para o entendimento dos processos de desruralização, embora se reconheça que outras variáveis confluíram no mesmo sentido ou, pelo menos, com ela se foram entrecruzando. Percorremos, em primeiro lugar, o enquadramento teórico, referimo-nos, depois, à sua expressão sobretudo nos países da União Europeia e, por fim - o que constitui o objectivo fundamental - à sua evolução no Noroeste de Portugal<sup>4</sup>.

### **1. Recentrar a questão: antigas formas e novos conteúdos**

Embora, nos últimos anos, se encontre em expansão nalguns países e noutros se mostre relativamente estável, a pluriactividade não é um fenómeno novo no mundo rural. O exercício de actividades não agrícolas, mesmo no seio das famílias camponesas, não é sequer resultante da industrialização, tendo assumido uma expressão significativa, mesmo nos tempos anteriores à célebre industrialização oitocentista e à consequente transferência do centro de gravidade da produção material do campo para a cidade. A pluriactividade encontra as suas origens remotas na divisão do trabalho interior à família tendo por base o género, a idade dos seus membros ou a repartição dos poderes.

Se as formas assumidas não se sucederam de forma linear, dada a plasticidade adaptativa sincrónica das estratégias familiares de sobrevivência, nem sempre convergentes, estiveram, no entanto, bastante dependentes dos contextos territoriais em que se têm inserido, não apenas como variável dependente, mas agindo também como factor condicionante da evolução dessa mesma base económica, constituindo nalguns casos o principal sustentáculo do prolongamento do próprio modelo produtivo, a exemplo da forte dependência da mão de obra sazonal das grandes explorações horto-frutícolas do mediterrâneo ou da maior pujança demográfica de algumas áreas de industrialização rural difusa, onde se instalaram nomeadamente indústrias de mão de obra intensiva.

A pluriactividade encerra, como se sabe, uma pluralidade e

---

aquelas onde a agricultura de complemento é quase generalizada e, embora se saiba que uma boa parte têm apenas uma função de lazer e se destina sobretudo a autoconsumo, mesmo assim, os quantitativos globais da produção, face à intensividade do trabalho e ao tipo de produtos cultivados, ultrapassam largamente a respectiva importância em área.

Por outro lado, a relação número de pluriactivos/exploração, ou o peso relativo na população agrícola familiar, é maior em 89, o que, apesar das condicionantes, indica uma maior expressão do fenómeno e não o contrário.

A abordagem, para os países da comunidade, procura apenas discernir tendências genéricas, enquanto que para o caso do Noroeste de Portugal a análise é mais pormenorizada, até porque se sustenta em informação estatística desagregada à escala do Município.

A importância da pluriactividade enquanto variável imprescindível para o entendimento da evolução recente da ruralidade portuguesa, além de constituir um tema recorrente em CAVACO, encontra-se ainda tratado, nomeadamente, em NOVAISQ993; LOURENÇO (1991); MATOS (1991); FRAGATA (1989); PIRES, A. (1987); ALMEIDA, J. (1986); PINTO (1985).

heterogeneidade de situações, cuja diversidade importa reter, na medida em que percorre, embora de forma e intensidade desigual, explorações de reduzida e grande dimensão, envolve trajectórias de ingresso e adaptação completamente díspares e se situa em contextos territoriais completamente distintos, desde os espaços periurbanos às áreas deprimidas de montanha.

No fundo, se eventualmente existir algo de específico ou algum traço comum que a possa, se não definir, pelo menos caracterizar, é o facto das diferentes formas de pluriactividade se não reverem na fórmula: uma família = uma força de trabalho submetida a um ciclo familiar = uma exploração = uma produção = um rendimento = um património (DELORE, 1984), e delas resultar, simultaneamente, um processo de desintegração económica e de integração social, pelo facto de, no primeiro caso, se romper a relação exclusiva família/exploração que o trabalho ou rendimento exterior extravasa, propiciando uma tendência à desruralização, naquilo que tradicionalmente caracterizava o modo de vida camponês e, no segundo, tornar mais complexa a rede de relações exteriores à família.

A família agrícola pluriactiva não se reduz à lógica da família agrícola tradicional, onde se fundiam as relações familiares e profissionais, mas encontra-se agora "dilacerada" pela separação de dois universos que não se recobrem mutuamente (BARTEZ, 1987).

Além do desempenho de uma actividade tradicionalmente considerada como específica do mundo rural (por manterem, independentemente da dimensão física ou económica da exploração agrícola, uma produção agro-pecuária e/ou florestal) a família articula a direcção, às vezes somente o trabalho, com outras fontes de rendimento exteriores, mesmo que não resultem do acumular de novas relações salariais, a exemplo dos proventos resultantes de pensões, de remessas de familiares emigrados ou, mais recentemente, de indemnizações compensatórias<sup>5</sup>.

A pluriactividade não têm necessariamente que ser apenas resultante de nexos financeiros ou de trabalho estabelecidos exteriormente à exploração; o exercício de outras actividades que nela se desenrolam, a exemplo do agro-turismo, configuram igualmente situações pluriactivas<sup>6</sup>.

Este polimorfismo foi moldando a sua diversidade ao longo tempo e em cada tempo possibilitou o reequilíbrio do modo de viver rural. O potencial de trabalho da família camponesa foi-se redistribuindo e integrando progressivamente em processos produtivos mercantilizados, mas tal nem sempre determinou a pura e simples transferência da totalidade do potencial produtivo familiar, com a consequente ruptura com

---

<sup>5</sup> Para a Região de Entre-Douro e Minho foram processados, em 1991, 1. 6 milhões de contos de indemnizações compensatórias, valor bastante próximo do montante dos restantes subsídios aprovados no âmbito do REG (CEE) 2328/91 (IFADAP, Relatório, Balanço e Contas, 1993).

<sup>6</sup> Em Portugal a importância do turismo rural é relativamente recente e toca ainda um número reduzido de explorações mas, noutros países, como França ou o Reino Unido o fenómeno é bem mais antigo e possui um peso maior no rendimento global dos agricultores.

a exploração agrícola.

Os primeiros estudos sistemáticos sobre a agricultura a tempo parcial ocorreram nos Estados Unidos aquando do período da grande depressão<sup>7</sup>. As investigações realizadas no decorrer dos anos trinta constituíram uma primeira aproximação à amplitude do fenómeno. Tratava-se de saber em que medida as explorações agrícolas dirigidas por pluriactivos tinham possibilidade de amortecer os efeitos do crescimento em flecha das taxas de desemprego (SARACENO, 1985). Nos anos 50, também nos Estados Unidos, mas agora numa conjuntura completamente diversa, porque marcada pela forte expansão industrial que caracterizou o pós-guerra, se reconhece um recrudescimento do fenómeno da pluriactividade, numa conjuntura de intenso êxodo rural e acentuada diminuição do número de explorações agrícolas. A lógica de modernização da agricultura, por via da racionalização, levou a que as situações pluriactivas fossem interpretadas como estado intermédio, portanto marginal e transitório, destinado a esgotar-se à medida que, simultaneamente, o ciclo de modernização das explorações agrícolas se concluísse e a matriz urbano-industrial da sociedade emergisse definitivamente (SARACENO, 1985).

Na Europa, apesar das diferenças em relação aos Estados Unidos - sobretudo pelo desfasamento na implementação das políticas produtivistas na agricultura que só ganham importância no pós-guerra - a agricultura a tempo parcial foi igualmente entendida como exterior e marginal ao processo ou processos de integração e modernização das explorações agrícolas<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Uma sinopse crítica diacrónica dos diversos trabalhos publicados pode ser vista em (PIRES, A., 1987), sobretudo para os autores que mais marcaram esta temática, nomeadamente, RÓZMAN (1930), FUGUITT (1959 e 1961), KRASOVEC (1964) e LACOMBE (1968).

<sup>8</sup> Na Comunidade Europeia as medidas agro-estruturais de 1972 (nomeadamente as directivas 159/72, 160/72 e 161/72 relativas, respectivamente, à modernização das explorações agrícolas, ao encorajamento à cessação da actividade e à informação sócio-económica e qualificação profissional) destinaram-se apenas aos agricultores a tempo pleno, visto que a agricultura a tempo parcial era consensualmente considerada como uma forma meramente transitória. Em meados da década de 80 esta situação alterou-se (REG (CEE) 797/85) pelo facto da política estrutural ter deixado de se centrar na dimensão e intensificação produtivas, passando a apostar na redução dos custos, na diversificação e no melhoramento qualitativo, intenções compatíveis com a diminuição dos excedentes e dos níveis de poluição resultantes da agricultura intensiva. Mesmo assim, nos casos de Espanha, Grécia (excepto no programa de reestruturação dos citrinos), Irlanda (até 1990) e Portugal (até 1991) a aplicação do REG (CEE) 797/85, sobretudo por dificuldades orçamentais dos respectivos países, foi bastante mais restritivo no que respeita às indemnizações compensatórias, por se exigir que o agricultor o fosse a título principal. Em Itália, ao contrário de outros Estados de organização administrativa mais centralizada, a existência de um "filtro" regional permitiu uma maior elasticidade na definição das dimensões mínimas necessárias (ARKLETON TRUST, 1994). Em Portugal, o REG (CEE) 797/85, que estabeleceu o regime de ajudas à melhoria das estruturas de produção das explorações e que contemplou ainda medidas específicas para as regiões desfavorecidas, exigia como condição de acesso que o agricultor candidato o fosse a título principal, entendendo-se como agricultor a título principal " *a pessoa singular cujo rendimento proveniente da exploração agrícola é igual ou superior a 50% do seu rendimento global e que dedica, pelo menos, 50% do seu tempo total de trabalho à mesma exploração*" (Dec. Lei n.º 79 - A/87, Art. 2.º ai. a). Tal significa que a actividade ou os rendimentos exteriores tivessem que ter um carácter meramente subalterno ou complementar.

Só a partir da década de 70 se verifica um tratamento relativamente amplo por parte dos investigadores dos meios rurais não só na tentativa de compreensão da sua amplitude e significado como também das modalidades de articulação com as formas de agricultura ditas "normais" <sup>9</sup>. Um tratamento tão tardio, relativamente aos Estados Unidos e ao Japão <sup>10</sup>, pode ser explicado em função de dois vectores fundamentais: em primeiro lugar, a agricultura a tempo parcial era associada à noção de insuficiência e fragilidade, sendo portanto vista com marginal em relação ao que era fundamental no modelo de modernização <sup>11</sup>; em segundo lugar

---

No que respeita às medidas específicas para as regiões desfavorecidas, entendia-se por agricultor de região desfavorecida : "*a pessoa singular que, residindo habitualmente em região como tal considerada, dedique à actividade agrícola pelo menos 50 % do seu tempo total de trabalho e explore no mínimo, 1 ha ou 0. 50 ha de superfície agrícola útil localizada naquela região, conforme se trate do continente ou das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.*" (Art. 43- 1 ai. a). Tal situação só se alterou a partir da aplicação do REG (CEE) 2328/91, mas apenas pelo alargamento do âmbito das ajudas e pela flexibilização do conceito de agricultor a tempo parcial. O Dec. Lei n.º 81/91 estabelece como condição de acesso às ajudas comparticipadas pela Comunidade aos investimentos nas explorações agrícolas que os agricultores o sejam a título principal ou que "*não exercendo a actividade agrícola a título principal, obtenham pelo menos 50% do seu rendimento global de actividades exercidas na exploração de natureza agrícola, florestal, turística ou artesanal, ou de actividades de preservação do espaço natural que beneficiem de ajudas públicas, não podendo, contudo, a parte do rendimento directamente proveniente da actividade agrícola na exploração ser inferior a 25 % do rendimento global do empresário nem o tempo de trabalho por ele consagrado a actividades exteriores à exploração ultrapassar metade do seu tempo total de trabalho*" (Ar. 4º, ai. b).

^ Uma listagem bastante completa dos vários congressos e seminários realizados pode ser vista em PIRES (1987). A profusão dos estudos aumenta de forma significativa a partir do reconhecimento pela Comunidade, em 1975, da agricultura a tempo parcial já não como travão, mas sim como possível catalisador do desenvolvimento de áreas rurais marginais a exemplo das de montanha (Directiva 268/75, mais tarde integrada nos REG. 797/85 e 2328/91 - art. 17-20).

•\*■" Para os Estados Unidos existe informação sobre a agricultura a tempo parcial desde 1929, sendo definida e escalonada a partir do número de dias de trabalho fora da exploração. Apesar da queda para cerca de metade do quantitativo global das explorações desde o fim da segunda guerra e até aos anos 70, a sua percentagem relativa tem vindo sempre a crescer em todas as classes de dimensão física, nomeadamente para o caso daqueles que despendem mais de 200 dias em actividades exteriores, de tal forma que em 1974 os rendimentos exteriores globais se equivaliam aos obtidos nas explorações agrícolas (OCDE, 1977). O Japão, onde predominam as pequenas explorações e o trabalho familiar (cerca de 70% das explorações agrícolas tinham, em 1990, menos que 1 ha), é talvez o país desenvolvido onde a pluriactividade atinge uma dimensão mais elevada. Considera-se que uma família é pluriactiva desde que um dos membros do agregado doméstico exerça uma actividade exterior não agrícola. Em 1950 as famílias agrícolas a tempo pleno representavam ainda cerca de metade do total mas, em 1960, este valor tinha caído já para os 34. 3% e, em 1990, o seu peso relativo era apenas de 12%. É evidente que sucedeu o inverso às que praticam a agricultura a tempo parcial, valores tanto mais significativos quanto se sabe que a redução do número global de explorações tem, neste país, decrescido de forma relativamente lenta e incidido essencialmente sobre as explorações não pluriactivas. As famílias agrícolas a tempo parcial são classificadas em função do peso relativo dos rendimentos exteriores à exploração. Em 1990, as famílias agrícolas cujo rendimento era maioritariamente proveniente da exploração (cerca de 20%) eram em menor número, comparativamente com aquelas cujo rendimento era maioritariamente proveniente de outras origens (cerca de 80%), o que demonstra a importância cada vez maior dos rendimentos exteriores à exploração agrícola.

■\*■" A Comunidade seguiu, praticamente até aos anos 80, as políticas produtivistas já anteriormente implementadas por alguns dos países membros. Estas políticas visavam o redimensionamento físico no sentido duma maior eficiência produtiva das explorações agrícolas, a par duma maior integração a montante e a jusante com as indústrias agro-

porque o repertório dos aparelhos estatísticos nacionais se mostrava inadequado ao reproduzir, também eles, as teses dominantes, nesta altura essencialmente centradas na perspectiva da exploração agrícola e no entendimento do dirigente exclusivamente como empresário.

Embora os critérios censitários definidores variem de país para país, a noção prevalecente até à viragem da década de 70, é a de agricultor a tempo parcial (conceito nas proximidades do arquétipo operário / camponês) e não a de pluriactividade. Inicialmente entra-se apenas em linha de conta com o tempo de trabalho na exploração ou fora dela, só do dirigente ou também, às vezes, dos membros do seu agregado doméstico<sup>12</sup>. Só depois se virá a considerar o peso relativo do rendimento proveniente da exploração,

---

alimentares.

A conjuntura económica dos anos 50 e 60, marcada por uma forte expansão urbana e industrial, pelo acentuado papel regulador do Estado, pela consolidação do Estado-Providência e pelo aumento dos salários reais, propiciou um acentuado êxodo rural e a consequente redução do número de explorações marginais às L.A.A. . Depois, o forte proteccionismo e subsidiarismo da PAC beneficiou sobretudo as grandes explorações agrícolas empresariais, possibilitando especializações produtivas em diversas fileiras (leite e derivados, horto-frutícolas, etc.) e o alargamento de mercados.

É, portanto, natural que as explorações pluriactivas fossem consideradas não profissionais e entendidas como mais ou menos estranhas ao sector mais dinâmico, responsável por uma quota cada vez maior do produto e que poderia (a prazo) praticar preços competitivos. <sup>12</sup> Em **Espanha** a informação sistematizada sobre a agricultura a tempo parcial data apenas de 1965, utilizando como critério definidor a pluralidade de rendimentos auferidos por dirigentes e familiares que acumulam o trabalho na exploração com o exercício de uma ocupação remunerada fora dela. Os Recenseamentos da agricultura de 1972 e 1982 utilizam, por sua vez, o critério do tempo de actividade. No de 72 distingue-se o empresário cuja ocupação principal é a agricultura, que se considera a tempo completo, daquele cuja ocupação principal é não agrícola, portanto a tempo parcial., mesmo que a actividade principal seja exercida noutra exploração, ambiguidade que desaparece no de 82 quando se clarifica se a actividade exercida fora da exploração é ou não agrícola (MARTINEZ, 1987). A magnitude da agricultura a tempo parcial está, por esta razão, subrepresentada na medida em que no recenseamento de 72 apenas se considera a actividade do dirigente da exploração, sem levar em linha de conta não só os membros do seu agregado doméstico, como também o peso relativo dos rendimentos exteriores à exploração.

Em **França** , existe informação disponível pelo menos desde a publicação do recenseamento geral da agricultura de 1955, onde só são considerados agricultores a tempo parcial os que acumulam o trabalho agrícola com outra actividade profissional não agrícola. Posteriormente , os inquéritos às explorações agrícolas de 1963 e 1966, tendo por base amostras de 10 e 20%, respectivamente, alargam este conceito à actividade remunerada exterior de todos os membros do agregado doméstico do produtor, embora sem distinguir se é a principal ou secundária, contabilizando ainda o tempo de trabalho na exploração. Nesta altura, cerca de 18% dos dirigentes eram pluriactivos, ao que acresce o facto de se verificar que o peso relativo das explorações em que pelo menos um dos membros do agregado doméstico, excluindo o dirigente, exercia uma actividade exterior, era de cerca de 20% (OCDE, 1978). O Recenseamento geral da agricultura de 1970-71 diferencia se actividade exterior é a principal ou secundária e desagrega o "tempo parcial", em 3/4, 1/2 e 1/4 de tempo. Em Itália, tal como em França, é por finais da década de sessenta que se multiplicam os estudos sobre a pluriactividade. As explorações agrícolas eram, inicialmente, classificadas como *exclusivas* quando nenhum membro da família agrícola exercia uma actividade exterior, *parciais*, se o trabalho do agregado doméstico se exercia essencialmente na exploração e *accessórias* quando o trabalho na exploração era apenas complementar das actividades que a família exercia no exterior (EBOLI, 1994). A partir do recenseamento agrícola de 1970 é possível saber os casos de alternância ou dupla actividade do dirigente da exploração. Nesta altura cerca de 1/3 dos dirigentes tinha uma actividade (exclusiva ou principal) fora da exploração agrícola. No Norte estas actividades eram sobretudo não agrícolas (90%), ao contrário do Sul, principalmente na Calábria e na Sicília, onde o peso relativo do trabalho agrícola sazonal, fazia descer este valor para os 60% (PIERONI, 1982).

apenas das actividades exteriores a ela (dirigente e agregado doméstico), ou a globalidade do rendimento mesmo que parte dele não corresponda a uma situação de actividade (pensões, remessas de familiares emigrados, juros resultantes de operações passivas, rendimentos imobiliários, indemnizações compensatórias, etc). Entende-se, então, como fundamental, o articular entre o tempo de trabalho da família agrícola na exploração e a diversidade de origem dos rendimentos, passando-se do conceito de tempo parcial para o de pluriactividade<sup>13</sup>.

O alargamento estatístico do conceito de pluriactividade permitiu não só uma maior aproximação à amplitude do fenómeno, como também apreender algumas alterações qualitativas. A partir da década de 70, à medida que a agricultura empresarial ocupa cada vez menos mão de obra e a agricultura camponesa não pluriactiva se encontra em clara perda de importância, emerge, com maior significado, um tipo de pluriactividade "difusa"<sup>14</sup>, que atravessa praticamente toda a espessura do sector: difunde-se a agricultura de lazer, a nova "urbanidade rural" permite actividades locais ou a longa distância nos serviços, reduz-se o peso relativo do trabalho assalariado nas indústrias de mão de obra intensiva. Este tipo de pluriactividade "difusa" tende a expandir-se, ao mesmo tempo que o peso relativo da dupla actividade dos dirigentes das explorações tende a

---

13 Em Espanha o recenseamento de 82 considera também como situação pluriactiva a existência de rendimentos exteriores auferidos pelos membros do agregado doméstico. A pluriactividade que, em 72, abrangia 48.1% das explorações, é ampliada para 64.1%, em 82, aumentando ainda o seu peso relativo em todas as classes de área (MARTINEZ, 1987). Para 1987, se apenas for considerado o exercício de outra actividade lucrativa exterior à exploração por parte dos empresários agrícolas, em 23. 2% dos casos esta é a principal e em 6. 4% a secundária. Mas, ainda no mesmo universo, se se atender ao tempo de trabalho na exploração em relação "ao tempo de trabalho anual de uma pessoa empregada a tempo inteiro" somente 26.1% ocupam a totalidade do tempo de trabalho na exploração, enquanto os restantes (13% e 60. 9%) apenas dispõem, mais e menos de metade, respectivamente EC E, Relatório de 1992).

Em França, no recenseamento de 1970/71, os dirigentes pluriactivos representavam 22.2% do valor total, sendo em 74. 7% dos casos a actividade exterior a principal. Mas, ainda em 70, se se considerar o trabalho exterior por parte dos filhos dos dirigentes a pluriactividade alcança valores bem mais significativos, já que, "metade dos filhos e um terço das filhas com 20 anos e mais que residem com os pais exercem uma actividade exterior à exploração agrícola" (BARTEZ, 1982). Em Itália, o recenseamento de 1982 considera igualmente como situações pluriactivas o acumular de actividade na exploração e fora dela dos membros da família (EBOLI, 1994).

14 "L' examen plus détaillé des données de 1979 conduit à opposer la pluriactivité "dure" dont l' archétype est l' ouvrier-paysan (activité extérieure principale du chef) à la pluriactivité diffuse (activité extérieure secondaire du chef, activité extérieur du conjoint, présence de para-agricole). La première est concentrée dans les exploitations de petites surfaces (80. 9% de moins de 10 ha en 1979). . . La pluriactivité diffuse au contraire se rencontre dans toutes les classes de taille avec des fréquences du même ordre de grandeur que la moyenne. . . . (BRUN, 1986)

O termo difuso empregue pelo autor não tem, como se vê, um sentido territorial, e procura, no essencial, evidenciar não só a progressiva importância das actividades exteriores exercidas pelos restantes membros do agregado doméstico do produtor, como também o facto deste tipo de pluriactividade atravessar toda a espessura das explorações agrícolas, não podendo, por isso, ser entendida como uma variável dependente da dimensão física ou económica da exploração agrícola.

diminuir<sup>15</sup>.

Constituindo inicialmente, como vimos, uma problemática relativamente excêntrica, ao que parecia ser a base de suporte do melhoramento do nível de vida e da estratégia de desenvolvimento dos meios rurais, a pluriactividade foi ganhando uma cada vez maior acuidade à medida a que se assistia à desertificação dos campos que se foi acentuando na Europa do pós-guerra - atingindo na últimas duas décadas limiares críticos - e se tornava claro que a agricultura tendia a deixar de ser a actividade exclusiva, ou quase exclusiva do campo. Ao mesmo tempo a integração/ absorção/ subordinação de espaços até aí marginais às áreas urbano-industriais intensificava-se, mesmo nos países semi-periféricos da Europa, como resultado não só dos processos de industrialização difusa, mas igualmente do alargamento dos movimentos pendulares. Por outro lado, a democratização do acesso a níveis de escolaridade mais elevados (ou a aquisição de um maior capital escolar), propiciou maiores oportunidades de mobilidade social, também pela universalização do contacto com uma formação escolar cuja matriz de socialização é, e continua a ser, predominantemente urbana.

Os estudos mais antigos, efectuados por economistas agrários, centravam a perspectiva de análise no plano da gestão da exploração e das transformações/orientações técnicas e produtivas (CAVAZZANI, 1982), mas depois, o tratamento deste tema, acaba mesmo por atravessar transversalmente o conjunto das ciências sociais e humanas, na busca das conexões entre a agricultura a tempo parcial, os processos de mudança social e as relações família/exploração agrícola/mercado de trabalho.

A questão da pluriactividade e plurirrendimento das famílias camponesas tornou-se, assim, a componente primordial quer para o entendimento da sobrevivência de numerosas pequenas explorações, quer para a definição de políticas de desenvolvimento rural, seja no caso de espaços onde a componente agrícola é ainda importante ou, e sobretudo, de territórios em plena perda de dinamismo demográfico, onde domina uma ruralidade regressiva pela quebra dos fundamentos de suporte dos tradicionais sistemas produtivos<sup>16</sup>.

---

<sup>^</sup> Em França, entre 1970 e 1983, o número absoluto de dirigentes pluriactivos diminuiu para cerca de metade. Aqueles em que a actividade exterior é a principal representavam 16. 5% do total em 1979, 13. 8% em 1983 (BRUN, 1986) e 11. 8%, em 1987 (C C E, Relatório de 1992). Este decréscimo é sobretudo importante para os casos em que o rendimento exterior é proveniente da actividade agrícola, já que para os restantes sectores económicos a taxa de actividade aumentou de 10. 8 % em 1979, para 13. 4% em 1983. No entanto, se os quantitativos de dirigentes pluriactivos diminuem, a importância dos rendimentos exteriores das famílias (actividades, reformas, etc.) tem vindo a aumentar, estimando-se que tenha passando de 45% nos anos sessenta para 60% nos anos oitenta (KAYSER, 1990) ou seja, quase dois terços do rendimento bruto das explorações agrícolas.

\*■\*\* A bibliografia foi sempre, no entanto, um pouco mais prolixa quer para o caso dos espaços periurbanos, onde a normalidade de tal factor parecia evidente, quer para as áreas rurais onde ocorreram processos de industrialização difusa, como são os casos do vale do Ave e da Terceira Itália. A existência de rendimentos de diversas origens, associada à presença de actividades diversificadas interiores à família agrícola, constituíram, na década de 70, uma das grelhas analítica interpretativas deste tipo de territórios (EBOLI, 1994).



À medida que os estudos teóricos e empíricos se tornaram cada vez mais exaustivos, foi-se também modificando, ao longo do tempo, o registo analítico. Depois de ultrapassada a lógica que circunscrevia a pluriactividade apenas ao dirigente da exploração, passou-se a considerar como objecto central o agregado doméstico do produtor e a exploração agrícola, categorias entendidas como indissociáveis, como que fundidas numa mesma unidade família/exploração. Porém, as teses que erigiam o enlace estratégias familiares/exploração agrícola como o principal componente analítico foram sendo confrontadas com novos problemas quer teóricos quer metodológicos que o extravasavam. O exercício de uma actividade lucrativa exterior à exploração implica uma transformação objectiva das relações familiares, porque deixam de se basear exclusivamente no trabalho realizado na exploração. Não tem, portanto, necessariamente que existir uma unicidade nos laços de soldadura desta "unidade económico-social", enquanto sustentáculo das relações produtivas e de consumo face às relações familiares (CAVAZZANI, 1982). É que, o cruzamento de estratégias individuais<sup>17</sup>, complexificam a nodolidade explicativa que a análise dos quadros familiares parecia poder precisar (BARTEZ, 1987).

Se as diferentes trajectórias individuais não se esgotam no ciclo de vida parece, no entanto, existir uma estreita relação entre a estrutura da exploração e o membro da família que exerce uma actividade remunerada exterior. De um modo geral, nas pequenas, esse trabalho, normalmente pouco qualificado, é sobretudo masculino e inclui pelo menos o dirigente da exploração - situação comum na Europa do Sul - enquanto que nas grandes explorações da Europa do Norte o dirigente exerce a tempo completo a sua actividade na exploração e o cônjuge trabalha no exterior em profissões com um estatuto elevado (ARKLETON TRUST, 1994). Diversos autores têm também demonstrado que quer as opções culturais, quer a repartição do trabalho agrícola interior à família não é independente do membro do agregado doméstico que permanece na exploração<sup>18</sup>.

---

Na problemática da pluriactividade existe também uma questão geracional na medida em que o acumular de actividades exteriores à exploração por parte dos jovens, nem sempre se pode explicar por factores intrínsecos à própria exploração ou por um decisão e interesse objectivo da família. A fraca circulação monetária, o pouco dinheiro de bolso "concedido" pelos pais, o trabalho que realiza segundo ritmos e necessidades que não são por si definidas, ou seja, a ausência de um horário e de uma remuneração compatível, do que resulta um estatuto de inferioridade em relação aos jovens que tem uma "profissão" da qual decorre um salário e supostamente uma maior independência, é um factor que pesa na decisão, às vezes arrastando alguma conflituosidade familiar, de procurar e aceitar um trabalho não agrícola remunerado.

<sup>18</sup> Em Viana do Castelo, partindo de inquéritos realizados a famílias e explorações agrícolas de trabalhadores dos Estaleiros navais, (NOVAIS, 93) conclui que ". . . nestas unidades pluriactivas, a produção de leite e a recria de touras aparecem sempre associadas a uma forte participação da mulher na exploração. Nos casos inquiridos, sempre que a mulher tem uma actividade remunerada, mesmo que seja a domicílio, o gado bovino ou ovino desaparece. . ." e ainda que ". . . a mulher ou a filha casada, em casa, podem mesmo realizar trabalhos (como a poda da vinha) que na divisão tradicional do trabalho são atribuídos ao homem".

## 2. Centro e semiperiferia : Números, Leituras e Contextos

A análise sumária que se segue centra-se nos países comunitários e pretende demonstrar que é possível, no que respeita à problemática da pluriactividade, discernir alguns traços distintivos, quer quanto à sua génese, quer, de um modo geral, quanto às diversas formas de inserção no tecido produtivo.

A pluriactividade dos dirigentes das explorações agrícolas, de membros do seu agregado doméstico, ou tão só o plurirrendimento tem, actualmente, embora com pesos relativos desiguais, um elevado significado em todos os países comunitários. Na CEE (12), em 1987, cerca de 1/3 dos dirigentes exerciam uma actividade exterior à exploração agrícola, sendo esta a principal em 23% dos casos e secundária em 7.1% (quadro 5, figura 4). As variações entre países, apesar de importantes, não são muito significativas e oscilam desde um mínimo no Luxemburgo (18.8%) a um máximo na R.F.A. (43%). Como é natural, quando o dirigente tem um tempo de actividade na exploração de 100%, o exercício de uma actividade exterior principal é praticamente negligenciável, no entanto, a actividade secundária, para os casos da Dinamarca (15.6%) e de França (23.8%) tem, ainda assim, alguma importância. Ao invés, quando o tempo de actividade na exploração é inferior a 50% (quadro 5, figura 5) o exercício de outra actividade principal é dominante, destacando-se os casos da Bélgica (95.5%), R.F.A. (73.2%), Irlanda (67.2%), Itália (67.2%) e Holanda (61.7%).

Estes valores dizem apenas respeito à dupla actividade do dirigente da exploração, porque se se considerar a pluriactividade no seu sentido mais lato e, não apenas restrita ao dirigente, a sua amplitude é, naturalmente, muito maior. Em 1987, nos países comunitários, estimava-se que 57% das famílias agrícolas tinham pelo menos um membro pluriactivo regular, valor que terá subido para 60% em 1991. Além disso, o peso relativo do rendimento com origem na actividade exercida na exploração tem vindo sucessivamente a diminuir, não só como resultado da pluriactividade mas também porque as prestações sociais, na maioria dos casos provenientes das pensões de reforma pagas pelo estados, representam uma fonte de rendimento vital para quase metade das famílias (ARKLETON TRUST, 1994)<sup>19</sup>.

A diversidade de situações territoriais em que o fenómeno da

---

<sup>19</sup> Estes valores são resultantes de 7000 inquéritos realizados entre 1987 e 1991 em 20 "regiões" da Comunidade, tendo por isso um alto grau de aderência à realidade. Por outro lado, estudos baseados nas estatísticas nacionais confirmam-no, no essencial. Na Grécia, por exemplo, considerando apenas o dirigente da exploração, o peso relativo dos pluriactivos é de 33.4 % mas, basta incluir os restantes membros do agregado doméstico para que este valor suba para 42% (KATRANIDIS, 1988). No País de Gales, cerca de 90% das famílias agrícolas obtêm rendimentos não directamente resultantes do trabalho agrícola na exploração, embora parte destes resultem da diversificação de actividades na exploração como é o caso do turismo, mesmo assim, 2/3 das famílias auferiam rendimentos exteriores à exploração e em 1/4 dos casos estes eram superiores aos provenientes da exploração (BATEMAN, 1994).

**Quadro 5 — Actividade exterior e tempo de actividade na exploração dos dirigentes, nos países da U.E. (1980 e 1985/87)**

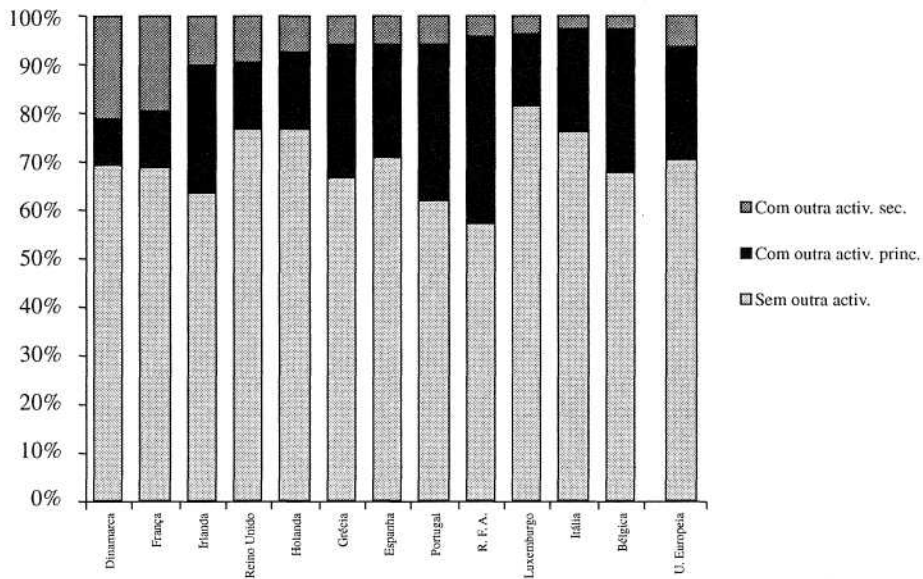


Figura 4 — Actividade dos dirigentes exterior à exploração, nos países da União Europeia (%) — 1987

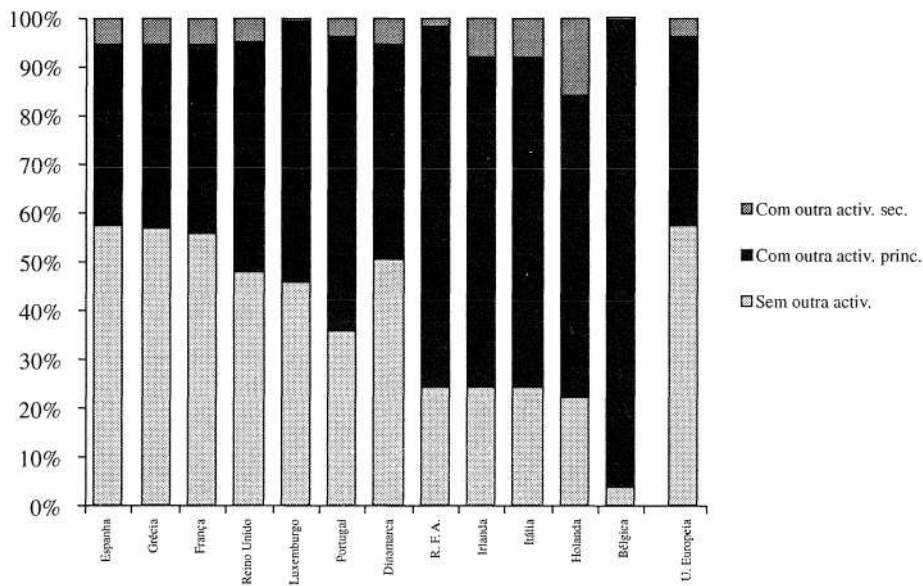


Figura 5 — Actividade exterior dos dirigentes com tempo de actividade na exploração inferior a 50%, nos países da União Europeia (%) — 1987

pluriactividade se enquadra<sup>^</sup> pode levar a que números, aparentemente semelhantes, possam representar conteúdos espaciais completamente distintos. O peso relativo da pluriactividade não é variável dependente do grau de desenvolvimento regional. Os valores mais elevados podem ser encontrados tanto na Andaluzia como no Alentejo - onde a agricultura tem ainda um papel importante - mas também tanto na Aquitânia ou nos Lander do Sul da Alemanha, onde a oferta de emprego noutros sectores económicos facilita o exercício de actividade remuneradas exteriores à exploração agrícola (C. E., EUROPE 2000 +).

Se as grandes diferenças no quadro europeu não podem ser reduzidas aos simples valores quantitativos, tal não significa a impossibilidade de encontrar similitudes na repartição territorial de algumas tipologias. Mesmo correndo o risco de uma simplificação excessiva, com todas as virtudes e defeitos que lhe são inerentes, o cerne do modelo teórico que vamos seguir, e que um pouco mais à frente procuraremos explicitar, postula, no essencial, a existência de uma diferença qualitativa das formas assumidas pela pluriactividade nos países do centro e da semi-periferia europeia<sup>20</sup>.

Nos países semi-periféricos:

- O processo de industrialização foi mais tardio e a correlativa transição para a dominância urbano-industrial mais recente.

- O emprego agrícola (quadro 6), apesar da drástica redução operada nos últimos anos pelo impacte da abertura dos mercados agrícolas, é ainda importante.

- O número de dirigentes idosos (mais de 65 anos) é elevado. Grécia (26.5%). Espanha (23.5%), Irlanda (22.3%), Itália (25.4%) e Portugal (24.6%), possuem valores superiores à média comunitária.

- O elevado peso relativo das pequenas explorações configura a existência de um maior número de situações de insolvência e pobreza.

- Apesar das áreas classificadas como desfavorecidas serem larga-

---

<sup>^u</sup> Trata-se apenas de procurar entender em que medida este "modelo classificatório" pode auxiliar a uma melhor compreensão teórica das diversidades no que respeita à pluriactividade. Assim, ao Centro corresponderá a Inglaterra, Holanda, Bélgica, Dinamarca, o Norte da Alemanha e de Itália e a França Setentrional, enquanto que à semiperiferia corresponderá a Grécia, o Mezzogiorno italiano, o Midi francês, Portugal e a maioria das regiões autónomas espanholas. A simplicidade desta leitura, mesmo que um pouco reducionista parece ter, neste campo específico, algum valor heurístico, no entanto esta dicotomia não é de algum modo rígida. Bem pelo contrário. Não se pode esquecer que a agricultura depende mais do que outros sectores de actividade económica de factores em que o homem tem reduzida interferência, como o clima ou a fertilidade dos solos. A linha separadora é também, por isso, resultado destas diferenças entre o Norte Atlântico, ou de transição para o clima Continental, e o Sul Mediterrâneo que, como se sabe, não é separável em termos de fronteira de países. Note-se ainda que a questão não se pode reduzir no seu todo, mas apenas em parte, às condicionantes edafó-climáticas, resultantes da pobreza dos solos ou do longo período de secura estival, porque outros factores de evolução relativamente lenta como o modo de vida mediterrâneo, milenarmente constituído, evocam estruturas familiares organizadoras da produção e do consumo, bastante diferentes dos países do Norte.

mente dominantes (em 1989, 78.3% na Grécia, 75.6% em Portugal e 63% em Espanha), os handicaps (montanha, solos mais pobres, declives acentuados, desertificação humana) não têm correspondência no montante de indemnizações compensatórias comparativamente com os países do centro, situando-se os valores muito abaixo da média comunitária (quadro 6).

**Quadro 6 — Emprego na agricultura, peso relativo do trabalho assalariado e indemnizações compensatórias na União Europeia (1970, 1980 e 1990)**

País	Ano	% agricul.	% assala.	Indemnizações compensatórias		
				total	n- explor.	méd.expl
BÉLGICA	1970	5.0	10.7	7705812	7853	981
	1980	3.2	13.1			
	1990	2.7	17.9			
DINAMARCA	1970	12.9	20.5			
	1980	8.0	25.1			
	1990	5.5	36.5			
R.F.A.	1970	8.6	13.0	307519676	245679	1252
	1980	5.3	18.1			
	1990	3.4	24.3			
GRÉCIA	1970	40.8	5.0	83478560	214151	390
	1980	30.3	3.9			
	1990	23.9				
ESPAÑHA	1970	27.1	31.6	81656888	228039	358
	1980	19.3	27.8			
	1990	11.8	31.8			
FRANÇA	1970	13.5	20.5	242005625	161559	1497
	1980	8.7	17.6			
	1990	6.0	20.0			
IRLANDA	1970	27.3	13.1	86106945	100010	861
	1980	18.4	12.9			
	1990	15.0	13.8			
ITÁLIA	1970	20.1	31.9	57000000	92000	600
	1980	14.2	37.5			
	1990	8.8	42.2			
LUXEMBURGO	1970	8.8	9.0	8102511	2507	3232
	1980	4.8	13.3			
	1990	3.3	24.2			
HOLANDA	1970	6.2	22.5	778484	1557	500
	1980	4.9	35.6			
	1990	4.6				
PORTUGAL	1970	30.0	22.3	42572723	111842	380
	1980	27.3	19.3			
	1990	18.0				
REINO UNIDO	1970	3.2	60.5	169463486	55955	3029
	1980	2.6	57.0			
	1990	2.1	52.5			
COMUNIDADE	1970	13.5	26.0		1221000	900
	1980	9.6	28.4			
	1990	6.5				

FONTE: CCE - "A Situação na agricultura na Comunidade", Relatório 1992.

Nos países semi-periféricos, ao contrário do centro, a pluriactividade apresenta uma distribuição desigual em relação à dimensão física das explorações. Predomina nas pequenas e muito pequenas explorações, declina nas médias e grandes, para crescer de novo nas de maior dimensão.

Nas pequenas explorações a pluriactividade resulta essencialmente da insuficiência produtiva, da impossibilidade de produzir a preços competitivos. As situações de pobreza e sub-ocupação se não originaram migrações para as áreas urbanas ou para os países mais desenvolvidos do Norte,

o tipo fundamental de pluriactividade desemboca na proletarização, quer se trate de trabalho assalariado permanente ou eventual noutras explorações, ou de trabalho como operário nas fábricas dos sectores tradicionais da indústria que se foram difundido nos meios rurais, ou ainda de trabalho sazonal ou precário noutros sectores profissionais igualmente desclassificados, a exemplo da construção civil. E um tipo de pluriactividade que, à falta de melhor, podemos designar como defensiva, de sobrevivência.

Nas grandes explorações, as famílias pluriactivas, face à existência de maior capital escolar e recursos financeiros, são as profissões liberais que dominam, ou de um modo geral, as profissões socialmente mais classificadas.

Não estamos, contudo, perante uma situação que possa ser entendida como característica dos países periféricos - onde o peso relativo do PBA no PIB é ainda muito elevado - não só porque o autoconsumo não é, no conjunto da economia, largamente dominante, mas ainda porque se assistiu, sobretudo a partir dos anos sessenta a uma importante redução da população activa agrícola, pela emigração ou pela transferência dos mais jovens definitivamente para outros sectores. Acresce o facto de parte da actividade agropecuária se ter, sincronicamente, submetido aos processos mercantis de produção e gestão das IAA mas, sublinhe-se, sem que o modelo produtivista do pós-guerra seja o dominante, pela ainda fraca integração global nas IAA. Tratando-se, tradicionalmente, de países exportadores de produtos agrícolas, os países semi-periféricos foram perdendo capacidade competitiva em relação aos países do centro. Por finais da década de 70 era já evidente a recomposição operada: enquanto os países do centro se tornaram os principais exportadores, respondendo à crescente procura, o sector "moderno" dos semi-periféricos acabou por se especializar nas produções mais intensivas em mão de obra, água e energia (ETXEZARRETA, 1987). Além destes produtos, a solidez de algumas fileiras quase se restringe aos sectores tradicionais, de longa e lenta sedimentação, a exemplo do vinho e da cortiça, em Portugal, ou da horto-fruticultura em Espanha.

Nos países da Europa do Sul o perfil da pluriactividade mostra-se, portanto, mais dualista, em parte como consequência duma estrutura fundiária muito contrastada que pode sintetizar-se no seguinte esquema:

Pequenas explorações familiares - insuficiência produtiva - migração / emigração - trabalho assalariado permanente ou eventual nas grandes explorações - indústria trabalho intensivo em meio rural- reservas de mão de obra desqualificada / vestuário (feminino) construção civil (homens).

Grandes explorações - tradição absentista - manutenção do património fundiário - maior capital escolar e financeiro - profissão liberal, ou outras classificadas.

Nos países do centro:

- A redução drástica do emprego agrícola (exceptuando o caso de Inglaterra onde este processo é mais antigo) ocorreu no período de forte expansão urbana e industrial do pós-guerra, caindo para metade entre 1960 e 1980. Actualmente a população activa agrícola não atinge, por regra, os 5% (quadro 5). Contudo, ao baixo número de activos corresponde um claro domínio da agricultura empresarial e um elevado peso da relação salarial, registando-se ainda a tendência para a redução do trabalho assalariado permanente em favor do sazonal, em boa parte resultante de fluxos imigratórios temporários.

- A diminuição global do número de explorações agrícolas foi acompanhada pelo aumento da dimensão média, por elevados acréscimos da produtividade do trabalho e do rendimento por hectare.

- Correlativamente ocorreram processos de especialização e de rejuvenescimento dos dirigentes, como resultado quer das políticas nacionais, quer das políticas comunitárias que favoreceram o abandono do sector pelos mais idosos depois de 1972.

- Nestes países localizam-se os principais centros de investigação no que respeita à produção e transformação dos produtos agrícolas e os sistemas de comercialização, a exemplo das cooperativas, têm uma grande tradição e representatividade.

- A agricultura produtivista, em estreita relação com as IAA, é largamente preponderante em praticamente todas as fileiras, a exemplo dos cereais, dos lacticínios, da suinicultura, das flores ou das hortofrutícolas, na maioria dos casos com forte componente exportadora.

- Na aplicação da PAC, a política de preços protegidos, por regra bastante mais altos dos que os praticados no mercado mundial, beneficiou as grandes explorações especializadas nos cereais, leite e beterraba sacarina que, no seu conjunto, chegaram a absorver cerca de 3/4 das despesas do FEOGA.

Nos países do centro, os diversos tipos de pluriactividade que, como acima referimos, atravessam por igual praticamente todas as classes de dimensão física das explorações, são menos dependentes da sua envolvência económica já que, as fontes de rendimento exteriores, apresentam uma maior diversidade e amplitude: o Estado-Providência é mais sólido, o turismo rural mais significativo e, para o caso das áreas desfavorecidas, as indemnizações compensatórias mais abrangentes. Por outro lado, as trajectórias de saída e ingresso mostram-se mais complexas e tanto podem, neste último caso, corresponder em grandes explorações, (a exemplo da Picardia), a uma profissão feminina socialmente classificada exercida no exterior ou à diversificação de aplicações financeiras, ou no que respeita às pequenas, ao retorno ou à aprendizagem do rural por idosos (SE de Inglaterra e País de Gales), ou mesmo simplesmente a prática de uma agricultura de lazer correlativa com fenómenos de exurbanização.



Ou seja, nos países do centro, a pluriactividade ao percorrer novas modalidades - caracterizadoras do centro pelo peso e formas específicas que assumem - que se acrescentaram às tradicionais, actualmente bastante mais diluídas, diversificou o seu perfil, justamente o que a distingue da pluriactividade dos países semiperiféricos que, por sua vez, se caracterizam pela persistência das antigas formas a par das mais recentes sem que, nestes últimos, nenhuma delas seja claramente dominante.

### 3. Tempos e cenários da pluriactividade no Noroeste de Portugal.

*"Porque, se o prédio rústico, pelo acanhado excessivo da área, não chega para as despesas, nem sequer mais sóbrias, do seu dono, força é que a receita complementar se vá obter d'outras origens; e eu próprio tive em tempo ocasião de notar que a terra não passa, às vezes, d' um sócio subalterno de industrias mais lucrativas".* Quem o afirma é Basílio Teles, no início deste século, quando procura explicar que a permanência da *"pulverização da propriedade rústica"* no Norte de Portugal só pode ser entendida pela *"associação habitual das duas formas de trabalho, industrial e agrícola [dado que] o contingente dos proprietários minúsculos associam habitualmente a uma lavoura reduzida o exercício de qualquer pequena industria ou o trabalho braçal por conta alheia. Estes indivíduos não são exclusivamente proprietários: são também jornaleiros, recoveiros, carrejões, artífices,... constituindo assim classes de transição, e não classes típicas, bem diferenciadas e insuladas das restantes, como sejam o jornaleiro-extreme ou o cultivador-proprietario"* (TELES, 1903, 58-59 e 145)<sup>21</sup>.

As lógicas do trabalho agrícola na exploração articularam-se ao longo do tempo com outras formas de trabalho complementar, gerando, entre outras, situações de semi-proletarização, capazes de garantir a sobrevivência da família. Não se trata, contudo, tal como CAVACO (1985 a) demonstrou, de estratégias recentes, embora tenham adquirido uma maior visibilidade a partir dos fins da Baixa Idade Média, quando se assistiu a uma crescente complexificação do modo de organização do trabalho e mesmo da estratificação social nos meios rurais. As situações de semi-escravatura, os serviços domésticos, os assalariados, os camponeses pobres detentores de terra ou os artesãos independentes, para só referir a base da escala social, demonstram, só por si, um leque de actividades dificilmente reduzíveis apenas ao trabalho agrícola.

As famílias, além do aprovisionamento alimentar, mesmo esse nem

---

<sup>21</sup> De entre a panóplia de críticas de Teles à ausência de estatísticas capazes, sublinhe-se a sua proposta de classificação das explorações agrícolas em função da pluriactividade: *"Primeiramente, classifiquei os prédios rústicos em dous grupos: prédios autónomos, isto é, bastando ao seu cultivador, fosse ou não proprietário, sem dependência d'outra forma de trabalho; prédios associados, ou entre si ou a alguma das variadas industrias regionais (. . .) Dos prédios associados com industrias faria três divisões: subordinantes, equivalentes e subordinados, segundo a importância que tivessem no total da receita annualrealizada pelo seu cultivador. . ."* (TELES, 1903, 59 e 61).

sempre exclusivamente agrícola, a exemplo da caça ou da pesca, manufacturam o vestuário a partir do linho ou da lã, fabricam instrumentos de trabalho ou de decoração, actividades que preenchem uma boa parte do dispêndio de tempo e de trabalho, sobretudo fora das épocas de maior intensidade do labor agrícola.

No decurso do Antigo Regime, a vivência mais ou menos autárquica, pela reduzida circulação monetária, ou pelos incipientes rendimentos resultantes da fraca produtividade do trabalho agrícola, ao não possibilitar o fácil acesso aos produtos oriundos da manufactura urbana, prolongou a interiorização, no seio da família camponesa, de uma divisão do trabalho de molde a permitir o fabrico do vestuário pelas mulheres e de alguns dos utensílios agrícolas pelos homens, pese embora sempre ter havido, sobretudo neste último domínio, artesãos cuja subsistência dependia exclusivamente do seu ofício.

Se as actividades não agrícolas exercidas pelos camponeses representavam um peso considerável no trabalho nos meios rurais, tinham, no entanto, uma importância desigual quer no contributo para o rendimento global das famílias, quer no que respeita à maior ou menor articulação no quadro do comércio regional. Algumas tinham apenas um âmbito restrito, como é o caso do fabrico de parte dos artefactos ligados à actividade agrícola, mas outras, resultantes de especializações produtivas locais (ferrarias, curtumes, carvoarias olarias, etc.) detinham um carácter eminentemente regional. Nalguns casos, obviar à subsistência do grupo doméstico implicava mesmo migrações sazonais para aprender um ofício na cidade, ou sobretudo no caso dos mais jovens, a deslocação temporária para áreas onde na época de ponta do labor agrícola a oferta de trabalho era maior<sup>22</sup>.

No Entre Douro e Minho a fiação e tecelagem doméstica do linho constituiu, pelo menos até ao último quartel do século passado, uma das actividades mais importantes das famílias camponesas. A produção destinava-se ao consumo doméstico, mas inseria-se igualmente em circuitos comerciais mais amplos quer se trate dos mercados locais, regionais ou mesmo da exportação<sup>23</sup>. A remuneração proveniente dos panos era, para as

---

22 No Porto, à feira dos moços, que se realizava em Abril e Setembro, acorriam jovens do Alto Minho, do Douro e até das Beiras. Permaneciam normalmente algumas semanas e regressavam depois às suas terras. Esta "feira" realizava-se por meados do séc. XIX na praça Carlos Alberto, sendo depois transferida para a Corujeira. Outras migrações sazonais são melhor conhecidas, a exemplo da dos ratinhos para as ceifas no Alentejo e das rogas para as vindimas no Vale do Douro, migrações bem documentadas quer na literatura portuguesa (Miguel Torga ou Alves Redol) quer em estudos geográficos, como é o caso de Amorim Girão.

A Galiza foi igualmente uma área de forte emigração temporária de camponeses nomeadamente para Castela ou para o Norte de Portugal: no séc. XVIII "*Junto a la siega la otra actividad agrícola a la que se dedicaban los emigrantes estacionales gallegos era el trabajo de las virias, ya fuera la vindimia que realizaban los propios segadores en otras comarcas de castilla ai terminar la siega. o bien esta y otras labores que realizaban a menudo en los vinedos portugueses.*" (BADIA 1990, p. 75).

<sup>23</sup> A partir de uma releitura das balanças de comércio externo português (1796-1831), Valentim Alexandre demonstra o elevado peso relativo dos panos de linho no conjunto das exportações portuenses, sobretudo para o Brasil, em finais do séc. XVIII e até pelo menos ao

famílias camponesas pobres e numerosas, essencial para pagar impostos ou adquirir mercadorias que a exploração não podia produzir.

A utilização têxtil do linho é, como se sabe, remota<sup>24</sup>. Em vastas áreas do Noroeste de Portugal, sobretudo naquelas onde eram abundantes as terras limadas, situadas nas margens dos rios e fundos de vales, o cultivo do linho teve, antes da difusão da têxtil algodoeira, um peso significativo e não era anormal encontrar, sobretudo no Minho Central, casas camponesas que albergavam vários teares. Nalguns casos a produção destinava-se apenas a suprir as necessidades familiares de panos de estopa e de linho, sendo às vezes necessário contratar algumas das operações do processo produtivo no exterior, mas noutros, a intenção era alimentar uma pequena indústria doméstica que se movimentava na esfera de circuitos comerciais mais amplos e cuja produção era contratada por negociantes provenientes de Guimarães ou do Porto.

A fição e tecelagem manual são operações pouco complexas, rotineiras, femininas. A forte elasticidade do trabalho de agregados domésticos com elevadas taxas de natalidade compensava a exiguidade de terra, suavizava as rendas, complementava as jornas. Depois a facilidade de circulação, sobretudo no Minho da Ribeira, a existência de centros urbanos consumidores importantes, a proximidade de portos marítimos como Viana, Vila do Conde e sobretudo o Porto, permitia uma procura mais ou menos estável.

No distrito de Viana do Castelo o linho cultivava-se em quase todas as freguesias e a produção, nos finais da década de 50, rondava 70000 alqueires que alimentavam mais de 6000 teares<sup>25</sup>, e, embora a maioria apenas teça para uso doméstico, *"aparecem nos mercados muitas peças de pano de linho, que são compradas para comércio com a Galiza, como o mostra a exportação do distrito pelos portos secos (...) e que também também se compra nas próprias lojas de negócio algum pano de linho, trazido pelas mulheres do campo, com o fim de alcançarem uma quantia que lhes chegue, não só para a compra de algumas fazendas de algodão de que carecem, mas igualmente para ainda poderem apurar algum numerário"*<sup>26</sup>.

No último quartel do séc. XIX, quando a têxtil algodoeira era já

---

primeiro quartel do séc. XIX, naturalmente oriundos de uma "indústria" artesanal disseminada pela província de Entre-Douro e Minho e, em menor medida, pela Beira Litoral (ALEXANDRE, 1993).

<sup>24</sup> É conhecida desde a antiguidade e o seu cultivo estava muito divulgado na Idade Média .

*"No Entre-Douro e Minho do séc. XIII quase todos os casais reguengos pagam 112 ou 113 do linho com a mesma naturalidade com que pagam cereal e muitos ainda como direituras, têm de entregar, habitualmente em Maio - pois os fiandeiros eram no Inverno das noites longas - certas porções de bragal"* (ALMEIDA, Carlos, 1978, p. 126) .

<sup>25</sup> Eusébio Coelho, refere que a maior parte do pano fabricado é proveniente do linho indígena, sobretudo o galego que se semeia pela segunda quinzena de Abril e se mantém na terra entre 50 a 60 dias, embora se utilize também algum estrangeiro (Estatística do Distrito de Vianna do Castelo, p. 61 a 74).

<sup>26</sup> Idem, p. 75.

claramente dominante, o linho tende a tornar-se uma actividade residual<sup>27</sup> no quadro da industria têxtil, confinando-se progressivamente à esfera doméstica. A maior dificuldade de tecelagem mecânica do linho português, comparativamente com o linho estrangeiro, tem como consequência a redução das áreas de cultivo, sobretudo notável a partir da década de setenta, período que corresponde também a um aumento de importação de fibra estrangeira (MENEZES, 1900).

O inquérito industrial de 1881 apenas contabiliza nos "concelhos rurais" do distrito do Porto cerca de 2000 teares embora refira que tal número é manifestamente inferior à realidade dada a grande dispersão nas freguesias rurais<sup>28</sup>.

A expansão da têxtil algodoeira, na segunda metade de oitocentos, em áreas exteriores à cidade do Porto - onde o processo foi mais antigo - nomeadamente para o do Vale do Ave, a exemplo da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela e da Companhia Rio Ave, se reconfigura o processo de mercantilização da força de trabalho de origem rural, não altera, em substância, o significado que os rendimentos exteriores à exploração agrícola desempenham no quadro da subsistência das famílias camponesas, apesar dos baixos salários que se praticam<sup>29</sup>. Na década de 90, no início do ciclo de expansão colonial, a protecção pautal, cria condições favoráveis à proliferação da têxtil algodoeira, centrada agora essencialmente no Ave.

---

<sup>27</sup> Depois do embaratecimento e vulgarização dos tecidos de algodão, a desvalorização dos panos de linho e a sincrónica diminuição de salários faz com que a tecelagem manual se vá restringindo à esfera doméstica. A diminuição da procura reduz gradualmente a produção às necessidades familiares, à feitura das toalhas e rendas que acompanham as meninas casadoiras.

No caso das rendas de bilros em Vila do Conde ou dos bordados da Lixa, o linho utilizado passa a ser estrangeiro. No Noroeste (para exceptuar a fiação mecânica de Torres Novas-1845) a tecelagem mecânica só praticamente existe em Guimarães, em fábricas que não trabalham exclusivamente com linho e, mesmo esse, é importado (GERALDES, 1913).

<sup>28</sup> [A manufactura do linho] "é esta uma das industrias mais geraes e mais características de todo o Minho. Não ha concelho do districto do Porto onde mais ou menos se não cultive, se não amasse, se não fie, e não se teça o linho; mas nenhuma espécie é de estudo mais difficil, porque a industria, exercida domesticamente, e para serviço próprio das famílias, não cê sob a acção do imposto. Os elementos estatísticos do mappa, alem de serem muito vagos, são incompletos, nem podiam deixar de o ser, porque a sub-commissão, conforme o disse já, não podia proceder por freguesias; teve de parar nos concelhos.

Os dois únicos onde a manufactura do linho tem um caracter não domestica, são Gondomar e Penafiel. No primeiro d'estes concelhos tece-se o linho fiado nos limitrophes, e a obra feita por conta dos donos do objecto paga-se a rasão de desde 30 a 80 réis a vara. A tecedeira que se occupa exclusivamente d'esse mister, produz num dia de três a quatro varas de panno liso. Ha cerca de 200 teares, especialmente nas freguezias de S. Cosme e Fanzeres, distribuidos pelas casas; e alem dos pannos lisos ou dos atoalhados, tecem-se riscados tintos e cobertas de um typo característico, em que a lâ de várias cores como ornato em desenhos mais ou menos bárbaros.

Em Penafiel o organismo da industria é diverso e menos rudimentar. Os teares formam officinas que têm por conta própria vendendo os pannos e alimentando um commercio ainda relativamente importante, embora decadente (Inquérito industrial de 1881).

<sup>29</sup> No relatório de 1888 do MOPCI (d direcção geral do comércio e indústria - Inquérito sobre o Estado da industria da tecelagem na cidade do Porto e situação dos respectivos operários, Lisboa, 1889) diz-se que é difficil concorrer com os preços e salários praticados no campo.

A progressiva proletarização convive, nos primeiros tempos, com o trabalho domiciliário. No algodão, as fiandeiras, muitos teares manuais, ou até pequenas oficinas de tecelagem, trabalham na órbita e dependência das grandes têxteis algodoceiras portuenses. Nalguns casos, os tecelões compram o fio ao "fabricante" a quem vendem depois o tecido, sendo parte do trabalho pago de novo em fio<sup>30</sup>.

A submissão do trabalho de origem rural a lógicas produtivas que lhe são exteriores, como é o caso da têxtil algodoceira, sucede igualmente noutras actividades. Não é só o marçano, que ainda miúdo, aprende as lides do comércio. Oriundos da periferia rural do Porto, de Valongo, de Bouças, da Maia ou de Gaia, milhares de pedreiros, carpinteiros ou estucadores, deslocam-se semanalmente à cidade, alimentando as actividades de construção civil<sup>31</sup>. Esta pendularidade vai, já no decorrer do séc. XX, passando gradualmente a diária, à medida que é implementada e se vulgariza a utilização da rede de transportes públicos.

Noutras áreas, onde a agricultura se encontra hoje muito rarefeita, a exemplo do Médio Ave, a pequena agricultura familiar articula-se igualmente com a produção artesanal. Na década de 40, S. Torcato, na periferia de Guimarães, é ainda uma *"aldeia de lavradores - caseiros e de sapateiros trabalhando ao domicílio para comerciantes de Guimarães"*. Os camponeses são também *"os moleiros, os ferreiros, o funileiro, o barbeiro, o motorista, os carpinteiros, os pedreiros, o cantoneiro, os sapateiros, as fiandeiras, o costureiro, trabalham caracteristicamente em artes manuais de transmissão familiar e, em regra, como artesãos, produtores independentes ou assalariados de pequenas unidades produtivas"* (SILVA, 1991).

Por meados deste século, antes da massiva emigração europeia, os concelhos rurais do arco periférico interior do Noroeste de Portugal atingem os máximos populacionais. Na sua grande maioria isso verifica-se no momento censitário de 1950 e, num menor número de casos, no de 1960, num período ainda caracterizado, face à abundância de oferta de mão de obra, pela preponderância e baixa produtividade do trabalho agrícola, essencialmente manual. A estrutura da população activa agrícola (recenseamento de 1950) revela um enorme peso dos trabalhadores assalariados: 41.3% no distrito de Braga, 45.9% no do Porto e 26.7% no de Viana do Castelo. Por outro lado, é também notória a persistência de arrendamentos e parcerias que representam, segundo o "Inquérito às

---

<sup>30</sup> *"As fiandeiras e dobadeiras de Bouças e da Maia, cujo numero sommando não deve andar longe de 1:500, trabalham para as fábricas do Porto, vindo semanalmente á cidade buscar a matéria prima e levando o produto fabricado. São como que uma dependência das officinas do Porto, ou operarias destacadas trabalhando domesticamente."* (Inq. Ind. 1881 p. 43 e 44)

<sup>31</sup> *"O operário dos arrabaldes vem aos bandos à segunda feira de madrugada, carregado com a sacca onde traz a broa para toda a semana; vive durante ella arranchado pelas obras ao caldo; e ao sábbado regressa a passar o domingo em casa com a família, que entretanto cuida da lavoura e dá engorda dos bois. Em grande parte os operários são também lavradores, pequenos proprietários e as economias do salário consolidam-se na terra..."* (Inq. Ind. 1881 p. 34 e 35)

Explorações Agrícolas do Continente" de 1952-54, cerca de 1/3 do total das formas de exploração, sendo mesmo esta a dominante em 10 concelhos (quadro 7). Desse mesmo Inquérito transparece claramente a manutenção do carácter tradicional da agricultura do Noroeste de Portugal. Os índices de mecanização são irrisórios já que, por exemplo, no distrito do Porto havia apenas 35 tractores, no de Aveiro 69, no de Braga 21 e no de Viana do Castelo somente 5.

Uma boa parte deste enorme quantitativo de população rural articula os rendimentos provenientes da exploração agrícola com os provenientes de outras actividades remuneradas, quer se trate da pequena produção artesanal no domicílio e/ou do trabalho assalariado exercido no exterior. Embora não se possa saber de forma exacta o seu peso relativo, as fontes de rendimento exteriores, apesar da sua diversidade, podem ser, com alguma simplificação, incluídas em dois tipos fundamentais, se se excluir a pequena produção artesanal domiciliária que se encontra praticamente dispersa por todo o território. Num plano está o operário(a) /camponês(a), que exerce uma actividade (incluindo a domiciliária) nos ramos tradicionais a exemplo do têxtil/vestuário, calçado, madeiras ou alimentar, noutro a ainda enorme massa de camponeses pobres, ao mesmo tempo caseiros ou jornaleiros, que complementam por essa via a escassez do rendimento proveniente do ínfimo pedaço de terra que possuem. Estes dois tipos não se excluem mutuamente já que era normal coexistirem numa mesma família.

No "Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente" de 1952-54 distinguem-se, nos tipos de empresa, as familiares perfeitas, as familiares imperfeitas e as patronais (individuais, societárias ou públicas). A empresa familiar é considerada perfeita, se o empresário e a família conseguem viver exclusivamente do rendimento da exploração e imperfeita se o empresário ou os membros da família necessitam trabalhar fora da exploração para suprir a insuficiência do rendimento desta. Infere-se, da definição anterior, que as empresas familiares imperfeitas consubstanciam situações de pluriactividade, embora não seja possível saber em que sector se exerce essa actividade e qual o peso relativo desse rendimento em relação ao proveniente da exploração. Não sabemos, também, para o caso das patronais, quantas configuram situações de plurirrendimento e pluriactividade e, ainda no que toca às familiares perfeitas, não é de excluir que algumas constituam, de facto, empresas patronais (MARTINS, S. 1973).

Mesmo assim, as empresas familiares imperfeitas representavam mais de metade (51.9%) do total das explorações agrícolas do Noroeste (quadro 8, figura 6), assumindo valores bem mais elevados do que as familiares perfeitas (30.4%) ou patronais (17.7%). Desagregando por NUT III, verifica-se que o peso relativo das explorações familiares imperfeitas não oscila de forma significativa, o que dá a ideia da sua dispersão

**Quadro 7 — Explorações agrícolas segundo as formas de exploração, por concelho, no Noroeste de Portugal Continental (1953/54)**

Núts	Total	Conta Própria		Arrend./Parceria		Mistas	
		Nº	%		%	Nº-	%
<b>E. Douro e Minho</b>	193801	106541	55,0	56276	29,0	31961	16,5
Minjbo Lima (NUT III)	45870	27740	60,3	5211	11,4	13000	28,3
Arcos de Valdevez	7938	4539	57,2	862	10,9	2537	32,0
Caminha	2322	1542	66,4	209	9,0	571	24,6
Melgaço	3454	2833	82,0	334	9,7	289	8,4
Monção	5023	4121	82,0	193	3,8	709	14,1
Paredes de Coura	2874	1165	40,5	358	12,5	1351	47,0
Ponte da Barca	2766	1613	58,3	401	14,5	732	26,5
Ponte de Lima	7703	3905	50,7	1235	16,0	2563	33,3
Valença	3314	2358	71,2	459	13,9	497	15,0
Viana do Castelo	8122	4497	55,4	838	10,3	2787	34,3
V. N. de Cerveira	2454	1167	47,6	322	13,1	964	39,3
<b>Cávado &lt;NUT II&gt;</b>	£6026	16768	64,4	4519	17,4	4739	18,2
Amares	2365	1779	75,2	442	18,7	144	6,1
Barcelos	9368	5941	63,4	1209	12,9	2218	23,7
Braga	2564	945	36,9	1373	53,5	246	9,6
Esposende	3401	1733	51,0	416	12,2	1252	36,8
Terras de Bouro	1694	1363	80,5	144	8,5	187	11,0
Vila Verde	6634	5007	75,5	935	14,1	692	10,4
<b>Ave (NUT IO)</b>	26902	14862	55,2	10352	38,5	1688	6,3
Fafe	3803	1837	48,3	1590	41,8	376	9,9
Guimarães	6140	2137	34,8	3912	63,7	91	1,5
Póvoa de Lanhoso	2427	1346	55,5	564	23,2	517	21,3
Santo Tirso	3611	2581	71,5	860	23,8	170	4,7
Vieira do Minho	3201	2331	72,8	721	22,5	149	4,7
V. N. de Famalicão	7720	4630	60,0	2705	35,0	385	5,0
<b>Grande Porto (NUT III)</b>	24991	14801	59,2	7571	30,3	2619	10,5
Espinho	1080	647	59,9	234	21,7	199	18,4
Gondomar	1329	875	65,8	351	26,4	103	7,8
Maia	3964	2530	63,8	1304	32,9	130	3,3
Matosinhos	2795	1624	58,1	917	32,8	254	9,1
Porto	1381	1092	79,1	270	19,6	19	1,4
Póvoa de Varzim	2915	1388	47,6	762	26,1	765	26,2
Valongo	988	543	55,0	280	28,3	165	16,7
Vila do Conde	2226	1422	63,9	485	21,8	319	14,3
Vila Nova de Gaia	8313	4680	56,3	2968	35,7	665	8,0
<b>Tâmega (NUT HI)</b>	52008	21473	41,3	24103	46,3	6427	12,4
Amarante	5278	1917	36,3	2822	53,5	539	10,2
Baião	4988	1923	38,6	2152	43,1	913	18,3
Cabeceiras de Basto	3030	1396	46,1	1315	43,4	319	10,5
Castelo de Paiva	1734	940	54,2	575	33,2	219	12,6
Celorico de Basto	3479	1421	40,8	1848	53,1	210	6,0
Cinfaes	5554	2627	47,3	1917	34,5	1004	18,1
Felgueiras	4697	1940	41,3	2656	56,5	101	2,2
Lousada	1693	591	34,9	1046	61,8	56	3,3
Marco de Canaveses	4838	1453	30,0	2713	56,1	672	13,9
Mondim de Basto	1668	800	48,0	585	35,1	284	17,0
Paços de Ferreira	2345	1070	45,6	982	41,9	293	12,5
Paredes	2947	1350	45,8	1244	42,2	353	12,0
Penafiel	4511	1627	36,1	2372	52,6	512	11,4
Resende	3314	1144	34,5	1340	40,4	830	25,0
Ribeira de Pena	1932	1274	65,9	536	27,7	122	6,3
<b>E. Douro é Vouga (NUT III)</b>	17904	10897	60,9	3520	19,7	3488	19,5
Arouca	3913	2202	56,3	752	19,2	959	24,5
Feira	5538	3406	61,5	1084	19,6	1048	18,9
Oliveira de Azeméis	5561	3361	60,4	1068	19,2	1132	20,4
S. João da Madeira	85	73	85,9	11	12,9	1	1,2
Vale de Cambra	2807	1855	66,1	605	21,6	348	12,4

FONTE: Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, INE, 1952/54.

Quadro 8 — Explorações agrícolas segundo o tipo de empresa e formas de exploração, por concelho, no Noroeste de Portugal Continental (1953/54)

Núts	Total				Familiars Peritadas				Familiars Imperitadas				Eatonais												
	Total	%	Familiars Propr.	%	Mistas	%	Total	%	Arren. Parcer.	%	Mistas	%	Total	%	Arren. Parcer.	%	Mistas	%							
<b>E. Douro e Minho</b>	133801	53933	30.4	33852	57.5	14839	23.2	10203	17.3	10600	17.3	33379	33.2	13738	17.5	34239	17.7	22050	64.4	8038	23.5	4175	12.2		
Minho Lima	43873	14411	31.3	10308	71.5	626	4.3	3483	24.2	28973	66.5	13164	30.7	4398	16.6	8481	32.6	5386	22.2	4271	16.5	276	4.9	1038	13.6
Acros de Valdevez	7938	2789	35.1	2079	74.5	89	2.9	630	22.2	4296	53.4	1706	41.0	731	17.5	1763	41.8	913	11.5	724	79.3	61	5.6	138	15.1
Gaminha	2322	313	13.5	247	78.9	9	2.9	57	15.2	1772	76.3	1093	61.7	192	10.8	487	27.5	237	10.2	202	85.2	8	3.4	27	11.4
Melgaco	3454	1207	34.9	1039	86.1	61	5.1	109	9.0	2152	62.3	1707	79.3	268	12.5	178	8.2	85	2.8	87	91.6	4	4.2	4.2	4.2
Monção	5023	2004	39.9	1726	86.1	33	1.6	245	12.2	1866	64.2	1624	74.6	148	6.7	409	18.7	843	16.8	711	91.5	14	1.7	58	6.9
Paredes de Coura	2874	813	28.3	470	57.8	31	3.7	313	38.5	2166	43.9	519	31.0	318	17.0	969	51.9	135	6.8	116	59.5	10	5.1	69	35.4
Ponte da Barca	2766	755	27.3	555	73.5	34	5.2	161	21.3	1745	63.1	863	49.5	351	20.1	511	29.3	266	9.5	195	73.3	11	4.1	60	22.6
Ponte de Lima	3703	2307	39.6	1507	60.1	148	5.9	852	34.3	4362	56.2	1852	34.5	1005	23.5	534	10.8	844	10.8	546	65.5	82	5.8	206	24.7
Valença	3314	1363	41.1	1034	76.9	109	7.8	223	16.4	1531	46.4	1004	66.6	319	20.8	208	13.6	420	12.7	320	76.2	34	5.1	66	15.7
Viana do Castelo	8122	1874	23.1	1166	62.3	79	4.2	627	33.3	4828	59.4	2297	47.6	710	14.7	1821	37.7	1422	17.7	1034	72.4	49	3.4	339	23.8
V. N. de Cervinã	2454	738	30.1	482	65.2	41	5.2	264	35.3	1303	53.9	409	31.3	268	20.5	628	48.1	361	14.7	276	76.5	13	3.6	72	19.9
<b>Galvado</b>	26026	8633	33.2	5654	65.2	1393	16.1	1613	18.7	11894	43.9	4068	46.4	2378	20.3	2247	19.2	4687	21.3	4069	73.4	133	3.1	830	15.4
Amaral	2365	847	35.8	662	78.3	124	14.2	62	7.3	1028	43.4	743	72.1	241	23.4	46	4.5	482	20.8	374	76.0	82	16.7	36	7.3
Barcelos	9365	2591	27.7	1878	68.3	158	17.4	654	26.8	4012	48.2	2663	56.8	198	17.7	1061	23.5	2309	24.6	1610	69.8	222	9.6	473	20.0
Bragança	3664	1293	35.3	892	69.0	73	6.0	127	3.8	1668	45.3	108	3.6	84	6.9	51	3.8	511	38.3	493	31.0	39	3.0	15	1.3
Esposende	1691	714	42.2	635	89.1	24	3.1	44	2.6	824	48.8	508	27.0	369	22.7	228	14.5	194	16.3	133	86.2	7	4.4	152	27.3
Vila Verde	6634	1858	28.0	1460	76.9	252	11.7	215	11.3	3343	50.4	2365	70.7	611	18.5	367	11.0	1393	21.0	1182	84.9	101	7.3	110	7.9
<b>Ave (NUT HD)</b>	26902	7457	27.7	3858	51.6	243	3.9	534	7.2	3432	46.1	2411	39.6	627	9.3	4783	64.3	4783	64.3	3388	44.1	228	5.7	328	5.7
Fafe	3803	1494	39.3	797	53.3	575	38.5	123	8.2	1747	46.0	745	42.6	792	45.3	210	12.0	560	14.7	295	52.7	222	39.6	43	7.7
Guimarães	6140	1513	24.6	380	25.1	1104	73.0	229	1.9	2495	40.6	766	30.3	1716	68.8	23	0.9	2132	34.7	1001	47.0	1092	51.2	39	1.8
Póvoa de Lanhoso	2427	1147	47.3	649	47.9	323	28.2	275	24.0	1012	41.7	602	59.5	214	21.1	196	19.4	268	11.0	195	72.8	27	10.1	46	17.2
Santo Tirso	3611	1011	28.0	600	59.3	331	34.7	60	5.9	1699	47.1	1293	76.1	343	20.2	63	3.7	901	24.9	688	76.4	166	18.4	47	5.2
Vieira do Minho	3201	1081	33.8	789	73.0	238	22.0	54	5.0	1654	51.7	1209	72.6	375	22.7	79	4.8	466	14.5	342	73.4	108	23.2	16	3.4
V. N. de Famalicão	7720	1227	15.9	743	60.6	391	31.9	93	7.6	5094	65.9	2955	58.1	1971	38.8	158	3.1	1409	18.2	932	66.1	343	24.3	134	9.5
<b>Grande Porto</b>	24931	4711	18.9	2713	57.6	1334	24.1	857	34.3	3432	46.1	2411	39.6	627	18.2	1142	29.3	372	69.1	1163	20.2	133	10.7	63	5.0
Espinho	1080	318	29.5	239	74.9	60	15.7	30	9.4	675	62.8	355	52.4	167	24.6	66	23.0	83	7.7	53	63.9	171	20.5	13	15.7
Gondomar	1329	321	24.2	209	65.1	88	27.4	24	7.5	468	34.9	298	64.2	118	25.4	48	10.3	544	40.9	368	67.6	145	26.7	31	5.7
Matosinhos	3964	437	11.0	322	73.7	89	20.4	26	5.9	2877	72.6	1723	59.9	1104	38.4	50	1.7	650	16.4	485	74.6	111	17.1	54	8.3
Póvoa de Varzim	2915	1391	47.7	692	43.3	373	26.8	416	29.9	1036	35.5	441	42.6	344	32.8	255	24.6	488	16.8	345	70.7	49	10.0	94	19.3
Valongo	888	315	31.9	164	52.1	84	26.7	67	21.3	345	34.9	128	37.1	148	42.0	69	20.0	328	33.2	251	76.5	48	14.6	29	8.8
Vila do Conde	2226	534	24.1	313	58.4	130	24.3	93	17.4	811	36.4	493	60.8	223	27.5	95	11.7	879	39.5	616	70.1	132	15.0	131	14.9
Vila Nova de Gaia	8313	1068	12.8	686	64.2	253	23.7	123	12.1	5769	69.4	3096	53.7	2334	40.5	339	5.9	1476	17.8	898	60.8	381	25.8	197	13.3
<b>Tâmega</b>	62003	18134	34.9	7423	40.9	8043	44.3	2678	14.7	2528	14.7	3833	38.3	12628	49.5	2927	11.6	8373	16.5	4220	49.2	3339	41.2	624	9.6
Amarante	5278	1652	31.3	655	33.6	887	53.7	211	12.7	254	14.7	953	37.0	1353	53.2	249	9.8	1085	20.6	423	39.0	582	59.6	80	7.4
Baião	4988	1292	25.9	697	47.0	379	29.3	306	23.7	3158	63.1	1074	34.0	1584	50.2	500	15.8	538	10.8	242	45.0	189	35.1	107	19.9
Cabeceiras de Basto	1734	431	24.9	231	53.6	131	30.4	63	16.0	956	55.1	500	52.3	358	37.4	98	6.3	573	16.5	303	52.9	232	40.5	38	6.6
Castelo de Paiva	3479	1632	46.6	651	38.5	945	55.9	94	5.7	1214	34.9	467	38.5	671	55.3	78	6.3	347	20.0	209	60.2	86	24.8	52	15.0
Castro de Basto	5654	2863	50.7	1440	60.2	832	29.0	591	21.6	2534	42.4	974	41.3	1007	42.7	378	15.8	329	5.9	213	64.7	178	23.7	38	11.0
Salgueiras	1692	1403	83.0	470	33.4	568	64.4	43	3.2	2194	46.7	922	42.3	1263	66.9	18	0.8	1093	23.3	842	49.6	513	46.8	38	3.0
Lousada	4832	1034	21.4	523	50.9	258	25.0	173	16.3	2573	53.3	113	25.6	147	13.8	10	0.7	418	24.7	219	51.4	472	55.8	11	1.2
Monção de Basto	1668	809	48.5	434	53.0	254	31.2	124	15.3	941	56.2	332	29.8	264	30.1	88	3.4	102	18.0	316	33.3	432	46.3	11	1.2
Paredes	2345	700	29.9	227	32.4	336	50.9	117	16.7	1190	51.6	556	46.9	204	17.1	138	11.5	446	19.0	287	64.3	121	27.1	33	8.5
Penafiel	4511	1593	35.3	513	33.6	774	41.4	119	14.4	1337	45.4	531	40.5	628	46.2	170	12.7	805	27.3	456	56.6	285	35.4	64	8.0
Reseife	3314	1143	34.5	349	30.5	432	37.8	362	31.7	1773	53.5	605	34.1	717	44.4	381	21.5	398	12.0	190	47.7	121	30.4	87	21.9
Ribeira de Pena	1932	476	24.6	362	76.1	93	19.5	21	4.4	1371	71.0	847	61.8	430	31.4	94	6.9	85	4.4	65	76.5	13	15.3	7	8.2
<b>E. Douro e Vouga</b>	17804	6543	31.0	3925	70.9	674	13.2	943	17.0	9438	32.8	4903	33.9	2883	26.3	2053	21.8	2923	16.3	2085	70.6	364	12.8	494	16.9



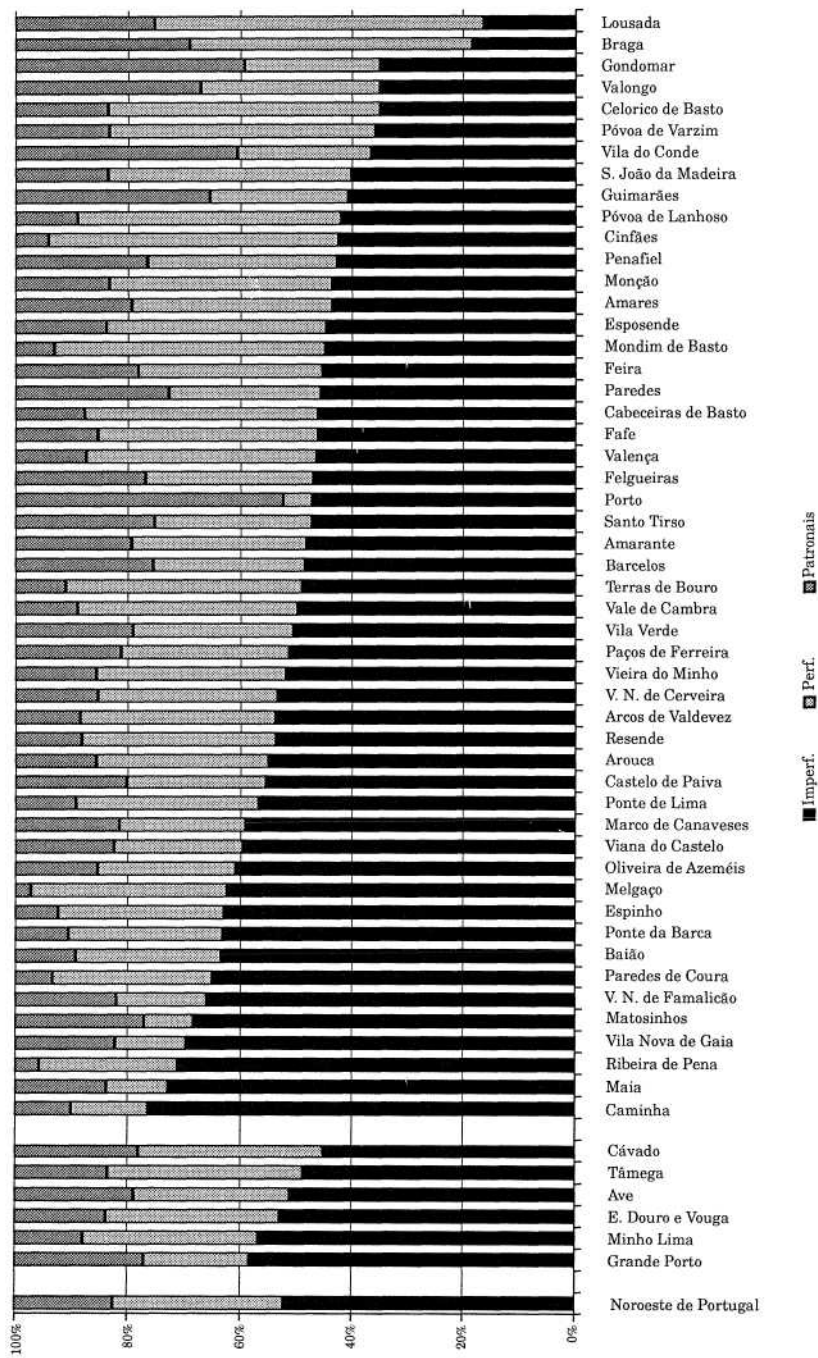
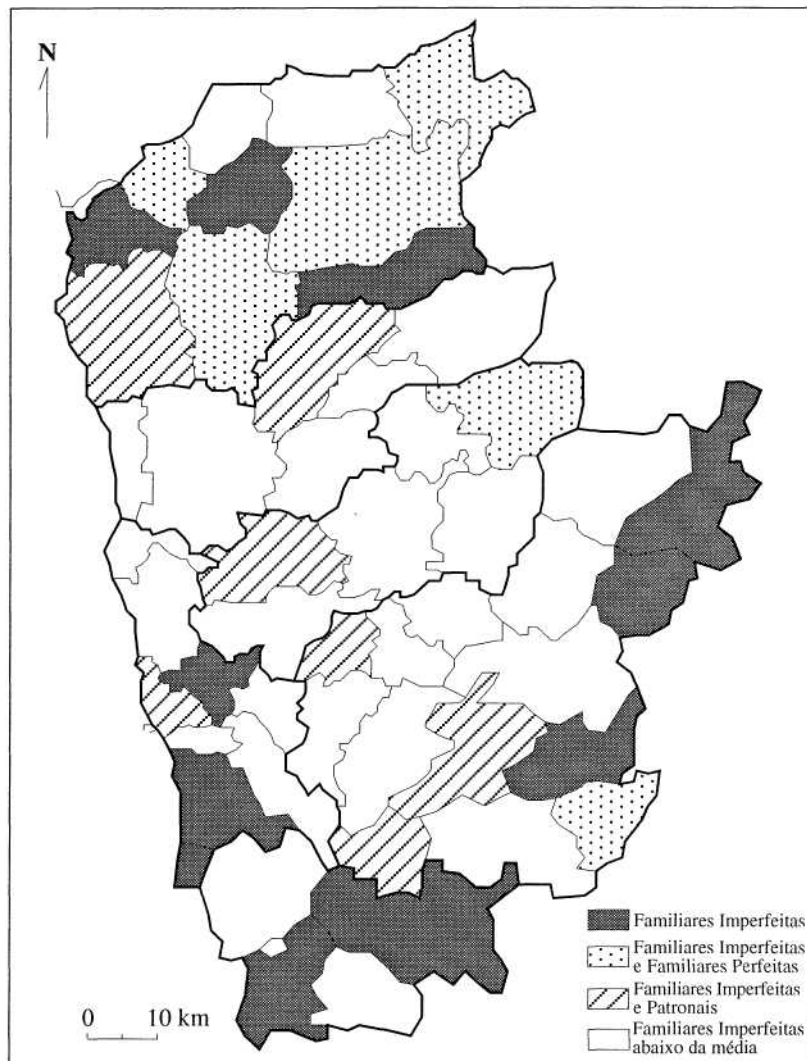


Figura 6 — Explorações agrícolas segundo o tipo de empresa, por concelho, no Noroeste de Portugal (1953/54)

espacial, cabendo o máximo ao Grande Porto (58.1%) e o mínimo ao Cávado (44.9%). Mas, a um outro nível de análise territorial, um pouco mais fino e, partindo da localização dos concelhos que apresentam quantitativos acima da média, é possível identificar um padrão locativo aparentemente contraditório, na medida em que estes valores tanto se polarizam em função do aglomerado urbano do Porto (Matosinhos - 68.1%, Maia - 72.6%, V. N. de Gaia 69.4%) e de áreas de industrialização em meio rural já relativamente antiga a exemplo de Paços de Ferreira (51.1%) ou de V. N. de Famalicão (65.9%), mas também são igualmente significativos em quase todo o arco periférico mais excêntrico em relação à oferta de emprego industrial (Ribeira de Pena - 71.0%; Baião - 63.3%; Castelo de Paiva - 55.1% e praticamente todo o Alto Minho) (figura 7).

Esta dualidade da configuração espacial no que respeita à maior incidência da pluriactividade é, no entanto, resultado de cenários completamente distintos. No primeiro caso conjugam-se, simultânea ou de forma independente, a existência de uma maior oferta de emprego industrial, mas também de trabalho agrícola assalariado permanente ou sazonal, face ao mais elevado número de explorações patronais, numa área onde a mercantilização da agricultura é mais evidente, em função da existência de mercados urbanos importantes. O segundo caso espelha essencialmente fenómenos de semi-proletarização já que, numerosas pequenas explorações gravitam na órbita de outras de maior dimensão, quer se trate de patronais ou mesmo de algumas que foram recenseadas indevidamente como familiares perfeitas. Trata-se, pois, de uma situação de precaridade pela existência de famílias de grande dimensão cujo potencial de trabalho é excedentário em relação à dimensão física da exploração, optando por alargá-la pelo arrendamento, e/ou recorrendo ao trabalho assalariado permanente ou eventual noutras explorações. É também significativo o facto do peso do arrendamento e das parcerias ser mais elevado nas familiares imperfeitas do que no conjunto das explorações, o que denota a vulgaridade de situações de camponeses sem terra. Esta "bolsa de mão de obra agrícola" que subsiste porque é capaz de suportar uma grande elasticidade de trabalho e um baixo nível de consumo, coincide, em grande medida - e com isso se conjuga - com os casos em que o peso relativo do trabalho agrícola familiar não remunerado nas explorações é mais elevado.

Tal como sucede para o caso de 1952-54 o "Inquérito às explorações agrícolas do Continente" de 1968, apenas permite que a pluriactividade seja perscrutada através de indicadores indirectos porque, em ambos os casos, os itens a que se pode recorrer tinham a intenção de propiciar outras leituras que não aquela que aqui é feita, como por exemplo, em 52-54, aferir a capacidade de "autosustentabilidade" das explorações enquanto unidade de trabalho e consumo, ou em 68 medir o grau de insuficiência/ viabilidade económica das explorações.



Fonte: Inquérito às explorações agrícolas do Continente, 1952/54

**Figura 7 — Concelhos onde a percentagem de explorações agrícolas familiares imperfeitas, familiares imperfeitas e perfeitas ou familiares imperfeitas e patronais está acima da média do Noroeste de Portugal Continental (1953/54)**

Do Inquérito de 1968<sup>32</sup> apenas é possível obter uma aproximação, se bem que muito grosseira, a partir da ocupação dos dirigentes e do peso relativo das explorações agrícolas não autónomas e complementares.

No primeiro caso, na secção 4. ai. 5 do questionário pretende-se saber

<sup>o</sup> Não cabe aqui uma análise de pormenor ao Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente de 1968, nem sequer a discussão quanto à sua maior ou menor fiabilidade, o que, aliás, pode ser visto em CORDOVIL (1979).

se "a pessoa que dirige só trabalha nesta exploração agrícola". Sendo a resposta negativa, somente se pergunta qual é a ocupação principal (principalmente agrícola ou não agrícola). Mesmo tendo em conta que se trata apenas do dirigente e não do conjunto do seu agregado doméstico, cerca de 35% do total declarou trabalhar fora da exploração e quase 85% indicou como ocupação principal a exterior (quadro 9). Desagregando por NUT's III, o valor mais alto cabe ao Grande Porto (46.7%), onde em mais de metade dos concelhos se ultrapassa os 50% de activos fora da exploração e a ocupação principalmente não agrícola é a mais elevada (94.5%). Segue-se, acima da média do Noroeste, o Ave (43.5%), e o Entre Douro e Vouga (40.1%) e, abaixo, o Tâmega (33.7%), o Cávado (31.7%) e o Minho Lima (27.6%). Em síntese, são as áreas mais industrializadas ou de maior pendularidade em relação ao aglomerado urbano do Porto que apresentam o índices mais elevados, sucedendo o inverso no restante território (figura 8).

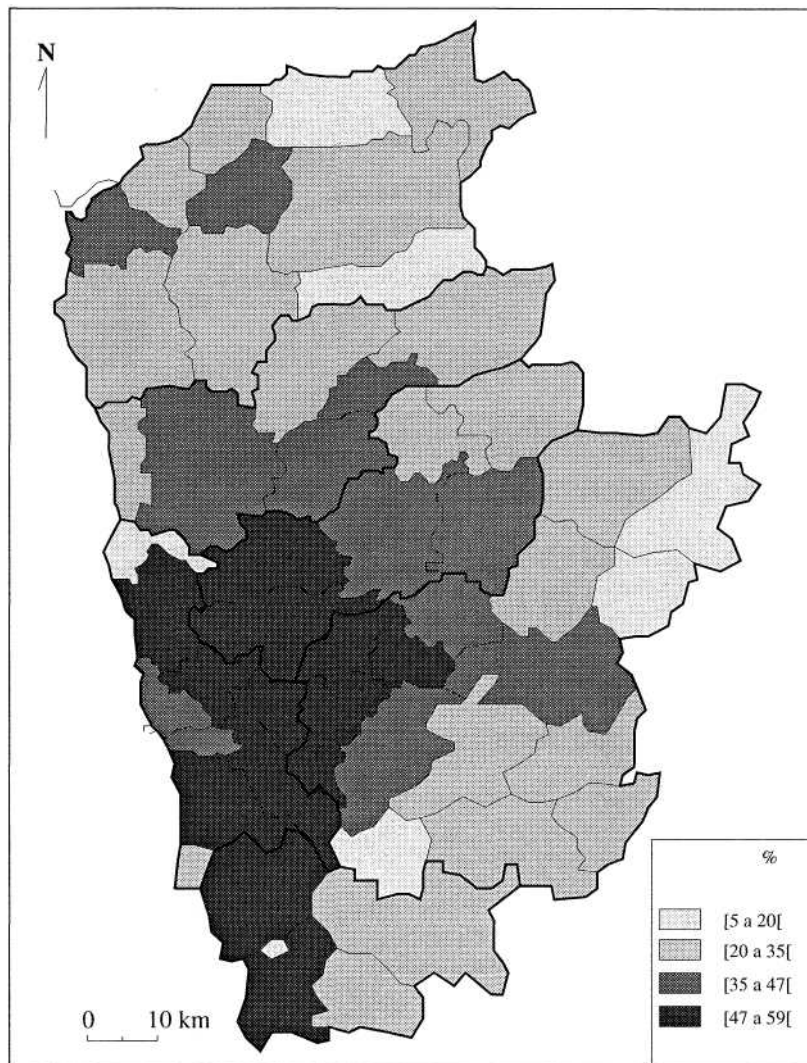
No segundo caso (secção 11 - emprego na exploração e remunerações) pretende-se saber quem faz o trabalho na exploração agrícola. Quando todo o trabalho é feito pelo produtor agrícola e/ou pessoas do seu agregado doméstico, pergunta-se se o produtor agrícola e/ou as pessoas do seu agregado doméstico 1. "trabalham apenas na sua exploração agrícola, isto é, a sua exploração ocupa-lhes todo o tempo" (autónomas); 2. "trabalham a maior parte do tempo na sua exploração, mas também executam trabalhos remunerados fora da exploração" (não autónomas); 3. "trabalham a maior parte do tempo em actividades remuneradas fora da sua exploração, isto é, conseguem executar todas as tarefas da sua exploração apenas com o dispêndio de uma pequena parte do tempo do seu trabalho diário" (complementares). É evidente que os itens 2. e 3. configuram situações de pluriactividade. No entanto, este indicador, se tomado isoladamente, subavalia a sua dimensão real, na medida em que apenas tem em conta os casos em que todo o trabalho na exploração é executado pelo produtor agrícola e/ou pessoas do seu agregado doméstico, esquecendo os casos em que a maior parte dos trabalhos agrícolas é feita por membros do agregado doméstico do produtor, mas há pessoal remunerado e ainda quando a maior parte ou a totalidade dos trabalhos agrícolas é feita por pessoal remunerado, onde haverá, concerteza, também situações pluriactivas. Compreende-se, então, porque é que os valores para as explorações agrícolas não autónomas e complementares são globalmente mais baixos do que o número de dirigentes que trabalham fora, mesmo que entre estes dois indicadores exista uma forte covariância.

Ao contrário dos anteriores, a partir da publicação do Recenseamento Agrícola do Continente de 1979, é possível conseguir uma maior fiabilidade analítica, na medida em que dele se pode extrair informação quer quanto à origem do rendimento do agregado doméstico do produtor quer quanto ao exercício de actividades remuneradas exteriores à exploração do dirigente e/ou dos membros do agregado doméstico.

**Quadro 9 — Dirigentes das expirações agrícolas segundo o tipo de ocupação (1968)**

Nut's	Nº. Explorações			Dirigentes com ocupação agrícola e não agrícola											
				Total de dirigentes				Ocup. princip. agrícola				Ocup. princip. não agric.			
	Total	<20ha	≥20ha	Total	<20ha	≥20ha	%	Total	<20ha	≥20ha	%	Total	<20ha	≥20ha	%
E. Douro e Minho	204843	202195	2648	72938	72055	883	35,6	11503	11290	213	15,8	61435	60765	670	84,2
Minho Lima	43879	43725	154	12124	12075	49	27,6	2254	2245	9	18,6	9870	9830	40	81,4
Arcos de Valdevez	7857	7845	12	2230	2225	5	28,4	612	610	2	27,4	1618	1615	3	72,6
Caminha	2081	2075	6	848	845	3	40,7	30	30	0	3,5	818	815	3	96,5
Melgaço	3425	3420	5	973	970	3	28,4	65	65	0	6,7	908	905	3	93,3
Monção	4777	4740	37	882	875	7	18,5	181	180	1	20,5	701	695	6	79,5
Paredes de Coura	3007	2995	12	1267	1265	2	42,1	530	530	0	41,8	737	735	2	58,2
Ponte da Barca	2580	2580	0	395	395	0	15,3	75	75	0	19,0	320	320	0	81,0
Ponte de Lima	7408	7355	53	1897	1880	17	25,6	389	385	4	20,5	1508	1495	13	79,5
Valença	2764	2760	4	692	690	2	25,0	50	50	0	7,2	642	640	2	92,8
Viana do Castelo	7968	7945	23	2439	2430	9	30,6	271	270	1	11,1	2168	2160	8	88,9
V. N. de Cerveira	2012	2010	2	501	500	1	24,9	51	50	1	10,2	450	450	0	89,8
Cávado	31218	30955	263	9907	9835	72	31,7	2091	2085	6	21,1	7816	7750	66	78,9
Amares	2543	2530	13	887	880	7	34,9	171	170	1	19,3	716	710	6	80,7
Barcelos	11012	10870	142	3952	3910	42	35,9	882	880	2	22,3	3070	3030	40	77,7
Braga	4974	4925	49	2107	2095	12	42,4	258	255	3	12,2	1849	1840	9	87,8
Esposende	3676	3655	21	1018	1015	3	27,7	175	175	0	17,2	843	840	3	82,8
Terras de Bouro	1861	1840	21	369	365	4	19,8	40	40	0	10,8	329	325	4	89,2
Vila Verde	7152	7135	17	1574	1570	4	22,0	565	565	0	35,9	1009	1005	4	64,1
Ave	27412	26600	812	11934	11620	314	43,5	1996	1880	116	16,7	9938	9740	198	83,3
Fafe	6288	5765	523	2431	2175	256	38,7	445	340	105	18,3	1986	1835	151	81,7
Guimarães	4292	4230	62	1724	1710	14	40,2	739	730	9	42,9	985	980	5	57,1
Póvoa de Lanhoso	2889	2870	19	919	915	4	31,8	130	130	0	14,1	789	785	4	85,9
Santo Tirso	4537	4475	62	2348	2335	13	51,8	136	135	1	5,8	2212	2200	12	94,2
Vieira do Minho	2697	2655	42	587	585	2	21,8	245	245	0	41,7	342	340	2	58,3
V. N. de Famalicão	6709	6605	104	3925	3900	25	58,5	301	300	1	7,7	3624	3600	24	92,3
Grande Porto	22449	22135	314	10485	10385	100	46,7	551	540	11	5,3	9934	9845	89	94,7
Espinho	1035	1035	0	275	275	0	26,6	0	0	0	0,0	275	275	0	100,0
Gondomar	3015	2940	75	1779	1750	29	59,0	103	100	3	5,8	1676	1650	26	94,2
Maia	2612	2580	32	1488	1470	18	57,0	26	25	1	1,7	1462	1445	17	98,3
Matosinhos	847	830	17	355	350	5	41,9	37	35	2	10,4	318	315	3	89,6
Porto	451	445	6	191	190	1	42,4	0	0	0	0,0	191	190	1	100,0
Póvoa de Varzim	3067	3055	12	520	520	0	17,0	25	25	0	4,8	495	495	0	95,2
Valongo	827	795	32	448	440	8	54,2	5	5	0	1,1	443	435	8	98,9
Vila do Conde	2840	2760	80	1476	1465	11	52,0	184	180	4	12,5	1292	1285	7	87,5
Vila Nova de Gaia	7755	7695	60	3953	3925	28	51,0	171	170	1	4,3	3782	3755	27	95,7
Tâmega	55265	54355	910	18614	18325	289	39,7	3550	3490	60	19,1	15064	14835	229	80,9
Amarante	5296	5275	21	1962	1955	7	37,0	553	550	3	28,2	1409	1405	4	71,8
Baião	5020	4995	25	1373	1355	18	27,4	491	485	6	35,8	882	870	12	64,2
Cabeceiras de Basto	4046	3600	446	1070	985	85	26,4	274	240	34	25,6	796	745	51	74,4
Castelo de Paiva	1808	1785	23	243	235	8	13,4	50	50	0	20,6	193	185	8	79,4
Celorico de Basto	3950	3895	55	832	815	17	21,1	173	170	3	20,8	659	645	14	79,2
Cinfães	4080	4040	40	991	980	11	24,3	328	325	3	33,1	663	655	8	66,9
Felgueiras	3555	3545	10	1447	1440	7	40,7	250	250	0	17,3	1197	1190	7	82,7
Lousada	3803	3775	28	2019	2000	19	53,1	287	285	2	14,2	1732	1715	17	85,8
Marco de Canaveses	5482	5385	97	1193	1150	43	21,8	279	275	4	23,4	914	875	39	76,6
Mondim de Basto	1249	1245	4	87	85	2	7,0	41	40	1	47,1	46	45	1	52,9
Paços de Ferreira	2688	2675	13	1566	1560	6	58,3	46	45	1	2,9	1520	1515	5	97,1
Paredes	5448	5345	103	3067	3015	52	56,3	185	185	0	6,0	2882	2830	52	94,0
Penafiel	5013	4990	23	1961	1950	11	39,1	227	225	2	11,6	1734	1725	9	88,4
Resende	2456	2445	11	708	705	3	28,8	356	355	1	50,3	352	350	2	49,7
Ribeira de Pena	1371	1360	11	95	95	0	6,9	10	10	0	10,5	85	85	0	89,5
E. Douro e Vouga	24620	24425	195	9874	9815	59	40,1	1061	1050	11	10,7	8813	8765	48	89,3
Arouca	4550	4430	120	1318	1285	33	29,0	462	455	7	35,1	856	830	26	64,9
Feira	10649	10615	34	5158	5145	13	48,4	282	280	2	5,5	4876	4865	11	94,5
Oliveira de Azeméis	5057	5035	22	2367	2360	7	46,8	197	195	2	8,3	2170	2165	5	91,7
S. João da Madeira	1012	1010	2	51	50	1	5,0	5	5	0	9,8	46	45	1	90,2
Vale de Cambra	3352	3335	17	980	975	5	29,2	115	115	0	11,7	865	860	5	88,3

FONTE: INE — Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, 1968



Fonte: INE - Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente 1968.

**Figura 8 — Dirigentes com ocupação agrícola e não agrícola nos concelhos do Noroeste de Portugal Continental (1968)**

A primeira evidência que decorre da leitura do RAC de 1979 é o elevado peso relativo do plurirrendimento (quadro 10), já que em nenhum dos concelhos do Noroeste, o número de agregados domésticos cujo rendimento é exclusivamente proveniente da exploração agrícola atinge metade dos valores totais. Nesta altura, as remessas de divisas dos familiares emigrados têm já uma importância fundamental. A emigração contribuiu para a drástica redução da população activa agrícola e sapou sobretudo a base da hierarquia social, nomeadamente caseiros e jornaleiros. Basta comparar os valores de 50, um pouco antes do início do

Quadro 10 — Origem dos rendimentos do agregado doméstico do produtor, por concelho, no Noroeste de Portugal Continental (1979)

Nut's	Excl. da Expl.		> 50 % da Expl.		< 50 % da Expl.		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Entre Douro e Minho	33478	18,1	40394	21,8	111152	60,1	185024
Minho-Lima	4764	11,3	13145	31,3	24117	57,4	42026
Arcos de Valdevez	1296	17,3	1563	20,9	4629	61,8	7488
Caminha	557	25,1	606	27,3	1056	47,6	2219
Melgaço	32	0,9	552	15,5	2985	83,6	3569
Monção	236	4,9	1376	28,4	3237	66,7	4849
Paredes de Coura	338	13,8	928	37,9	1180	48,3	2446
Ponte da Barca	701	24,2	924	32,0	1268	43,8	2893
Ponte de Lima	871	12,1	3064	42,5	3274	45,4	7209
Valença	57	2,6	462	20,9	1696	76,5	2215
Viana do Castelo	578	8,0	3316	46,1	3298	45,9	7192
Vila Nova de Cerveira	98	5,0	354	18,2	1494	76,8	1946
Cávado	6216	23,6	6891	26,2	13188	50,2	26295
Amares	309	13,8	531	23,7	1403	62,5	2243
Barcelos	2499	27,1	2586	28,0	4142	44,9	9227
Braga	668	17,3	715	18,5	2483	64,2	3866
Esposende	1086	34,6	871	27,8	1179	37,6	3136
Terras de Bouro	303	20,3	381	25,6	807	54,1	1491
Vila Verde	1351	21,3	1807	28,6	3174	50,1	6332
Ave	3140	11,7	4768	17,8	18844	70,4	26752
Fafe	516	12,0	1480	34,5	2292	53,5	4288
Guimarães	679	14,0	992	20,4	3186	65,6	4857
Póvoa de Lanhoso	429	9,7	624	14,2	3357	76,1	4410
Santo Tirso	425	8,6	410	8,3	4103	83,1	4938
Vieira do Minho	491	17,6	672	24,1	1624	58,3	2787
V. N. de Famalicão	600	11,0	590	10,8	4282	78,2	5472
Grande Porto	3392	21,4	2347	14,8	10090	63,7	15829
Espinho	3	0,2	23	1,7	1356	98,1	1382
Gondomar	415	16,1	308	12,0	1852	71,9	2575
Maia	267	29,7	225	25,0	408	45,3	900
Matosinhos	230	31,8	136	18,8	357	49,4	723
Porto	-	-	-	-	-	-	-
Póvoa de Varzim	1456	48,5	575	19,1	973	32,4	3004
Valongo	123	21,0	49	8,4	413	70,6	585
Vila do Conde	634	26,4	447	18,6	1321	55,0	2402
Vila Nova de Gaia	264	6,2	584	13,7	3410	80,1	4258
Tâmega	12339	23,9	9055	16,9	31758	59,2	53652
Amarante	1573	30,5	949	18,3	2645	51,2	5167
Baião	1106	25,5	578	13,4	2647	61,1	4331
Cabeceiras de Basto	843	27,6	524	17,2	1686	55,2	3053
Castelo de Paiva	173	8,3	248	11,9	1665	79,8	2086
Celorico de Basto	918	24,3	917	24,3	1936	51,4	3771
Cinfães	1466	34,5	997	23,5	1784	42,0	4247
Felgueiras	715	20,6	692	20,0	2060	59,4	3467
Lousada	778	25,4	648	21,2	1635	53,4	3061
Marco de Canaveses	1027	15,1	640	9,4	5126	75,5	6793
Mondim de Basto	485	44,9	274	25,4	320	29,7	1079
Paços de Ferreira	229	10,8	435	20,5	1458	68,7	2122
Paredes	869	24,0	478	13,2	2278	62,8	3625
Penafiel	1287	20,6	572	9,2	4375	70,2	6234
Resende	709	25,2	660	23,5	1445	51,3	2814
Ribeira de Pena	661	36,7	443	24,6	698	38,7	1802
Entre-Douro e Vouga	3127	15,3	4188	20,5	13155	64,3	20470
Arouca	1167	28,8	1423	35,2	1455	36,0	4045
Feira	525	6,7	1257	16,2	5996	77,1	7778
Oliveira de Azeméis	868	17,0	504	9,8	3748	73,2	5120
S. João da Madeira	16	18,8	23	27,1	46	54,1	85
Vale de Cambra	551	16,0	981	28,5	1910	55,5	3442

FONTE: INE, RAC, 1979.

ciclo emigratório, com os de 81, um pouco depois do seu fecho, para verificar que neste intervalo se passa de cerca de cem mil assalariados para menos de 1/4, queda proporcionalmente mais acentuada do que nos "isolados"/ "trabalhadores conta própria". Note-se ainda, que mesmo depois do encerramento do ciclo de emigração massiva, as saídas para o estrangeiro, aproveitando a flexibilização contratual e o baixo custo da mão de obra, continuam, se bem que com menor amplitude do que nos anos 60 e revestindo-se, agora, sobretudo de um carácter temporário, como são os casos da hotelaria (Suíça), da construção civil (seguindo redes internacionais de subcontratação) e mesmo de trabalhos na agricultura em épocas de ponta (Espanha, França, etc).

As remessas financeiras de familiares emigrados juntam-se os juros resultantes de operações passivas, provenientes de poupanças entesouradas ao longo dos anos, possíveis não só por via da aceitação de baixos níveis de consumo, sobretudo de bens duráveis produzidos pelo sector industrial, como também pelo ajustar do consumo doméstico às disponibilidades e recursos da produção alimentar gerada na própria exploração<sup>33</sup>. Este tipo de comportamento pode ser compreendido pela tardia extensão do Estado - Providência às famílias rurais, já que, ainda no decorrer dos anos 60, mais de 80% da população activa na agricultura não era abrangida por qualquer sistema de segurança social.

Só no início da década de 70, no fim da vigência do Estado Novo, se assiste à generalização do direito à segurança social no mundo rural. Para o conjunto do país, de um total de 63385 pensionistas, em 1972, passa-se, nove anos depois, para 600790 (SAMOUCO, 1993) e, em 1977, a pensão social é alargada a todas as pessoas com mais de 65 anos de idade que não exercessem qualquer actividade remunerada (COSTA, A., 1985). As pensões pagas pelo Estado, mesmo para o caso do regime não contributivo, permitiram, sobretudo para o caso das áreas interiores com uma estrutura etária que a migração urbana ou a emigração deixou envelhecida, a manutenção de uma pequena agricultura realizada por idosos que, uma vez garantida a sua subsistência, reorientam o trabalho para produtos de autoconsumo como por exemplo a horticultura ou animais de capoeira, evitando correr os riscos de grandes investimentos e abandonando algumas das tarefas mais exigentes em mão de obra e capital ou mais dependentes das flutuações dos preços de mercado.

Não parece justificar-se uma análise muito desagregada no que respeita ao padrão espacial da distribuição do plurirrendimento. É até pouco credível que concelhos que mostram um perfil sócio-económico relativamente semelhante, apresentem valores tão díspares no que respeita ao

---

<sup>33</sup> A propensão para a poupança tem vários fins em vista, normalmente de longo prazo, e não se esgota na ancestral necessidade de renovar os factores de produção, amealha-se não só para o caso de um "doença imprevista", como também para custear os estudos de um filho, mas sempre com a maior das parcimónias quando se trata de esvaziar heranças, ou de vender património fundiário.



peso relativo dos agregados domésticos cujo rendimento provém exclusivamente da exploração. Se, para o caso de Melgaço (0.8%), por exemplo, é provável que se trate duma subavaliação, noutros, como Mondim de Basto (44.9%), pode passar-se exactamente o contrário<sup>34</sup>. Tal não altera, no entanto, em substância, quer a natureza, quer a amplitude deste fenómeno, até porque outros valores também elevados (Póvoa de Varzim, Vila do Conde ou Esposende), tem uma explicação evidente, dado tratar-se da faixa hortícola litoral ou de locais de especialização leiteira situados na área de maior incidência das doações, onde os dirigentes são mais jovens e as explorações agrícolas têm um perfil mais empresarial.

Se o plurirrendimento é, nas áreas periféricas de montanha, essencialmente resultante da entrada de recursos financeiros exógenos (Estado/remessas), na quase totalidade do restante território do Noroeste de Portugal é sobretudo dependente de situações de pluriactividade, quer se trate do dirigente da exploração e/ou de membros do seu agregado doméstico.

No Noroeste de Portugal cerca de 40% dos dirigentes exercia, em 1979, uma actividade remunerada fora da exploração (quadro 11, figura 9). O seu peso relativo é sobretudo importante nas áreas de matriz rural de maior oferta de emprego na indústria, onde os valores de alguns concelhos chegam mesmo a superar os 50%, como são os casos, entre outros, de V. N. de Famalicão, St. Tirso e Oliveira de Azeméis. O emprego industrial é, por isso, a actividade dominante, abrangendo mais de metade do total de dirigentes com actividades remuneradas fora da exploração. Com valores globalmente um pouco mais baixos, mas ainda assim importantes, destacam-se os concelhos mais próximos e de maior pendularidade em relação ao Porto (não é o caso de Póvoa de Varzim pelas razões acima aduzidas), mas também aqui se incluem, além do litoral Norte, um vasto conjunto de concelhos que aureolam os que registam as maiores intensidades, constituindo uma mancha que atinge mesmo as áreas de transição para a serra minhota. O leque de actividades exteriores é, neste caso, normalmente mais diversificado. A polaridade da indústria vai-se esbatendo à medida que o terciário se torna dominante, a exemplo de Vieira do Minho e Cabeceiras de Basto, nuns casos, ou a construção civil se mostra significativa, a exemplo de Marco de Canaveses e Celorico de Basto, noutros. Como seria de esperar, os índices mais baixos de pluriactividade situam-se essencialmente nos concelhos do arco periférico interior, onde só a construção civil tem algum relevo e a agricultura, apesar dos valores absolutos já bastante baixos, comparativamente com o período ante

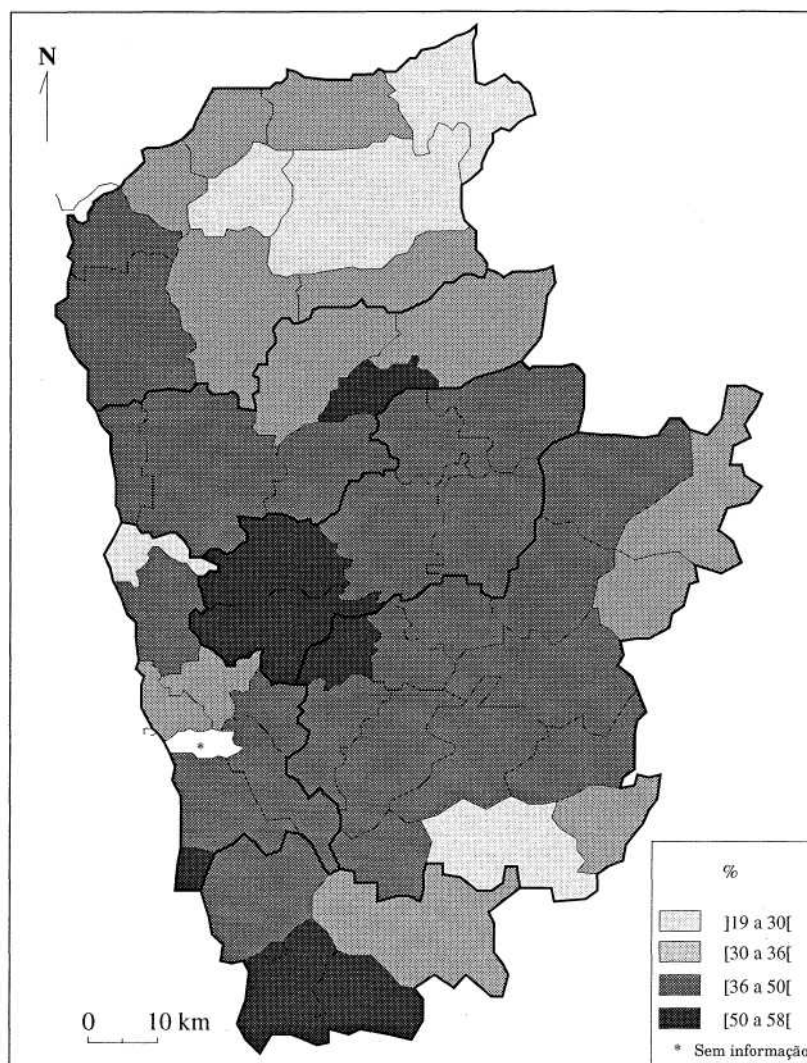
---

<sup>34</sup> É normal e frequente que a "natural" desconfiança face ao inquiridor (que é sempre desigual) leve o inquirido a não tornar explícitas outras fontes de rendimento, sobretudo se se tratar de formas de pluriactividade resultantes de actividades informais, fazendo portanto aumentar, artificialmente, os agregados domésticos cuja origem do rendimento provém exclusivamente da exploração.

**Quadro 11 — Dirigentes com actividades remuneradas fora da exploração, segundo o tipo de actividade, por concelho, no Noroeste de Portugal (1979)**

Nut's	Dirigentes			Agric. Pesca	%	Indus- tria	%	Cons. Ob.P.	%	Com. Hotel.	%	Outras Activ.	%
	Total	C/Activ.	%										
Entre Douro e Minho	184990	73303	39,6	8086	11,0	18636	25,4	12454	17,0	6599	9,0	27525	37,5
Minho-Lama	41680	12766	30,6	2521	19,8	1473	11,5	3352	26,3	1152	9,0	4257	33,4
Arcos de Valdevez	7489	1438	19,2	326	22,7	73	5,1	407	28,3	144	10,0	488	33,9
Caminha	2234	806	36,1	107	13,3	58	7,2	342	42,4	59	7,3	240	29,8
Melgaço	3179	632	19,9	48	7,6	16	2,5	194	30,7	91	14,4	283	44,8
Monção	4849	1543	31,8	439	28,5	88	5,7	420	27,2	181	11,7	415	26,9
Paredes de Coura	2446	652	26,7	123	18,9	55	8,4	189	29,0	93	14,3	192	29,4
Ponte da Barca	2893	888	30,7	277	31,2	69	7,8	145	16,3	83	9,3	314	35,4
Ponte de Lima	7213	2297	31,8	563	24,5	257	11,2	562	24,5	187	8,1	727	31,6
Valença	2222	765	34,4	176	23,0	110	14,4	138	18,0	52	6,8	289	37,8
Viana do Castelo	7209	3082	42,8	371	12,0	632	20,5	764	24,8	202	6,6	1113	36,1
Vila Nova Cerveira	1946	653	33,6	91	13,9	115	17,6	191	29,2	60	9,2	196	30,0
Cávado	26314	10396	39,5	1199	11,5	1946	18,7	2141	20,6	905	8,7	4204	40,4
Amarelos	2243	1174	52,3	209	17,8	178	15,2	310	26,4	111	9,5	366	31,2
Barcelos	9228	3798	41,2	391	10,3	978	25,8	581	15,3	322	8,5	1526	40,2
Braga	3868	1619	41,9	95	5,9	355	21,9	266	16,4	106	6,5	796	49,2
Esposende	3140	1166	37,1	60	5,1	245	21,0	297	25,5	72	6,2	492	42,2
Terras de Bouro	1492	488	32,7	126	25,8	41	8,4	102	20,9	58	11,9	161	33,0
Vila Verde	6343	2151	33,9	318	14,8	149	6,9	585	27,2	236	11,0	863	40,1
Ave	26815	12845	47,9	905	7,0	4164	32,4	1478	11,5	901	7,0	5397	42,0
Fafe	4291	1660	38,7	170	10,2	246	14,8	204	12,3	107	6,4	933	56,2
Guimarães	4862	1909	39,3	215	11,3	793	41,5	228	11,9	176	9,2	497	26,0
Póvoa de Lanhoso	4429	2043	46,1	307	15,0	110	5,4	387	18,9	99	4,8	1140	55,8
Santo Tirso	4940	2765	56,0	60	2,2	1426	51,6	244	8,8	232	8,4	803	29,0
Vieira do Minho	2819	1343	47,6	68	5,1	45	3,4	189	14,1	71	5,3	970	72,2
V. N. de Famalicão	5474	3125	57,1	85	2,7	1544	49,4	226	7,2	216	6,9	1054	33,7
Grande Porto	15905	6060	38,1	219	3,6	2246	37,1	877	14,5	747	12,3	1971	32,5
Espinho	1383	793	57,3	8	1,0	380	47,9	125	15,8	84	10,6	196	24,7
Gondomar	2578	982	38,1	24	2,4	349	35,5	44	4,5	96	9,8	469	47,8
Maia	901	296	32,9	18	6,1	121	40,9	52	17,6	37	12,5	68	23,0
Matosinhos	723	236	32,6	7	3,0	69	29,2	32	13,6	60	25,4	68	28,8
Póvoa de Varzim	3068	608	19,8	52	8,6	180	29,6	120	19,7	93	15,3	163	26,8
Valongo	586	244	41,6	7	2,9	87	35,7	12	4,9	16	6,6	122	50,0
Vila do Conde	2407	1010	42,0	55	5,4	386	38,2	188	18,6	121	12,0	260	25,7
Vila Nova de Gaia	4259	1891	44,4	48	2,5	674	35,6	304	16,1	240	12,7	625	33,1
Tâmega	53789	21312	39,6	2403	11,3	4584	21,5	3246	15,2	2092	9,8	8987	42,2
Amarante	5168	2094	40,5	132	6,3	373	17,8	188	9,0	106	5,1	1295	61,8
Baião	4349	1778	40,9	234	13,2	105	5,9	246	13,8	465	26,2	728	40,9
Cabeceiras de Basto	3058	1440	47,1	123	8,5	113	7,8	247	17,2	77	5,3	880	61,1
Castelo de Paiva	2087	851	40,8	74	8,7	448	52,6	61	7,2	77	9,0	191	22,4
Celorico de Basto	3772	1464	38,8	226	15,4	93	6,4	335	22,9	81	5,5	729	49,8
Cinfães	4247	1050	24,7	235	22,4	130	12,4	168	16,0	119	11,3	398	37,9
Felgueiras	3526	1314	37,3	235	17,9	328	25,0	109	8,3	74	5,6	568	43,2
Lousada	3061	1121	36,6	67	6,0	368	32,8	126	11,2	72	6,4	488	43,5
Marco de Canaveses	6797	2551	37,5	262	10,3	542	21,2	665	26,1	252	9,9	830	32,5
Mondim de Basto	1083	351	32,4	73	20,8	17	4,8	73	20,8	7	2,0	181	51,6
Paços de Ferreira	2130	1104	51,8	66	6,0	596	54,0	100	9,1	186	16,8	156	14,1
Paredes	3641	1608	44,2	70	4,4	921	57,3	101	6,3	126	7,8	390	24,3
Penafiel	6252	3062	49,0	181	5,9	500	16,3	638	20,8	329	10,7	1414	46,2
Resende	2816	939	33,3	360	38,3	37	3,9	114	12,1	87	9,3	341	36,3
Ribeira de Pena	1802	585	32,5	65	11,1	13	2,2	75	12,8	34	5,8	398	68,0
Entre-Douro e Vouga	20487	9934	48,5	839	8,4	4223	42,5	1360	13,7	802	8,1	2709	27,3
Arouca	4048	1348	33,3	202	15,0	239	17,7	240	17,8	126	9,3	541	40,1
Feira	7778	3880	49,9	152	3,9	1508	38,9	647	16,7	386	9,9	1187	30,6
Oliveira de Azeméis	5129	2886	56,3	111	3,8	1900	65,8	249	8,6	190	6,6	435	15,1
S. João da Madeira	85	48	56,5	4	8,3	17	35,4	2	4,2	6	12,5	19	39,6
Vale de Cambra	3447	1772	51,4	370	20,9	559	31,5	222	12,5	94	5,3	527	29,7

Fonte: INE - RAC, 1979



**Figura 9 — Dirigentes com actividade remunerada fora da exploração, no total de dirigentes, por concelho no Noroeste de Portugal Continental (1979)**

emigração, tem ainda algum significado relativo<sup>35</sup>.

A amplitude e tipo de actividades exteriores remuneradas exercidas por parte do dirigente varia também em função da dimensão física da exploração. Os valores mais elevados ocorrem nas de pequena e muito pe-

<sup>35</sup> O RAC de 1979 desagrega a pesca no conjunto das actividades exteriores remuneradas. O seu significado é praticamente nulo, dado que para os distritos de Viana, Braga e Porto os valores são, respectivamente, 232, 61 e 87. Nalguns concelhos o fenómeno nem sequer ocorre e se se exceptuar os núcleos piscatórios de Viana (142), Póvoa de Varzim (32) e Caminha (35), nunca se atinge os dois dígitos. Por essa razão, optamos por agregá-los à actividade agrícola, dado que em termos de peso relativo não se verificam alterações de monta.

quena dimensão, sendo a indústria e construção civil as actividades mais representadas, os mais baixos situam-se nas classes de área de média dimensão (4 a 10 ha), equivalendo-se a indústria e a construção civil com as "outras actividades remuneradas", enquanto os valores intermédios se registam nas classes de área de maior dimensão (acima de 20 ha), onde são claramente dominante as "outras actividades remuneradas" <sup>36</sup>. O tipo de actividades exercidas, por regra pouco qualificadas e a maior incidência da pluriactividade dos dirigentes das explorações agrícolas de pequena e média dimensão tem uma explicação que parece evidente. Mas, para entender o comportamento nas de grande dimensão, é preciso repescar os factores que anteriormente aduzimos aquando da especificidade da história da estrutura fundiária nos países da semi-periferia europeia. Além de nestas classes de área serem mais significativas as explorações exclusivamente florestais, as trajectórias de mobilidade social dos actuais dirigentes ocorreram, sobretudo a partir dos anos 60, sincronicamente com a desvalorização do património fundiário. Contudo, realizar um percurso profissional independente da exploração, não significa que, no momento da transmissão do património, não se retomem os laços anteriormente perdidos. Por outro lado, no Entre-Douro e Minho, é frequente, nas famílias detentoras de importantes propriedades agrícolas, que a direcção das explorações se cruze com outras actividades ligadas quer à indústria, quer aos serviços (MARTINS, S. 1973). A manutenção da posse da terra é parte integrante do seu estatuto social e não decorre somente do valor simbólico de possuir uma "quinta" <sup>37</sup>. Mas, também existem, pelas mesmas razões, trajectórias de ingresso por parte de novos empresários ou de profissões liberais, com ou sem tradições familiares de ligação ao mundo rural, que compraram terra em períodos de crise noutros sectores de actividade, nomeadamente a indústria, ou que aproveitaram desvalorizações conjunturais, como foi o caso do período imediatamente posterior ao 25 de Abril<sup>38</sup>.

Como anteriormente se procurou explicitar, o fenómeno da pluriactividade não se esgota nas actividades exteriores exercidas pelo dirigente da exploração, até porque o número de pluriactivos, considerando a população agrícola familiar, se aproxima dos 200000, ou seja, cerca de 1/3 do total (quadro 12). No Noroeste de Portugal, ainda para 1979, os dirigentes apenas representam 37.1% do total de pluriactivos da população agrícola familiar, o que significa que, por cada dirigente pluriactivo, aproximadamente

<sup>3</sup> Essencialmente terciário económico e social.

\*\* A mobilidade do património fundiário não se reduz, no entanto, a uma mera questão de prestígio social, nem se pode entender pela simples referência ao valor simbólico dado que, os processos de transmissão por venda ou herança envolvem aspectos, nem sempre muito explícitos, de avaliação material. As estratégias seguidas são muito diferenciadas, às vezes de longo prazo, o que não facilita a sua compreensão.

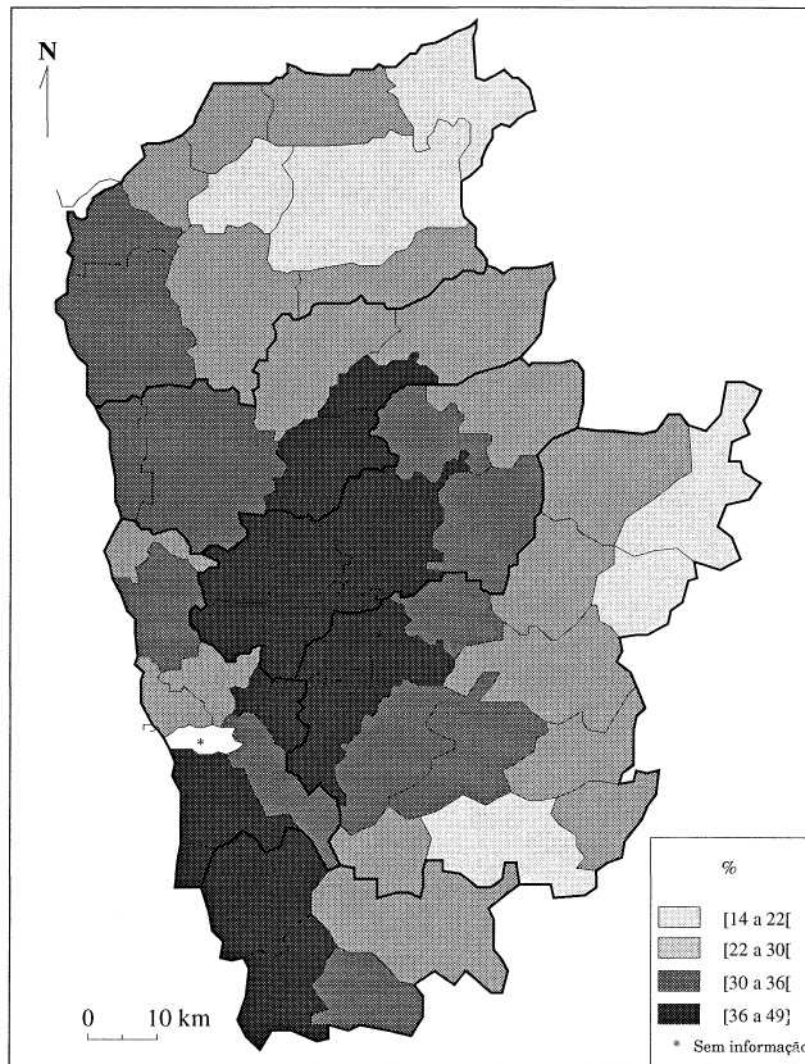
<sup>^</sup> Uma boa parte dos produtores engarrafadores de vinho verde são empresários de construção civil, industriais, grandes comerciantes ou tem uma profissão liberal. Para eles ser produtor engarrafador é mais uma questão de prestígio social do que propriamente um investimento com intenção de gerar lucros.

Quadro 12 — População agrícola familiar com >12 anos (incluindo o dirigente), segundo o tipo de actividades exteriores à exploração, por concelho, no Noroeste de Portugal Continental (1979)

Nut's	Pop.agr.fam.>12 anos			Agric.		Industria		Cons.		Com.		Outras	
	Total	C/ Acti.	%	Pesca	%		%	Ob.P.	%	Hotel.	%	Activ.	%
Entre Douro e Minho	627036	197764	31,5	19055	9,6	61294	31,0	36416	18,4	16347	8,3	64652	32,7
Minho-Lima	132121	31635	23,9	5716	18,1	3754	11,9	9052	28,6	2773	8,8	10340	32,7
Arcos de Valdevez	21133	3053	14,4	677	22,2	173	5,7	928	30,4	313	10,3	962	31,5
Caminha	6925	2128	30,7	285	13,4	129	6,1	762	35,8	168	7,9	784	36,8
Melgaço	10041	1585	15,8	108	6,8	24	1,5	509	32,1	214	13,5	730	46,1
Monção	14484	3700	25,5	864	23,4	204	5,5	1210	32,7	411	11,1	1011	27,3
Paredes de Coura	7576	1415	18,7	257	18,2	112	7,9	414	29,3	216	15,3	416	29,4
Ponte da Barca	8601	2116	24,6	838	39,6	183	8,6	414	19,6	159	7,5	522	24,7
Ponte de Lima	24363	5774	23,7	1403	24,3	547	9,5	1670	28,9	473	8,2	1681	29,1
Valença	6420	1802	28,1	282	15,6	320	17,8	428	23,8	115	6,4	657	36,5
Viana do Castelo	26814	8624	32,2	840	9,7	1831	21,2	2204	25,6	551	6,4	3198	37,1
Vila Nova de Cerveira	5764	1438	24,9	162	11,3	231	16,1	513	35,7	153	10,6	379	26,4
Cávado	94281	30650	32,5	3280	10,6	8054	26,3	6278	20,5	2532	8,3	10526	34,3
Amares	7510	3647	48,6	516	14,1	441	12,1	743	20,4	244	6,7	1703	46,7
Barcelos	34306	11206	32,7	1201	10,7	4164	37,2	1775	15,8	885	7,9	3181	28,4
Braga	15364	5661	36,8	264	4,7	2159	38,1	906	16,0	374	6,6	1958	34,6
Esposende	11694	3539	30,3	202	5,7	806	22,8	1104	31,2	266	7,5	1161	32,8
Terras de Bouro	4977	1104	22,2	296	26,8	75	6,8	202	18,3	185	16,8	346	31,3
Vila Verde	20430	5493	26,9	781	14,2	409	7,4	1548	28,2	578	10,5	2177	39,6
Ave	93979	36270	38,6	2188	6,0	15407	42,5	4933	13,6	2462	6,8	11280	31,1
Fafe	14472	4619	31,9	361	7,8	1140	24,7	834	18,1	284	6,1	2000	43,3
Guimarães	19978	7449	37,3	599	8,0	3981	53,4	1040	14,0	495	6,6	1334	17,9
Póvoa de Lanhoso	11827	4077	34,5	532	13,0	449	11,0	980	24,0	240	5,9	1876	46,0
Santo Tirso	18741	8781	46,9	169	1,9	5136	58,5	771	8,8	717	8,2	1988	22,6
Vieira do Minho	8520	2474	29,0	162	6,5	85	3,4	411	16,6	145	5,9	1671	67,5
V. N. de Famalicão	20441	8870	43,4	365	4,1	4616	52,0	897	10,1	581	6,6	2411	27,2
Grande Porto	57717	19710	34,1	561	2,8	7561	38,4	3392	17,2	1995	10,1	6201	31,5
Espinho	4703	2188	46,5	22	1,0	1070	48,9	374	17,1	197	9,0	525	24,0
Gondomar	9676	3331	34,4	81	2,4	1155	34,7	275	8,3	258	7,7	1562	46,9
Maia	3305	904	27,4	26	2,9	416	46,0	147	16,3	94	10,4	221	24,4
Matosinhos	2657	736	27,7	21	2,9	262	35,6	119	16,2	161	21,9	173	23,5
Póvoa de Varzim	10133	2280	22,5	128	5,6	584	25,6	749	32,9	263	11,5	556	24,4
Valongo	2370	934	39,4	21	2,2	277	29,7	68	7,3	80	8,6	488	52,2
Vila do Conde	9004	2867	31,8	152	5,3	1245	43,4	505	17,6	275	9,6	690	24,1
Vila Nova de Gaia	15869	6470	40,8	110	1,7	2552	39,4	1155	17,9	667	10,3	1986	30,7
Trofa	179312	52834	29,5	5428	10,3	14158	26,8	8958	17,0	4727	8,9	19563	37,0
Amarante	16895	4565	27,0	268	5,9	884	19,4	730	16,0	239	5,2	2444	53,5
Baião	12463	3286	26,4	478	14,5	229	7,0	533	16,2	865	26,3	1181	35,9
Cabeceiras de B.	9772	2733	28,0	293	10,7	195	7,1	480	17,6	166	6,1	1599	58,5
Castelo de Paiva	6835	1986	29,1	222	11,2	945	47,6	221	11,1	170	8,6	428	21,6
Celorico de B.	12154	3050	25,1	620	20,3	211	6,9	672	22,0	204	6,7	1343	44,0
Cinfães	12662	2230	17,6	355	15,9	254	11,4	436	19,6	277	12,4	908	40,7
Felgueiras	12163	4045	33,3	568	14,0	1435	35,5	344	8,5	173	4,3	1525	37,7
Lousada	11261	4282	38,0	191	4,5	1510	35,3	603	14,1	160	3,7	1818	42,5
Marco de Canaveses	20818	6485	31,2	475	7,3	1678	25,9	1814	28,0	563	8,7	1955	30,1
Mondim de Basto	3690	577	15,6	115	19,9	35	6,1	128	22,2	17	2,9	282	48,9
Paços de Ferreira	8465	3519	41,6	132	3,8	2173	61,8	222	6,3	543	15,4	449	12,8
Paredes	14591	5270	36,1	184	3,5	3084	58,5	359	6,8	359	6,8	1284	24,4
Penafiel	23314	7494	32,1	406	5,4	1412	18,8	1933	25,8	755	10,1	2988	39,9
Resende	8313	2198	26,4	962	43,8	70	3,2	320	14,6	174	7,9	672	30,6
Ribeira de Pena	5916	1114	18,8	159	14,3	43	3,9	163	14,6	62	5,6	687	61,7
Entre-Douro e Vouga	69626	26665	38,3	1902	7,1	12360	46,4	3803	14,3	1858	7,0	6742	25,3
Arouca	13171	3372	25,6	501	14,9	619	18,4	592	17,6	268	7,9	1392	41,3
Feira	28200	12659	44,9	403	3,2	5724	45,2	2201	17,4	946	7,5	3385	26,7
Oliveira de Azeméis	17141	6843	39,9	211	3,1	4751	69,4	536	7,8	438	6,4	907	13,3
S.João da Madeira	339	163	48,1	6	3,7	97	59,5	8	4,9	15	9,2	37	22,7
Vale de Cambra	10775	3628	33,7	781	21,5	1169	32,2	466	12,8	191	5,3	1021	28,1

FONTE: INE - RAC, 1979

1.7 membros do agregado doméstico se encontra na mesma situação. Por outro lado, os valores da população agrícola familiar permitem discernir diferenças fundamentais de raiz qualitativa quanto à incidência da pluriactividade que se mostra, nuns casos, mais dependente do dirigente e, noutros, essencialmente como fenómeno familiar (figura 10). Bastará, para o verificar, referir as duas tipologias extremas: se para o caso da maioria



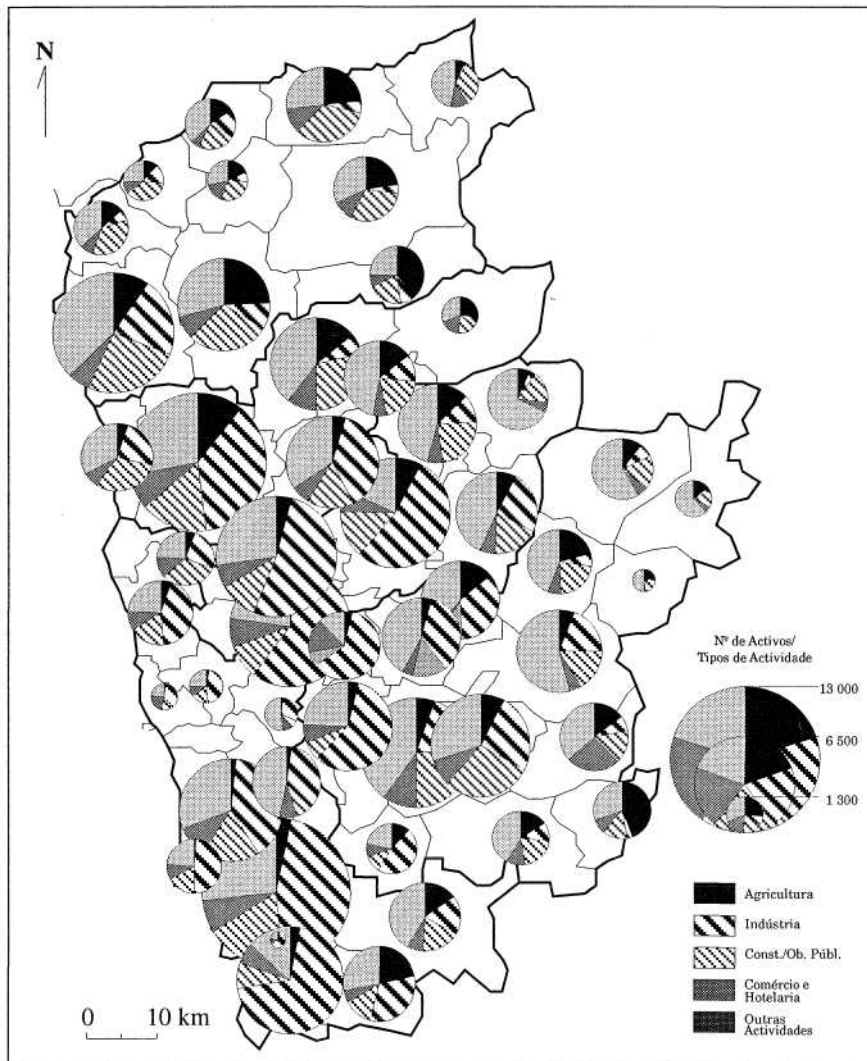
Fonte: INE - RAC 79.

**Figura 10 — Peso relativo da população agrícola familiar >12 anos com actividade exterior à exploração no total da população agrícola familiar, por concelho, no Noroeste de Portugal Continental (1979)**

dos concelhos do arco periférico interior (Vieira do Minho, Cabeceiras e Mondim de Basto, Baião ou Ribeira de Pena) os dirigentes constituem mais de metade do total de pluriactivos - o que configura uma pluriactividade que se centra sobretudo no dirigente -, nas áreas da coroa urbano-industrial periférica ao Porto e/ou nas de industrialização rural difusa, a pluriactividade é claramente um fenómeno essencialmente familiar. Lá se situam, precisamente, os 16 concelhos em que, em média, por cada dirigente pluriactivo pelo menos 2 membros do agregado doméstico se encontram na mesma situação. Guimarães apresenta a relação mais elevada, pois que os dirigentes apenas são responsáveis por 25.6% do total, o mesmo é dizer que por cada dirigente pluriactivo quase 3 membros do agregado doméstico também o são.

O padrão espacial da repartição do peso relativo dos pluriactivos no total da população agrícola familiar com mais de 12 anos apresenta algumas diferenças comparativamente com o peso relativo dos dirigentes pluriactivos no total de dirigentes (figura 9). Todo o arco periférico interior se rarefaz significativamente (Ribeira de Pena passa de 32.5% para 18.8% e Cabeceiras de Basto de 47.1% para 28%), ao contrário das áreas de industrialização rural difusa - de estrutura etária mais jovem e maior predomínio de pequenas explorações - que emergem (Lousada passa de 36.6% para 38% e Guimarães de 39.3% para 37.3%). Neste último caso, é mesmo frequente que os dirigentes mais idosos trabalhem apenas na exploração, enquanto que a maioria dos filhos em idade activa, mas ainda não casados, exerçam actividades remuneradas exteriores e apenas auxiliem nos trabalhos agrícolas em épocas de ponta ou nos fins de semana. Importa também realçar que no Noroeste, a partir da comparação entre o tipo de actividades remuneradas exteriores à exploração exercidas pelo dirigente e pelo conjunto da população agrícola familiar, é possível vislumbrar de forma relativamente nítida uma tendência global para a proletarização (quadros 11 e 12, figuras 10 e 11). A indústria é a única actividade que regista aumentos significativos, passando de 25.4% (18636) no caso dos dirigentes, para 31% (61294) quando se considera a população agrícola familiar, registando um acréscimo que mais do que triplica (3.3). O reforço do cariz industrial das actividades é sobretudo notável nas áreas onde ocorreram processos de industrialização rural difusa, a exemplo de Guimarães (41.5% - 53.4%), Paços de Ferreira (54% - 61.8%) ou Barcelos (25.8% - 37.2%). Aliás, é nas Nufs Cávado e Ave que os diferenciais são mais notáveis, sendo o número total de activos da população familiar na indústria cerca de 4 vezes mais do que o número de dirigentes.

A agricultura e a pesca acusam uma diminuição global do seu peso relativo, descendo de 11% (8086) para 9.6% (18639), ou seja, pouco mais que o dobro. Embora sem grandes amplitudes de variação existem, no entanto, alguns casos em que este tipo de actividades registam acréscimos relativos, a exemplo de Resende, Ribeira de Pena ou Terras de Bouro,



Fonte: INE, RAC, 1979.

Figura 11 — População agrícola familiar com >12 anos, segundo o tipo de actividades remuneradas exteriores à exploração, por concelho, no Noroeste de Portugal Continental (1979)

justamente alguns dos concelhos em que já era importante para o caso dos dirigentes. A construção e obras públicas mostra-se praticamente igual mas, para o caso das outras actividades remuneradas, a variação parece ser inversamente proporcional à que ocorre para a indústria.

A informação disponível mais recente sobre a questão do plurirrendimento e da pluriactividade consta do Recenseamento Geral Agrícola de 1989. Já na parte introdutória deste texto nos referimos ao facto de ser possível estabelecer alguns nexos com o RAC de 1979, tendo



em vista a compreensão dos principais traços evolutivos deste fenómeno, embora, pelas razões que no mesmo sítio apontámos, se devam evitar extrapolações lineares.

Uma primeira grande conclusão a retirar é o facto do plurirrendimento se manter a níveis bastante elevados, já que, apenas para 12.2% dos agregados domésticos do produtor o rendimento é exclusivamente proveniente da exploração (18.1% em 79). Além disso, o rendimento proveniente principalmente de outras origens continua largamente maioritário (53.7% em 89) e a sua distribuição por classes de área demonstra, como é natural, uma variação inversa à dimensão física das explorações (p. ex. 64.6% < 2 ha; 19.5% 10 - 20 ha). No entanto, acima dos 20 ha, a situação inverte-se (31.6%), comportamento que, no essencial, pode ser entendido se se tiverem em conta os factores que, para 79, já anteriormente aduzimos.

Num outro registo, importa também salientar que tudo indica que a matriz dominante da pluriactividade, no Noroeste de Portugal, está a transferir-se do dirigente para o conjunto do agregado doméstico do produtor. Repare-se que, em 79, 39.6% dos dirigentes exercia uma actividade remunerada exterior à exploração mas, em 89, tal valor desce para 25.9%. Por outro lado, para o caso da população agrícola familiar, enquanto que, em 79, 31.5% exercia actividades exteriores remuneradas, em 89, o seu peso relativo sobe para 32.9%. Tenha-se igualmente em conta, ainda no que respeita às actividades exteriores exercidas pela população agrícola familiar, que o número médio de pluriactivos por exploração é também mais elevado em 89 (1.2) do que em 79 (1.1).

A redução global, comparativamente com 79, do número absoluto (28740) e do peso relativo (25.9%) dos produtores agrícolas com actividade lucrativa exterior à exploração (quadro 13) deve, provavelmente, ter sido resultado da combinação de dois factores fundamentais. Em primeiro lugar o "desaparecimento" para fins censitários das muito pequenas explorações ajuda a entender esta variação, mas também é provável que não explique tudo. Note-se que é no Grande Porto, Ave e Entre Douro e Vouga que se operam as quebras mais significativas, não chegando, por regra, os valores de 89 a constituir sequer 1/3 dos de 79. O outro factor é, em termos globais, o progressivo envelhecimento dos dirigentes, dado que o tempo de abandono de uma actividade remunerada exterior (reforma, p. ex.) não é geralmente sincrónico com a transmissão do património fundiário e, portanto, da direcção da exploração. Ora, quando isto sucede, o dirigente passa de uma situação pluriactiva para monoactiva<sup>39</sup>.

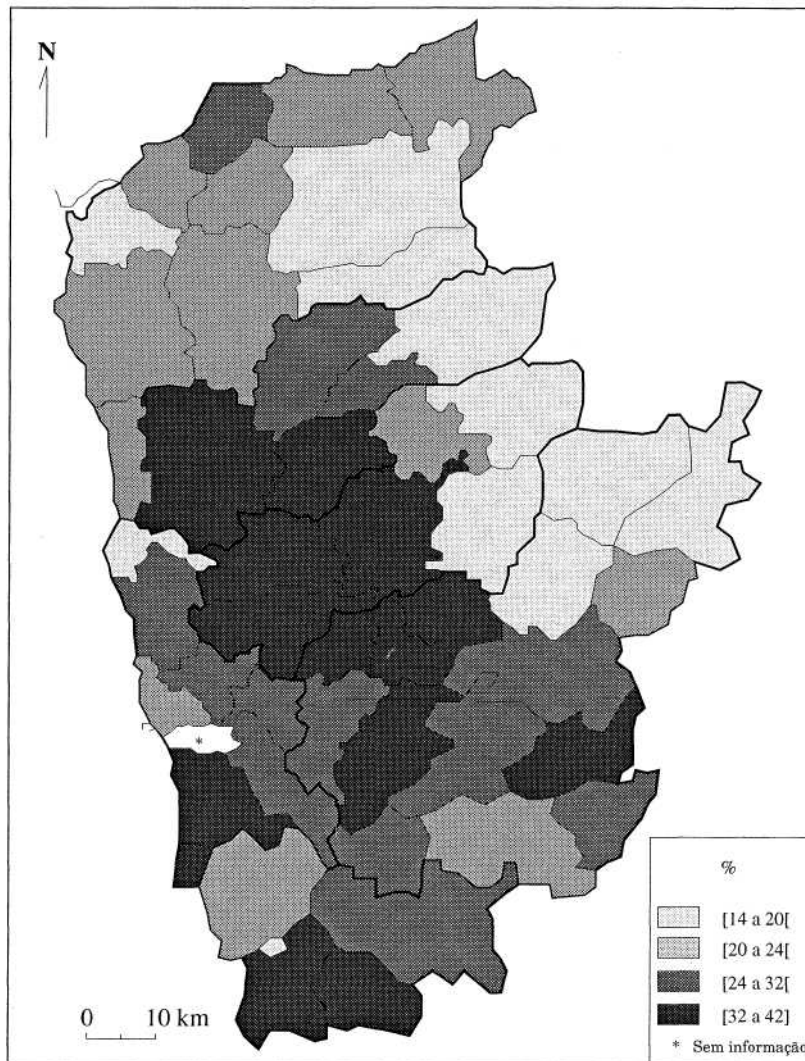
---

<sup>39</sup> Alguns autores tipificam esta situação, muito comum em áreas de industrialização rural difusa, como "agricultura de retorno" sempre que se trate de uma actividade exercida depois do abandono, através nomeadamente da reforma, de uma profissão não agrícola que representava o fundamental quer do tempo de actividade quer do rendimento.

**Quadro 13 — Produtores agrícolas segundo a actividade lucrativa exterior à exploração e tempo de actividade na exploração, por concelho, no Noroeste de Portugal Continental (1989)**

NUTs	Produtores Agrícolas			Sector Primário							Sector Secundário							Sector Terciário						
	Total	C/ activ. fora explo.		Activ. principal Trab. na explo.		Activ. secund. Trab. na explo.		Total	Activ. principal Trab. na explo.		Activ. secund. Trab. na explo.		Total	Activ. principal Trab. na explo.		Activ. secund. Trab. na explo.		Total						
		%	< 50 %	≥ 50 %	< 50 %	≥ 50 %	< 50 %		≥ 50 %	< 50 %	≥ 50 %	< 50 %		≥ 50 %	< 50 %	≥ 50 %								
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%					
Entre Douro e Minho	110811	28740	25,9	1646	7,66	133	1478	4023	14,0	10681	963	87	347	12078	42,0	10585	1203	204	647	12639	44,0			
Minho-Lima	28419	6721	23,6	403	1,94	34	243	379	1,34	1916	96	22	68	2102	36,7	2329	204	47	150	2740	47,9			
Arcos de Valdevez	4515	776	17,2	49	3,4	1	50	134	17,3	276	23	5	11	315	40,6	267	30	5	25	327	42,1			
Caminha	1112	187	16,8	20	2,3	0	4	47	25,1	58	6	1	1	66	35,3	63	10	1	0	74	39,6			
Melgaco	2506	528	21,1	12	5	0	2	19	3,6	85	5	0	0	90	17,0	384	31	1	3	419	79,4			
Monção	3661	759	20,7	26	11	0	16	53	7,0	220	21	0	8	249	32,8	366	51	7	33	457	60,2			
Paredes de Coura	1938	415	21,4	52	9	8	14	83	20,0	142	2	5	9	158	38,1	136	7	13	18	174	41,9			
Ponte de Barca	1700	231	13,6	9	0	2	29	40	17,3	76	5	1	2	84	36,4	90	8	1	8	107	46,3			
Ponte de Lima	5726	1176	20,5	112	5,6	17	74	259	22,0	392	6	10	17	425	36,1	419	22	15	36	492	41,8			
Valença	1337	324	24,2	45	16	1	13	75	23,1	84	10	0	2	96	29,6	143	7	0	1	153	47,2			
Viana do Castelo	4919	1117	22,7	64	3,3	3	31	131	11,7	508	17	0	18	543	48,6	383	32	3	25	443	39,7			
Vila Nova de Cerveira	1005	208	20,7	19	7	2	10	38	15,3	75	1	0	0	76	36,5	84	6	1	1	94	45,2			
Álvado	37940	6117	25,3	252	1,3	13	229	619	32,3	1688	104	12	65	1869	36,5	2193	220	93	133	2628	51,4			
Amaral	1590	406	27,1	20	1,8	1	26	65	16,0	134	5	2	4	145	35,7	154	21	1	20	196	48,3			
Barcelos	6503	2054	31,6	109	11	5	49	165	9,0	325	32	6	18	851	42,9	802	83	8	24	1008	49,1			
Braga	2361	884	37,4	43	4,5	4	48	140	15,9	245	36	0	4	285	32,2	393	35	8	21	459	51,9			
Esposende	2388	512	21,4	8	2	0	8	18	3,5	235	7	3	9	254	49,6	204	16	3	17	240	46,9			
Terras de Bouro	1113	205	18,4	6	6	0	10	22	10,7	33	1	1	5	40	19,5	117	21	3	2	143	69,8			
Vila Verde	4075	1056	25,9	66	41	5	97	209	19,8	216	23	0	25	264	25,0	430	44	70	39	583	55,2			
Ave	14412	4129	28,6	172	4,6	16	149	383	9,3	1849	286	8	64	2255	53,4	1319	144	13	65	1541	37,3			
Fafe	2810	474	16,9	25	2	3	35	65	13,7	227	9	0	5	241	50,8	144	13	0	11	168	35,4			
Guimarães	3484	1209	34,7	74	2,8	0	45	147	12,2	555	77	1	20	653	54,0	355	38	2	14	409	33,8			
Póvoa de Lanhoso	1864	415	22,3	21	2	6	38	67	16,1	131	2	3	9	145	34,9	175	8	6	14	203	48,9			
Santo Tirso	1789	647	36,2	20	4	2	2	28	4,3	309	81	0	1	391	60,4	188	36	3	1	228	35,2			
Vieira do Minho	1933	328	17,0	7	3	2	8	20	6,1	92	5	2	26	125	38,1	157	8	0	18	183	55,8			
V. N. de Famalicão	2532	1056	41,7	25	7	3	21	56	5,3	535	112	0	3	650	61,6	300	41	2	7	350	33,1			
Grande Porto	7885	1972	25,0	41	1,8	4	38	191	5,1	955	172	3	26	661	43,7	691	293	18	52	1010	51,2			
Espinho	74	29	39,2	0	0	0	0	0	0,0	9	2	0	0	11	37,9	16	2	0	0	18	62,1			
Gondomar	1290	330	25,6	7	4	0	6	17	5,2	72	22	6	2	102	30,9	136	56	12	7	211	63,9			
Maia	725	178	24,6	5	2	0	2	9	5,1	63	17	0	2	82	46,1	63	21	0	3	87	48,9			
Matosinhos	465	94	20,2	2	2	0	1	5	5,3	44	6	0	0	50	53,2	23	16	0	0	39	41,5			
Póvoa de Varzim	1969	377	19,2	17	5	3	12	37	9,8	124	25	0	5	154	40,8	138	25	3	20	186	49,3			
Valongo	545	155	28,4	0	0	0	2	2	1,3	34	33	0	0	67	43,2	49	35	0	2	86	55,5			
Vila do Conde	1418	350	24,7	5	2	1	13	21	6,0	163	23	2	16	204	58,3	91	16	2	16	125	35,7			
Vila Nova de Gaia	1399	459	32,8	5	3	0	2	10	2,2	146	44	0	1	191	41,6	175	63	1	14	258	56,2			
Trofa	3287	903	27,3	661	20,6	58	791	1716	19,0	3115	231	14	115	3475	38,4	2804	308	24	246	3862	42,3			
Amarante	3580	887	24,8	78	4,2	0	53	173	19,5	299	35	0	8	342	38,6	302	59	0	11	372	41,9			
Baião	2569	976	34,0	40	2,9	7	44	120	12,3	366	32	0	5	403	41,3	379	46	3	25	453	46,4			
Cabeceiras de B.	2141	369	17,2	27	1	0	31	59	16,0	94	2	1	7	104	28,2	182	2	1	21	206	55,8			
Castelo de Paiva	1121	318	28,4	19	5	3	17	44	13,8	136	6	0	1	143	45,0	121	4	1	5	131	41,2			
Celorico de B.	2717	471	17,3	50	7	3	36	96	20,4	189	4	0	11	204	43,3	156	11	0	4	171	36,3			
Cinfães	3058	682	22,3	64	19	3	110	196	28,7	204	16	0	7	227	33,3	211	31	4	13	259	38,0			
Felgueiras	2163	700	32,4	67	16	4	72	159	22,7	361	24	1	5	291	41,6	219	11	1	19	250	35,7			
Lousada	1395	492	35,3	26	2	3	15	46	9,9	218	5	2	3	228	46,3	196	14	0	8	218	44,9			
Marco de Canaveses	2778	813	29,3	38	2,6	4	72	140	17,2	298	4	1	17	320	39,4	297	20	5	31	353	43,4			
Mondim de Basto	1095	243	22,2	20	3	1	24	48	19,8	51	2	1	23	77	31,7	93	9	2	14	118	48,6			
Foços de Ferreira	1202	478	39,8	12	6	1	12	31	6,5	209	39	0	3	251	52,5	166	20	0	10	196	41,0			
Paredes	2303	555	24,1	11	10	0	16	37	6,7	220	33	0	6	259	46,7	222	33	0	4	259	46,7			
Penafiel	3227	1170	36,3	58	2,3	7	97	185	15,8	403	24	1	10	438	37,4	465	41	4	37	547	46,8			
Resende	2177	633	29,1	108	1,3	22	182	325	51,3	99	4	7	5	115	18,2	179	2	2	10	193	30,5			
Ribeira de Pena	1461	266	18,2	43	4	0	10	57	21,4	68	1	0	4	73	27,4	116	5	1	14	136	51,1			
Entre Douro e Vouga	8371	2743	31,0	112	1,9	6	28	328	11,8	1453	74	25	9	1566	37,0	759	83	9	21	877	31,2			
Arouca	2559	683	26,7	69	1,4	1	9	233	34,1	184	15	0	4	203	29,7	215	29	1	2	247	36,2			
Feira	1938	438	22,6	4	8	1	1	14	3,2	253	9	1	0	263	60,0	135	19	1	6	161	36,8			
Oliveira de Azeméis	2051	776	37,8	12	4	1	5	22	2,8	476	37	8	0	521	67,1	196	31	1	5	233	30,0			
S. João da Madeira	33	5	15,2	0	0	0	0	0	0,0	3	0	0	0	3	60,0	1	1	0	0	2	40,0			
Vale de Cambra	2290	846	36,9	27	1,3	3	13	56	6,6	542	13	16	5	576	68,1	192	8	6	8	214	25,3			

O padrão territorial da distribuição do peso relativo dos produtores agrícolas com actividades lucrativas exteriores à exploração em 89 é menos elástico que o de 79, mas não apresenta, apesar de tudo, alterações substanciais (figura 12). O valor máximo ocorre em V. N. de Famalicão (41.7%) e o mínimo em Ponte da Barca (13.6%) mas, na desagregação por NUTs III, verifica-se que as percentagens se aproximam bastante da média do Noroeste de Portugal: o Minho-Lima apresenta, como seria de



Fonte: INE - RGA, 1989.

**Figura 12 — Peso relativo dos produtores agrícolas com actividade lucrativa exterior à exploração, por concelho, no Noroeste de Portugal Continental (1989)**

esperar, o peso relativo mais baixo (20.1%), o Grande Porto equivale-se ao valor médio (25%), enquanto que o Tâmega (27.2%), o Cávado (28.5%) e o Entre Douro e Vouga (31.0 %) apresentam valores ligeiramente superiores.

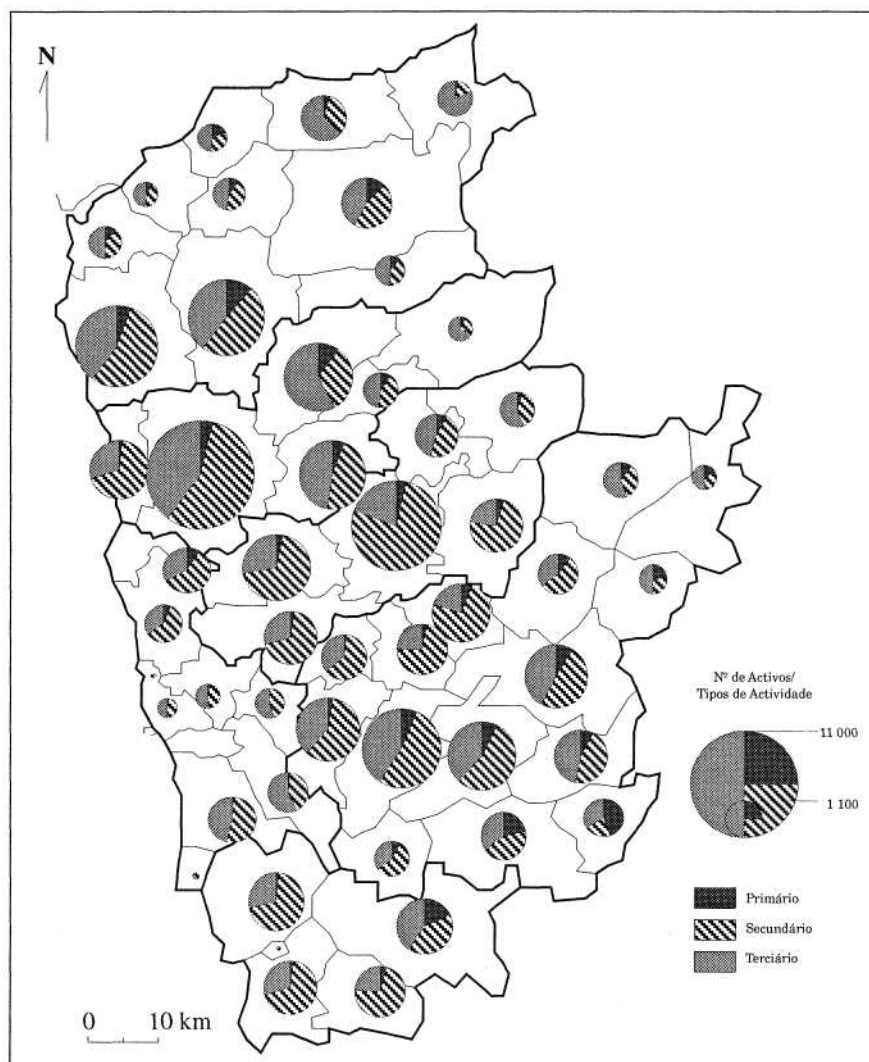
Considerando agora, não apenas o dirigente, mas o conjunto da população agrícola familiar com > de 12 anos, o padrão locativo altera-se significativamente (figura 3), não só porque as intensidades são maiores, mas também porque as diferenças na distribuição são mais evidentes. Em 89 cerca de 1/3 exerce uma actividade remunerada exterior, mas nalguns casos, a exemplo de Guimarães, St. Tirso ou V. N. de Famalicão, quase metade dos membros encontra-se numa situação pluriactiva (quadro 4). Comparativamente com 79, se a análise se restringir apenas à escala das NUTs III, não transparecem alterações de monta mas, ao nível mais desagregado do concelho nota-se uma tendência para o reforço das áreas de industrialização rural difusa e dos concelhos que lhe são imediatamente adjacentes. Tome-se como exemplo, no Ave, os acréscimos em Guimarães (37.3%-49.3%), Famalicão (43.4%-47.1%) e St. Tirso (46.9%-47.3%) e as perdas em Póvoa de Lanhoso (34.5% - 30.2%) e Vieira do Minho (29%-21%) e, no Tâmega, os acréscimos em Felgueiras (33.3%-44%), Lousada (38%-45.8%), Marco de Canaveses (31.2%-39.6%) ou Penafiel (32.1%-43.3%) e as perdas em Cabeceiras (28%-19.4%) e Celorico de Basto (25.1%-19.1%).

No que respeita, ainda para 89, ao tipo de actividades exteriores remuneradas exercidas pelos dirigentes das explorações evidencia-se, tal como em 79, um claro domínio dos sectores secundário (42%) e terciário (44%), enquanto que o primário se fica apenas pelos 14% (quadro 13). Mesmo assim, é neste último sector que se registam, comparativamente com 79, as quebras absolutas menos significativas, tendo-se reduzido o valor total apenas para cerca de metade, sendo, no entanto, o Minho-Lima excepção, na medida em que a diminuição é aqui quase de 1/3. A traços largos, pode dizer-se que o peso relativo do sector terciário cresce no Grande Porto e desce no Ave, justamente a NUT III onde o secundário ganha uma importância acrescida, em parte resultante do significativo aumento do peso relativo deste sector nos concelhos que tinham valores mais baixos em 79, a exemplo de Fafe (27.1% - 50.8%), Póvoa de Lanhoso (24.3% - 34.9%) ou Vieira do Minho (18.5% - 38.1%).

As actividades exteriores dos dirigentes das explorações agrícolas constituem, por regra, a actividade principal, sobretudo para o caso do sector secundário em que a actividade exterior secundária é praticamente negligenciável (3.6%) e o tempo de trabalho na exploração é, esmagadoramente, inferior a 50%, sendo o sector primário o único em que não só a actividade exterior secundária (40%) se aproxima da principal, como também o tempo de trabalho na exploração >50% tem algum significado mesmo para o caso da actividade exterior ser a principal. Daqui se pode ainda depreender que, no Noroeste de Portugal, do reduzido número de assalariados agrícolas permanentes sem ser a tempo completo (7825 - RGA 1989) uma

parte destes se enquadra também em situações de pluriactividade.

Alargando o quadro analítico para a população agrícola familiar, destaca-se, tal como já ocorria em 79, o sector secundário como o preponderante, abrangendo mais de metade do total de pluriactivos (53.9%). Todavia, em 89, as diferenças são bastante mais significativas, ao ponto de em 10 concelhos este sector representar mais de 2/3 do total (quadro 4, figura 13). O seu peso relativo apenas decresce no Grande Porto,



Fonte: INE — RGA, 1989.

Figura 13 — População agrícola familiar >12 anos, segundo o tipo de actividades remuneradas exteriores à exploração, por concelho, no Noroeste de Portugal (1989)

aumentando em todas as outras NUT's **III**, particularmente no Ave onde passa de 56.1%, em 79, para 68.3% em 89. Acrescente-se ainda que, enquanto em 79, como anteriormente referimos, o número total de activos da população agrícola familiar na indústria era, nas NUT's **III** Cávado e Ave, 4 vezes maior que o número de dirigentes, essa relação passa agora a ser, para as mesmas NUTs, 6.6 vezes maior. Grosso-modo, sucede o inverso para o sector primário, dado que o seu peso relativo passa de 14%, no caso dos dirigentes, para 7.1%, no conjunto da população agrícola familiar, sendo sempre inferior a 10% em todas as NUTs **III**. Para compreender melhor a tendência para a progressiva perda de importância da agricultura, enquanto "profissão" dos mais jovens, bastará atender ao facto de o número total de dirigentes com actividade exterior remunerada neste sector representar quase metade do total de pluriactivos, relação bastante distante do terciário e, sobretudo, do secundário.

#### **4. Conclusão.**

1 - Parece não existirem dúvidas quanto à tendência para o reforço genérico do plurirrendimento e da pluriactividade no Noroeste de Portugal. A dimensão dos fenómenos de concentração e especialização produtiva - ou modernização, se se quiser - que ocorreram nas explorações agrícolas que seguiram os modelos produtivistas de matriz empresarial não é comparável ao número - bem maior - das explorações que se vão tornando marginais a este processo. A incapacidade de competir num mercado comunitário aberto e/ou a existência de alternativas para o exercício de uma "profissão" não agrícola tem feito sair os mais jovens do sector e o próprio envelhecimento dos dirigentes monoactivos dará cada vez mais lugar ao ajustamento da capacidade produtiva familiar a uma pequena agricultura pluriactiva, essencialmente de autoconsumo.

Entender as modificações mais recentes como meras questões de quantidade, como simples consequência do prolongar de tendências anteriores, esquecendo que, ao moverem-se em cenários distintos, estas alterações podem ocasionar mudanças qualitativas, seria uma atitude reducionista, até porque, este processo se tem manifestado com ritmos e dinâmicas desiguais no território do Noroeste de Portugal.

Enquanto que no Médio Ave a dimensão da pluriactividade e, sobretudo, as modalidades de que se reveste no quadro das famílias, indica claramente uma progressiva subalternização da agricultura e uma clara tendência para uma quase completa proletarização, as recomposições mais recentes, ancoradas, em muitos casos, em sistemas de incentivos e fundos comunitários, vão também no sentido do deslizamento de algumas das características dos processos de industrialização difusa para alguns dos concelhos que até à década de oitenta se mostravam relativamente imunes. Os municípios da Área Metropolitana do Porto e do Médio Ave são

agora envolvidos por outros, onde o emprego industrial endógeno tem vindo a crescer, a exemplo de Ponte de Lima, Póvoa de Lanhoso, Baião, Cabeceiras de Basto, Marco de Canaveses ou Arouca<sup>40</sup> (quadro 14; figura 14). Este deslizamento para o interior, onde a matriz rural é ainda dominante, fez-se quase sempre através de formas mais desclassificadas como é o caso, no ramo têxtil, do trabalho feminino no domicílio nas malhas ou de pequenas unidades de confecções, normalmente dependentes de empresas sediadas nas áreas tradicionais.

Ainda assim, enquanto que a pluriactividade se vai derramando para fora da sua malha tradicional, à medida que a pendularidade se alarga ou a oferta de emprego industrial se dispersa, esta faixa de transição para a serra minhota apresenta características que a diferenciam quer da coroa industrializada adjacente à Área Metropolitana do Porto, quer das áreas periféricas da serra minhota. A sua situação intermédia não é apenas territorial, porque também se manifesta em quase todos os indicadores, como é o caso da estrutura etária e, como consequência, do peso relativo dos pensionistas, ou do número de pessoas com actividade económica por família (quadros 14 e 15 figuras 15 e 16). Esta situação intermédia - também no que respeita à composição da sua base produtiva - permite-lhe uma maior amarração às áreas mais industrializadas e reserva-lhe o papel de território emissor de mão de obra desqualificada que alimenta a construção civil, a hotelaria, ou mesmo os fluxos de emigração temporária. Ao contrário das áreas de industrialização rural difusa mais antigas, a pluriactividade é essencialmente masculina e o trabalho na exploração agrícola sobretudo feminino, pelo papel de substituição desempenhado pelas mulheres quando o mercado de emprego exterior não lhes é favorável (vestuário, confecções, etc).

Nas áreas periféricas de montanha, a pluriactividade tem, como vimos, um peso bastante menor, embora o plurirrendimento possibilite uma agricultura residual de idosos. Com estruturas etárias envelhecidas pela emigração ou pela migração para as áreas urbano-industriais o número de activos/família é o mais baixo do Noroeste e o peso relativo dos pensionistas o mais elevado. A partir da década de 50 assistiu-se ao intensificar da transferência dos rendimentos, outrora oriundos dos sistemas produtivos locais (floresta, gado, cereais), para rendimentos de origem exógena à agricultura (remessas de emigrantes, pensões de reforma, indemnizações compensatórias). A revalorização dos recursos locais - floresta / turismo / artesanato / gastronomia tradicional (queijos, enchidos, etc.) -, poderá passar, mais do que noutros territórios, essencialmente pelo

---

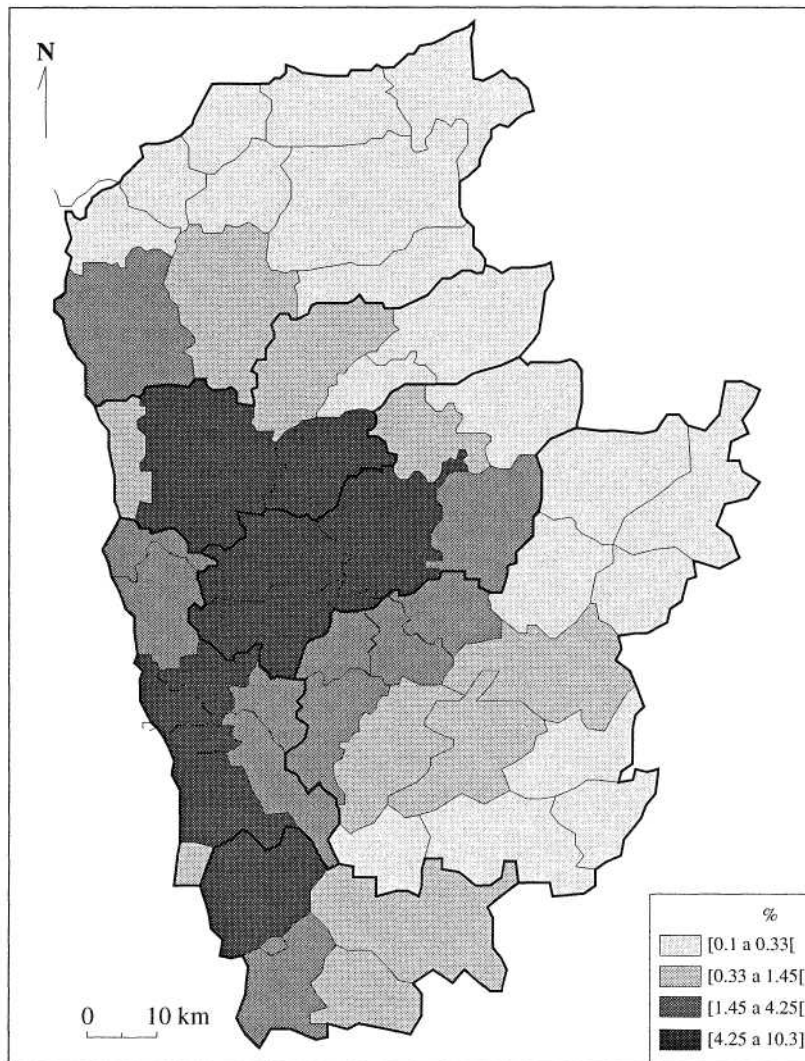
<sup>40</sup> Não se trata, neste caso, do alargamento da pendularidade resultante da generalizada melhoria das acessibilidades, embora este factor seja ainda o que mais contribui para explicar a dominância do sector secundário na população residente activa. Os valores do emprego industrial que constam do quadro 14 e que foram vertidos na figura com o mesmo número não se referem à população residente, mas sim ao local de exercício da actividade.

Quadro 14 - Número de pessoas com actividade económica, taxa de actividade, população activa por sectores e emprego industrial, por concelho, no Noroeste de Portugal Continental (1991)

Núfãs	Total	Nenhuma pessoa d acti. económica		1 pessoa c/ actividade económica		2 pessoas c/ actividade económica		> 3 Pessoas c/ actividade económica		Taxa de activid. 1991	População activa por sect. de activid. 1991			Emp. ind. 1991	
		N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	%	1°	2°	3°	N°	% tot. do NO
Mmbo liam	75378	23.609	31,1	2X474	2&=	-----	S&	10X54	13,8	40,8	23,3	33,0	15015	3,0	
Arcos de Valdevez	9262	3671	39,5	2777	30,0	2049	22,2	765	8,3	35,2	51,1	19,4	29,6	406	0,1
Caminha	4893	1338	27,3	1504	30,7	1490	30,5	561	11,5	39,7	22,2	32,5	45,6	790	0,1
Melgaco	3857	1547	40,1	1253	32,5	788	20,4	269	7,0	33,7	51,1	16,6	32,2	119	0,0
Moncão	7131	2078	29,3	2129	29,9	2003	28,2	921	12,9	42,6	45,1	19,4	34,8	524	0,1
Paredes de Coura	3413	1100	32,2	808	23,7	985	28,8	520	15,2	44,3	46,2	20,4	32,8	369	0,1
Ponte da Barca	3977	1264	31,8	1177	29,6	1051	26,4	485	12,2	38,2	43,2	23,4	32,8	429	0,1
Ponte de Lima	11516	2815	24,4	3342	29,0	3097	26,9	2262	19,6	41,6	34,1	36,1	29,5	1771	0,3
Valenca	4714	1519	32,2	1281	27,2	1374	29,1	540	11,5	40,0	18,3	30,7	50,4	806	0,1
Viana do Castelo	23579	5190	22,0	6354	26,9	8451	35,8	3584	15,2	43,6	11,1	43,7	44,5	10120	1,9
V. Nova de Cerveira	3033	1087	35,8	849	28,0	850	28,0	247	8,1	37,1	22,2	35,4	42,2	581	0,1
CSva&	-----	Xi	23661	»	i	T	X744S	18,8	4&S	mI	---	37,5	mX%ái		
Amares	4497	1191	26,5	1387	30,6	1296	28,8	623	13,9	37,2	17,1	43,8	38,4	782	0,1
Barcelos	27428	4112	15,0	6181	22,5	10549	38,4	6586	24,0	47,3	10,1	64,3	24,8	25 945	4,8
Braga	38467	5918	15,4	9009	23,4	17179	44,7	6361	16,5	47,7	2,5	47,4	50,0	22 898	4,2
Esposende	8081	1372	17,0	1876	23,2	3137	38,8	1696	21,0	48,3	18,1	50,4	31,2	4 291	0,8
Terras de Bouro	2583	879	34,0	875	33,9	528	20,4	301	11,6	32,1	25,1	30,6	43,9	178	0,0
Vila Verde	11644	3115	26,7	3533	30,3	3114	26,7	1882	16,2	38,2	24,1	46,0	29,9	3 027	0,6
Am	125107	---	16,1	1&	S5034	4,4	20B	TQ	41	---	246	13&7S9	25,9		
Fafe	13935	3293	23,6	3064	22,0	5319	38,2	2259	16,2	45,6	9,3	64,0	26,7	9 224	1,7
Guimarães	40423	5197	12,8	6823	16,9	18632	46,1	9771	24,2	52,1	2,7	73,8	23,5	55 524	10,3
Póvoa de Lanhoso	5860	1681	28,7	1636	27,8	1682	28,7	861	14,7	38,5	15,1	51,1	33,0	2 059	0,4
Santo Tirso	28984	4207	14,5	5208	18,0	13546	46,8	6023	20,8	52,9	2,5	73,3	24,2	34120	6,3
Vieira do Minho	4320	1498	34,7	1344	31,1	971	22,5	507	11,7	32,7	22,2	35,6	41,9	329	0,1
V. Nova de Famalicão	31675	4527	14,3	5967	18,8	14884	47,0	6297	19,9	51,9	2,6	74,2	23,2	38 483	7,1
Oraíá* Farto	mIm	i	18,8	Smi	2,6	---	4&	55243	15,6	4&#	2,4	44,2	53,5	185088	34,4
Esninho	11041	2224	20,1	2940	26,6	4313	39,1	1564	14,2	48,7	1,1	48,9	50,0	4 613	0,9
Gondomar	42422	6636	15,6	11722	27,7	17702	41,7	6362	15,0	48,4	1,3	44,4	54,3	15 716	2,9
Maia	26704	3763	14,1	5898	22,1	12117	45,4	4926	18,4	50,8	1,7	55,7	42,7	24 035	4,5
Matosinhos	46549	7417	15,9	11497	24,7	20976	45,1	6659	14,3	50,2	2,0	45,2	52,9	25 771	4,8
Póvoa de Varzim	99325	23663	23,8	27927	28,1	34292	34,5	13443	13,5	47,5	0,3	29,2	70,4	44 327	8,2
Póvoa de Varzim	14945	2529	16,9	3758	25,2	5602	37,5	3056	20,4	48,0	15,1	47,2	37,3	7 788	1,4
Valongo	21384	2890	13,5	5490	25,6	9535	44,6	3469	16,2	49,9	1,0	50,7	48,3	9 770	1,8
Vila do Conde	16755	2349	14,0	3608	21,5	6635	39,6	4163	24,8	49,9	11,1	60,2	28,1	12 714	2,4
Vila Nova de Gaia	74519	12371	16,5	18941	25,4	31607	42,4	11600	15,6	49,4	1,4	48,9	49,7	40 354	7,5
Tâmega	138250	289&1	2Q,	42440	---	30,	24118	17,4	42,7	12,	m i	2&3	---	13,6	
Amarante	15238	3530	23,2	5353	35,1	4115	27,0	2240	14,7	39,0	13,3	53,3	33,2	3 931	0,7
Baião	6760	2112	31,2	2556	37,8	1392	20,4	700	10,4	35,0	22,2	46,3	31,0	558	0,1
Cabeceiras de Basto	4569	1504	32,9	1507	33,0	1000	21,9	558	12,2	34,5	32,2	32,2	35,6	528	0,1
Castelo de Paiva	4441	1041	23,4	1462	32,9	1293	29,1	645	14,5	38,8	9,0	62,4	28,6	1411	0,3
Celorico de Basto	5756	1805	31,4	1575	27,4	1497	26,0	879	15,3	37,1	37,1	30,8	31,6	265	0,0
Cinfães	6977	2270	32,5	2197	31,5	1585	22,7	925	13,3	37,5	35,3	35,8	28,5	409	0,1
Felgueiras	13620	2138	15,7	3097	22,7	5521	40,5	2864	21,0	49,1	6,8	73,1	20,1	17 871	3,3
Lousada	11042	1567	14,2	2625	23,8	4489	40,6	2361	21,4	48,9	5,7	71,4	22,9	9 077	1,7
Marco de Canaveses	12896	2692	20,9	4453	34,5	3483	27,0	2268	17,6	41,7	12,2	59,6	27,9	4 793	0,9
Mondim de Basto	2409	815	33,8	817	33,9	500	20,7	277	11,5	29,6	37,1	28,8	33,9	193	0,0
Pacos de Ferreira	11381	1290	11,3	2829	24,9	4672	41,1	2590	22,8	50,6	2,9	70,2	26,9	12 315	2,3
Paredes	18548	2499	13,5	5984	32,3	6235	33,6	3830	20,6	45,6	4,1	62,0	33,8	14 800	2,7
Penafiel	17849	3095	17,3	5821	32,6	5550	31,1	3383	19,0	43,8	8,0	57,9	34,1	6 729	1,2
Resende	4288	1676	39,1	1317	30,7	926	21,6	369	8,6	33,2	46,2	20,6	42,7	162	0,0
Ribeira de Pena	2476	927	37,4	847	34,2	473	19,1	229	9,2	30,7	56,1	15,7	28,1	79	0,0
Entre Berorç # Yotiga	thm	///	-----	â	---	40>	X3&G	///	4&0	6,1	65S	---	m soa	12<6	
Arouca	6248	1556	24,9	1750	28,0	1800	28,8	1142	18,3	40,5	26,4	45,9	27,7	1901	0,4
Feira	33251	5326	16,0	7745	23,3	13810	41,5	6370	19,2	49,5	2,2	70,7	27,1	30 207	5,6
Oliveira de Azeméis	18879	3132	16,6	3924	20,8	7831	41,5	3992	21,1	50,8	4,1	69,5	26,4	19 500	3,6
São João da Madeira	5288	696	13,2	1075	20,3	2481	46,9	1036	19,6	52,8	0,3	61,3	38,3	11617	2,2
Vale de Cambra	7799	1750	22,4	2017	25,9	2952	37,9	1080	13,8	47,4	19,1	51,1	29,3	4 578	0,8

FONTE: Censos 91, INE; Quatenaire Portugal para os dados do Emprego Industrial.





Fonte: INE - Censos 91.

Figura 14 — Peso relativo do emprego industrial de cada concelho no total do Noroeste de Portugal Continental (1991)

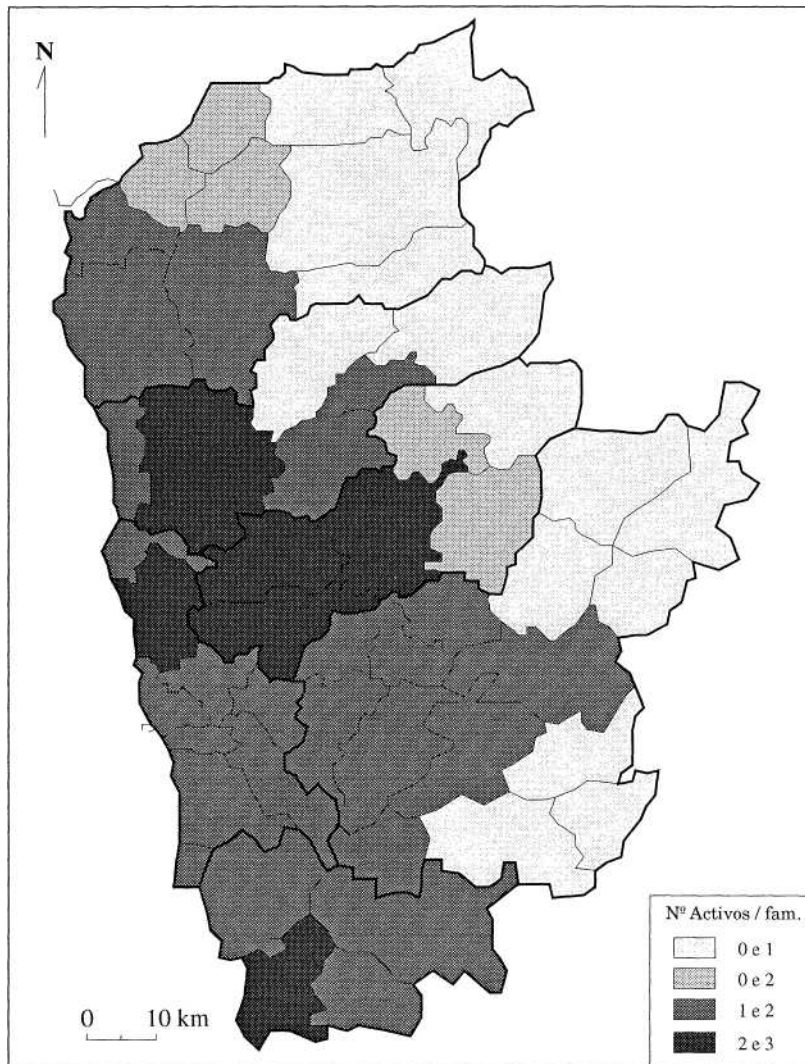
fomento da pluriactividade<sup>41</sup>.

<sup>41</sup> O projecto de pluriactividade do Alto Minho (1987), destinado a 11 freguesias da Serra Minhota - onde a actividade agrícola é cada vez mais subsidiária de outras fontes de rendimento - elaborado no quadro do Programa de Cooperação FAO -Suiça - Portugal sobre pluriactividade é, para o caso do Noroeste de Portugal, uma das primeiras tentativas de pensar o desenvolvimento rural não apenas, mas também, a partir da agricultura. A plasticidade da concepção de desenvolvimento que lhe é subjacente abrange um leque variado de parâmetros que se interligam no sentido de compatibilizar "o aumento do rendimento das populações e a melhoria das condições de vida", designios sentidos e exequíveis a uma escala local com os valores "naturais e culturais" exteriores à comunidade local, portanto só definíveis, ou pelo menos, legitimados à escala regional ou nacional.

**Quadro 15 — Estrutura etária da população residente (1991) e pensionistas (1992), por concelho, no Noroeste de Portugal Continental**

Nurs	Estrutura etária da população residente (1991)				Pensionistas 1992	
	0-14	15-24	25-64	>65	W	%da pop. res.
	%	%	%	%		
Minho Lima	20.6	15.7	47.0	16.7	66 745	26.9
Arcos de Valdevez	19.9	13.2	44.8	22.1	8 750	33.3
Caminha	20.1	14.9	47.7	17.3	4 464	27.6
Melgaco	15.8	13.2	48.0	23.1	3 116	29.1
Monção	18.1	13.7	48.7	19.6	6 478	30.2
Paredes de Coura	18.4	14.1	46.2	21.2	3 349	32.6
Ponte da Barca	22.6	16.1	44.6	16.7	3 841	29.6
Ponte de Lima	23.5	18.4	43.8	14.3	10 695	24.6
Valenca	18.5	14.4	49.3	17.8	3 989	27.1
Viana do Castelo	21.3	16.7	48.6	13.4	19 086	22.9
V. N. de Cerveira	19.0	15.1	47.1	18.9	2 977	32.6
Amares	25.4	18.2	43.6	12.8	3 838	23.0
Barcelos	25.8	20.5	44.9	8.8	22 108	19.6
Braga	23.7	19.5	48.2	8.7	27 022	18.9
Esposende	25.8	19.0	45.1	10.2	5 561	18.4
Terras de Bouro	23.1	18.1	42.1	16.6	2 880	31.0
Vila Verde	25.8	18.4	42.6	13.1	11 166	25.3
Fafe	24.4	18.3	45.9	11.4	11 649	24.1
Guimarães	24.9	20.1	47.0	7.9	30 472	19.1
Póvoa de Lanhoso	25.7	17.9	41.4	13.1	5 058	23.5
Santo Tirso	22.3	18.2	50.3	9.3	20 030	19.3
Vieira do Minho	23.6	17.2	42.7	16.5	4 553	29.3
V. N. de Famalicão	23.3	19.9	48.8	8.1	22 998	19.9
Grande Porto	20.0	17.4	52.0	10.6	239 544	20.4
Espinho	20.1	18.1	51.4	10.4	7 744	22.0
Gondomar	20.9	17.8	52.6	8.7	26 295	18.2
Maia	21.3	17.4	52.4	8.9	16 407	17.4
Matosinhos	20.6	16.5	53.9	9.0	29 193	19.0
Porto	16.9	16.5	51.8	14.8	74 048	24.7
Póvoa de Varzim	23.8	19.3	47.5	9.3	9 663	17.6
Valongo	22.2	18.8	51.9	7.1	13 892	18.4
Vila do Conde	22.3	18.7	49.5	9.5	13 094	20.1
Vila Nova de Gaia	20.2	17.5	52.6	9.6	49 208	19.7
Tâmega	25.3	20.1	44.7	9.9	101 215	19.5
Amarante	25.1	19.2	45.3	10.5	10 434	18.5
Baião	23.3	17.9	44.1	14.6	6 300	28.3
Cabeceiras de Basto	24.8	18.8	41.9	14.5	4 847	29.9
Castelo de Paiva	23.6	20.4	45.1	10.9	5 073	30.6
Celorico de Basto	25.4	18.9	41.4	14.3	6 287	29.5
Cinfães	22.6	17.9	43.5	15.9	6 519	28.0
Felgueiras	26.1	20.3	45.4	8.2	9 212	17.7
Lousada	26.5	20.7	45.3	7.4	6 519	15.1
Marco de Canaveses	25.2	20.7	44.2	9.9	8 577	17.7
Mondim de Basto	26.7	19.8	40.3	13.3	2 394	25.3
Pacos de Ferreira	25.3	21.0	46.9	6.7	6 032	13.4
Paredes	26.0	21.3	45.7	7.0	10 458	14.2
Penafiel	26.2	20.6	44.6	8.7	11 708	16.9
Resende	22.2	18.3	42.5	17.0	4 460	33.1
Ribeira de Pena	23.8	16.4	43.4	16.4	2 395	29.2
E. Douro e Vouga	22.1	18.2	49.4	10.3	54 404	21.4
Arouca	23.8	18.3	43.0	14.9	7 230	30.3
Feira	22.2	18.7	50.3	8.8	23 304	19.4
Oliveira de Azeméis	21.7	17.9	49.9	10.5	13 475	20.0
S. João da Madeira	21.8	17.1	51.8	9.2	4 701	25.1
Vale de Cambra	21.3	17.3	48.0	13.4	5 694	23.2

FONTES: R. Geral da População 1991 - Anuário estatístico da Região 1994 - INF

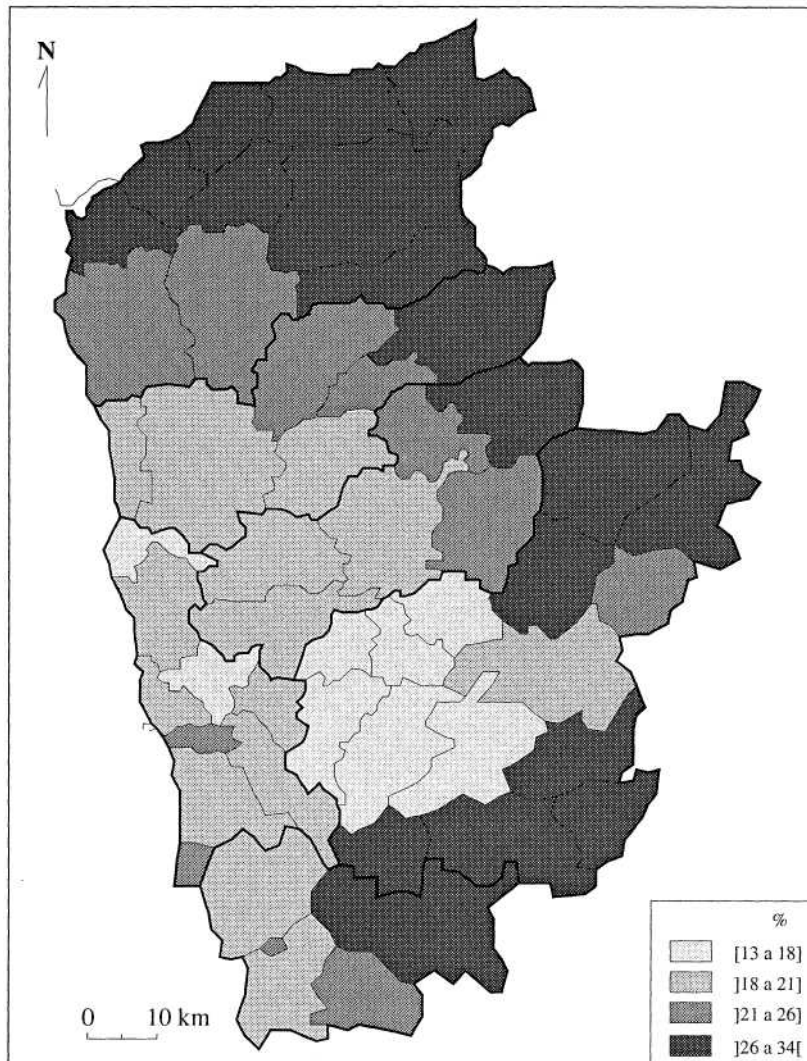


Fonte: INE - Censos 91.

Figura 15 — Número de pessoas com actividade económica por família, por concelho, no Noroeste de Portugal Continental (1991)

2 - 0 caminhos que a pluriactividade e o plurirrendimento vão trilhar num futuro próximo dependem, como facilmente se compreenderá, da conjugação de diversos factores.

Num registo situam-se os que são exógenos ao quadro familiar. Relevam para a discussão de estarmos ou não em presença de uma alteração significativa na conjuntura, quer como resultado da aplicação



Fonte: INE - Censos 91; INE - Anuário Estatístico da Região Norte, 1994.

Figura 16 — Peso relativo dos pensionistas no total da população residente, por concelho, no Noroeste de Portugal Continental (1992)

das políticas prescritas para o sector agrícola, a exemplo da nova PAC, quer ainda das recomposições resultantes do emergir de novos padrões locativos na distribuição espacial das unidades produtivas industriais ou mesmo dos serviços e das correlativas alterações territoriais dos ritmos de crescimento populacional.

Noutro registo, situam-se os que dizem respeito e podem, por isso,

ser circunscritos ao entendimento da trajectória ou trajectórias dos núcleos familiares, enquanto sistemas geradores duma possível e previsível redefinição do modelo ou modelos de produção e consumo. Vimos já anteriormente, a inadequação explicativa do raciocínio linear que, por partir apenas das questões relacionadas com a posse e transmissão do património, associava a perda patrimonial com o surgimento de situações de pluriactividade e de êxodo agrícola ou rural e onde a sobrevivência da exploração agrícola, representava sempre o fim a atingir. Se assim fosse, a pluriactividade não seria mais do que um fenómeno conjuntural, que iria esmorecendo à medida que a agricultura camponesa fosse substituída pela agricultura empresarial. Confinar a análise ao interior da família, enquanto lugar de produção e consumo, enquanto unidade que mantém apenas como referência a exploração, pode não configurar uma grelha analítica suficientemente flexível, capaz de tornar inteligível a transição de uma situação de unicidade família/exploração para uma outra de crescente complexificação das estratégias e trajectórias individuais. A panóplia de possibilidades que se geram a partir da generalização do trabalho feminino, do aumento da escolaridade, ou da vontade de ingresso precoce dos jovens no salariedade exterior à agricultura se desnucleariza a centralidade da família permite, no entanto, que a investigação se torne mais receptiva à pluralidade de situações que a pluriactividade encerra.

#### Bibliografia

- ALEXANDRE, Valentim (1993) *Os sentidos do império: Questão nacional e Questão colonial na crise do Antigo Regime português*, Porto, Ed. Afrontamento.
- ALLAIRE, G. (1988) "Le modele de développement agricole des années 1960", *Économie Rurale*, n.º 184-185-186, 171-181.
- ALMEIDA, Carlos A. (1978) *Arquitectura Românica de Entre-Douro e Minho*, dissertação de doutoramento, Vol. I, Porto, pol.
- ALMEIDA, João F. (1986) *Classes sociais nos campos: camponeses parciais numa região do Noroeste*, Lisboa, Ed. Instituto de Ciências Sociais, U. L..
- AMÍGO, Xavier (1988) 'Agricultura a temps parcial a l'alta muntanya catalana. El cas de l'Alt Urgell', *Documents D'anàlisi Geogràfica*, n.º 12, 99-115
- ARKLETON TRUST (1994) *Adaptation des ménages agricoles en Europe Occidentale 1987-1991*, 2 vol., Bruxelas, Commission Européenne.
- BADÍA, Joám C. (1990) *El atraso industrial de Galicia: Auge y liquidación de las manufacturas textiles, 1750-1900*, Barcelona, Ed. Ariel.
- BADOUIN, Robert (1971) *Économie Rurale*, Paris, Armand Colin.
- BAPTISTA, Fernando O. (1984) *Política agrária (anos trinta-1974)*, dissertação de doutoramento, 2 vol., Lisboa, pol.
- BAPTISTA, Fernando O. (1986) "Trabalhadores agrícolas e agricultores familiares", *Revista crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19 / 20, 411 - 450.
- BARROS, Afonso de (1982) "As características da pequena agricultura em Portugal", *La Question agrária*, n.º 5, Milão, 27-66.
- BARROS, Afonso de; MENDES Fernando R. (1983) "Formas de produção e estatutos do trabalho na agricultura portuguesa", *Análise social*, Vol. XIX, n.º 75, 57-78.
- BARROS, Henrique de (1975) *Os grandes sistemas de organização da economia*

- agrícola*, Lisboa, Sá da Costa.
- BARTHEZ, Alice (1982) *Famille, travail et agriculture*, Paris, económica.
- BARTHEZ, Alice (1982) "L'agricultura come produzione familiare in Francia", *La Question agrária*, n.º 5, Milão, 91-116.
- BARTHEZ, Alice (1987) "Família, actividad y pluriactividad en Ia agricultura", *Arkleton Trust, Cambio rural en Europe*, Madrid, Ed. MAPyA, 161 - 177
- BATEMAN, David; RAY, Cris (1994) "Farm pluriactivity and rural policy: Some evidence from Wales", *Journal of rural studies*, Vol. 10, n.º 1, 1-13.
- BRUN, André (1986) "Aspects macroéconomiques de la pluriactivité des familles agricoles", *Économie rurale*, n.º 171, 38-47.
- BRUN, André (1987) "Pluriactividad agraria en Francia: medidas y concepciones", *Arkleton Trust, Cambio rural en Europe*, Madrid, Ed. MAPyA, 247- 274
- BRUN, André (1989) La famille comme unité d'analyse du secteur agricole, *Économie rurale*, n.º 194, Nov- Dec.
- CABRAL, J. Pina (1984) "Comentários críticos sobre a casa e a família no Alto Minho rural", *Análise Social*, n.º 82 e 88.
- CABRAL, M. Villaverde (1981) "A ética dos estudos camponeses, notas breves para uma reflexão sobre o campesinato e o seu futuro em Portugal", *Revista crítica de Ciências Sociais*, n.º 7 e 8, 135 -148
- CABRAL, M. Villaverde (1983) "A economia subterrânea vem ao de cima; estratégias rurais perante a industrialização e a urbanização", *Análise Social*, n.º 76, 139 - 244.
- CABRAL, M. Villaverde (1987) "Pluriactivité et stratégies paysannes d'abandon de l'agriculture: deux exemples", *Information sur les Sciences Sociales*, 26, 2, SAGE, 319- 344.
- CALDAS, E. de Castro (1991) *A agricultura portuguesa através dos tempos*, Lisboa, Série Sociologia-2, INIC.
- CARVALHO, Agostinho de (1984) *Os pequenos e médios agricultores e a política agrária no período 1960-1975*, Oeiras, FCG, IGC, CEEA.
- CAVACO, Carminda (1980) *A agricultura a tempo parcial em Portugal, nota introdutória*, Lisboa, pol., CEGUL, INIC.
- CAVACO, Carminda (1981) *A pequena agricultura de complemento na periferia de Lisboa*, Lisboa, pol., CEGUL, INIC.
- CAVACO, Carminda (1981) "A pluriactividade na pequena agricultura portuguesa", Coimbra, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7 e 8, 171-193.
- CAVACO, Carminda (1985) "A agricultura a tempo parcial como "factor de estabilidade e paz social" em Portugal", Lisboa, *Finisterra*, vol XX, n.º 39, 47 -107
- CAVACO, Carminda (1985) "A população agrícola em Portugal, contribuição para o seu estudo", Lisboa, *Finisterra*, Vol. 20, n.º 40.
- CAVACO, Carminda (1985) "Agricultura a tempo parcial , contribuição para o seu estudo na região de Lisboa", Oeiras, FCG, CEEA.
- CAVACO, Carminda (1986) *Estagnação e mudança na agricultura portuguesa*, Lisboa, pol. CEGUL, INIC.
- CAVACO, Carminda (1991) "Agricultura moderna, ambiente e desenvolvimento rural na perspectiva comunitária", *Portugal: uma geografia em mudança?, Iº congresso de geografia portuguesa*, Lisboa, ed. APG, 71-96.
- CAVACO, Carminda (1991) "Considerações em torno do desenvolvimento rural numa perspectiva espaço-social", *Jornadas de desenvolvimento rural*, Ponte de Lima, IDARN, pol. , 57-90.
- CAVACO, Carminda (1993) "Da integração na PAC ao turismo cinegético", *Inforgo*, Lisboa, Associação Portuguesa de Geógrafos, 37-53.
- CAVACO, Carminda [coord.] (1983 e 1984) *Estudos de geografia rural de Portugal*, Lisboa, Vol I, e II, pol. CEGUL, INIC.
- CAVAZZANI, Ada (1982) "Il part-time e l'agricultura contadina nella società industriali: nuove prospettive di studio", *La Question agrária*, n.º5, Milão, 5-26.
- CHAMPION, A. G. [Ed.] (1991) *Counterurbanization: the changing pace and nature of population deconcentration*, -Londres, Edward Arnold.
- COELHO, Eusebio (1861) *Estatística do districto de Vianna do Castello*, Lisboa,

- Sup. boletim do MOPCI, Imprensa Nacional. COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1993) *A situação da agricultura na Comunidade, relatório de 1992*, Bruxelas. COMMISSION EUROPÉENNE (1994) *Europe 2000 +, Coopération pour l'aménagement du territoire européen*, Bruxelas, CE. COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES (1994) *The agricultural income situation in less favoured areas of the EC*, Bruxelas
- CORDOVIL, Francisco (1979) *Estrutura das explorações agrícolas, o produto agrícola bruto como instrumento de análise e determinação - ensaio para 1968-70*, Oeiras, I.G.C., C.E.E.A.. COSTA, A. Bruto da; MÁIA, Fernando (1985) "Segurança social em Portugal: principais características e análise dos seus efeitos redistributivos", *Desenvolvimento*, nº2, Instituto de estudos para o desenvolvimento, 81-114.
- CROSS, D. F. W. (1990) *Counterurbanization in England and Wals*, Avebury, DELORE, Bernard; LACOMBE, Philippe (1984) *La multiactivité des agriculteurs, conjoncture ou structure*, Paris, Association des ruralistes français. DOMINGUES, Alvaro (1986) "Economia e organização do espaço rural", *Cadernos do Noroeste*, Sociedade espaço cultura, Braga, Universidade do Minho, 39 - 65. DOMINGUES, Alvaro (1986) "Família e reprodução social: reflexões teóricas em torno da construção do objecto científico", P Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Ed. Fragmentos. DOMINGUES, Alvaro; MARQUES, Teresa (1987) "Produção industrial, reprodução social e território-materiais para uma tentativa de abordagem do Médio Ave", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, Coimbra, 125 - 142.
- EBOLI, M. Giuseppina (1994)- "Tempo parziale e pluriattività: gli sviluppi della ricerca e dell'informazione". *La Question agrária*, nº 53, Milão, 75-91 ENRICO, Pugliese (1985) "Statificazione Sociale e part-time", *La Question agrária*, nº18, Milão, 27-46. ETXEZARRETA, Miren; VILADOMIU, Lourdes (1987) "El escenario internacional y sus efectos sobre la estructura de las explotaciones y de los hogares agrícolas", *Arkleton Trust, Cambio rural en Europe*, Madrid, Ed. MAPyA, 27-44 FAO (1983) "Symposium sur la pluriactivité agricole en Europe" - Expériences et conceptions de projects de terrain, Vaiais, pol., Suíça. FILIPPIS, Fabrizio (1985) "Il part-time nel dibattito sulla statificazione aziendale deiragricoltura italiana", *La Question agrária*, nº18, Milão, 3-26.
- FORTUNA, Carlos (1987) "Desenvolvimento e sociologia histórica: Acerca da teoria do sistema mundial capitalista e da semiperiferia", *Sociologia-Problemas e Práticas*, Nº3, 163-195. FORTUNA, Carlos (1993) *O fio da meada, o algodão de Moçambique, Portugal e a economia-mundo (1860-1960)*, Porto, Ed. Afrontamento. FRAGATA, António (1989) *Diversidade e racionalidades dos agricultores do Vale do Sousa: As freguesias de Nespereira e Aveleda do concelho de Lousada*, Lisboa, pol., INIA. FULLER, A. M. (1990) "From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe", *Journal of rural studies*, Vol. 6, nº 4, 361-373. GAMA, António (1987) "Indústria e produção de um espaço periurbano", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, Coimbra, 33 - 54. GAMA, António (1992) "Urbanização difusa e territorialidade local", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, nº 34, 161 - 172 GAMA, António; SANTOS, Norberto; SERRA, Nuno (1992) "Esfera doméstica, urbanização e relações residencia-trabalho", Porto, *Actas do VI Colóquio Ibérico de Geografia*, Vol. I, 95-104. GASSON, R. (1991) "Part-time farming: A note on deflnitions - Comment", *Journal of agricultural economics*, vol. 42, nº2, 200-201. GENEAU DE LAMARLIÈRE, I. (1989) "Le marche commun agricole, essai de

- bilan géographique", *Revue Géographique de L'est*, nº 2, 97-116. GERALDES, Manuel (1913) *Monografia sobre a industria do linho no distrito de Braga*, Coimbra, Imprensa da Universidade. HALFACREE, Keith H. (1994) "The importance of the "rural" in the constitution of counterurbanization: evidence from England in the 1980s", *Sociologia ruralis*, Vol. XXXIV, nº 2-3, 164-189. HESPANHA, Pedro (1990) *A propriedade multiforme: Um estudo sociológico sobre a evolução recente dos sistemas fundiários em Portugal*. Dissertação de doutoramento, Coimbra, Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia.
- HILL, Berkley (1982) "Concepts and measurement of the incomes, wealth and economic well-being of farmers", *Journal of agricultural economics*, Vol XXXIII, nº 3, 311-324. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1993) *Portugal agrícola*, Lisboa.
- INE. KATRANIDIS, Stylianos; ANALYTIS, Minas (1988) "La pluriactivité des agriculteurs grecs: analyse du phenomene et propositions pour une politique agricole et regional", *Revue d'économie regional et urbaine*, nº 4, 665-674.
- KAYSER, Bernard (1990) *La renaissance rurale, Sociologie des campagnes du monde occidental*, Paris, Armand Colin. KAYSER, Bernard (1992) "L'avenir des espaces ruraux.. choix de société et volonté politique", *Futuribles*, nº 167, 3-27. KRIEDTE, Peter (1982) *Feudalismo tardio y capital mercantil*, Barcelona, Ed. Critica.
- LA.COMBE, Philippe (1968) "Reflexions sur l'agriculture a temps partiel", *Economie rurale*, nº 76, 91-98. LIMA, Aida V. de (1986) "A agricultura a tempo parcial em Portugal-uma primeira aproximação à sua quantificação", *Análise social*, Vol. XXII, nº 91, 371-379. LIMA, Aida V. de (1990) "Agricultura de pluriactividade e integração espacial", *Sociologia-Problemas e Práticas*, nº 8, 55-61.
- LOURENÇO, Nelson (1991) *Família rural e indústria*, Lisboa, Ed. Fragmentos.
- LUND, P. J. (1991) "Part-time farming: A note on definitions", *Journal of agricultural economics*, vol. 42, nº 2, 196- 199. M. O. P. C. I. (1889) *Inquérito sobre o estado da indústria da tecelagem na cidade do Porto e situação dos respectivos operários*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- MAGALHÃES, M. Madalena (1984) *A pluriactividade no vale do Ave*, Porto, pol., MAI/CCRN. MAGALHÃES, M. Madalena (1988) "A indústria no Porto na primeira metade do séc. XIX", *Revista da Faculdade de Letras -Geografia*, I Série, Vol. IV, Porto, 111-154. MALHEIRO, M.; MENDES, A.; MARTA, A. (1987) *Projecto de pluriactividade do Alto Minho*, Viana do Castelo, pol., MARQUES, Helder (1987) "Região demarcada dos vinhos verdes", *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*, I Série, Vol. III, Porto, 135-242.
- MARQUES, Helder; FERNANDES Mário; MARQUES, Teresa; BANDEIRA, Miguel (1992) "Dois exemplos de configurações espaciais no Noroeste: Vales do Ave e Lima", *VI Colóquio Ibérico de Geografia*, Texto de apoio às saídas de estudo, Porto, pol. MARQUES, Helder; MARTINS, Luís (1992) "Reestruturação vitícola e turismo no espaço rural da Ribeira Lima", *Actas do VI Colóquio Ibérico de Geografia*, vol. I, Porto, 211-215. MARQUES, Teresa (1988) "Sistema produtivo industrial e território: um estudo da têxtil em Guimarães", *Revista da Faculdade de Letras -Geografia*, I Série, Vol. IV, Porto, 55-103. MARTINEZ, R. Viruela (1987) "Agricultura a tempo parcial en Espana", *Estudios Geográficos*, Tomo XLVIII, nº 187, Madrid, 211- 238 MARTINS, J. Silva (1973) *Estruturas agrárias em Portugal Continental*, 2 vol. ,



- Lisboa, Prelo Editora. MATOS, M. Cristina (1991) *A economia da pequena agricultura no noroeste português- algumas contribuições*, dissertação de doutoramento, Porto, pol.
- MENDRAS, Henri (1967) *La fin des paysan, innovation et changements dans l'Agriculture française*, Paris, SEDEIS, Futuribles. MENDRAS, Henri (1978) *Sociedades camponesas*, Rio de Janeiro, Zahar editores. MORAN, Warren; BLUNDEN, Greg; GREENWOOD, Julie (1993) "The role of family farming in agrarian change", *Progress in Human Geography*, n<sup>o</sup> 17, 1, 22-42. NOVAIS, Ana (1993) *Os operários dos estaleiros navais de Viana do Castelo e a agricultura*, Viana do Castelo, Ed. Centro Cultural do Alto Minho. O'HARA, Patricia (1987) "Dentro de la "caja negra": la necesidad de examinar la dinámica interna de las explotaciones agrarias familiares", *Arkleton Trust, Cambio rural en Europe*, Madrid, ed. MAPyA, 179 - 182 OCDE (1978) *L'Agriculture à temps partiel dans les pays de L'OCDE*, Paris, Rapport General. OLIVEIRA, E. V.; GALHANO, F.; PEREIRA, B. (1978) *Tecnologia tradicional Portuguesa : O linho, Etnologia-1*, Lisboa, I. N. I. C. , Centro de Estudos de Etnologia. PIERONI, Osvaldo (1982) "Articulation territoriale e figure sociale deiragricultura a tempo parzial in Itália", *La Question agrária*, n<sup>o</sup> 5, Milão, 117- 139. PINTO, J. Madureira (1985) *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos: Elementos de teoria e de pesquisa empírica*, Porto, Ed. Afrontamento. PIRES, A. da Rosa (1987) *Part-time Farming and rural development. A regional perspective of Portugal*, Ph. D. Thesis, University of Wales, Institute of Science and Technology. PIRES, R. Pena (1990) "Semiperiferia versus polarização? Os equívocos do modelo trimodal", *Sociologia-Problemas e Práticas*, N<sup>o</sup>8, 81-90. REIS, José (1992) *Os espaços da indústria, a regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal*, Porto, ed. Afrontamento. REIS, José; HESPANHA, Pedro; PIRES, A. Rosa; JACINTO, Rui (1990) "How "rural" is agricultural Pluriactivity?" *Journal of rural studies*, Vol. 6, n<sup>o</sup> 4, 395-399. SAMOUCO, André (1993) "O Estado- providência e a sociedade rural. Revalorização de recursos e reordenamento de estratégias num novo contexto: a agricultura de pluriactividade", *Análise Social*, vol. XXVIII (121) , 391-408. SANTOS, Boaventura de S. (1985) "Estado e Sociedade na semiperiferia do Sistema Mundial : o caso português", *Análise Social*, n<sup>o</sup> 87-88-89, 869-901. SARACENO, Elena (1985) "II part-time nell 'agricoltura dei paesi occidentali", *La Question agrária* , n<sup>o</sup>18, Milão, 47-64. SARACENO, Elena (1987) "La evolución de las estructuras agrarias y el papel de la pluriactividad en los procesos de industrialización antiguos y actuales", *Arkleton Trust, Cambio rural en Europe*, Madrid, Ed. MAPyA, 117 - 132. SILVA, Augusto S. (1991) *Tempos cruzados: um estudo interpretativo da cultura popular*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, pol. ISCTE. SOLER, L. G.; VALCESCHINI, E.; WISNER, C. (1987) "La pluriactividad en las explotaciones de grandes cultivos. El caso de Picardia" *Arkleton Trust, Cambio rural en Europe*, Madrid, Ed. MAPyA, 297 - 306. TELES, Basílio (1993) *Carestia da vida nos campos, cartas a um lavrador*, Porto, Livraria Chardron, Lello & Irmão Ed. TICKELL, Adam; PECK, Jamie A. (1992) "Accumulation, regulation and the geographies of post-fordism: missing links in regulationist research", *Progress in Human Geography*, n<sup>o</sup> 16, 2, 190-218

## Resumo

Este artigo procura discutir a questão da progressiva perda de importância da agricultura nas áreas rurais do NO de Portugal. Para além do decréscimo que ocorreu a nível do emprego, registou-se também, no passado recente, uma crescente subalternidade da agricultura no contributo para o rendimento global das famílias.

No pós - guerra e praticamente até meados da década de 70, a matriz teórica dominante postulava a grande exploração, gerida de forma empresarial, como o modelo de modernização da agricultura, sendo a agricultura a tempo parcial e a pluriactividade entendidas como fenómeno marginal e transitório. No entanto a progressiva desertificação humana, sobretudo das áreas de montanha, reequacionou a problemática da pluriactividade, erigindo-a agora como questão central para o desenvolvimento rural.

Para o caso concreto do NO de Portugal, procura-se avaliar o impacto da pluriactividade nos processos, territorialmente distintos, de desruralização, desde o período de aceleração da industrialização de finais do séc. passado, até à actualidade.

## Résumé

Cet article cherche à discuter la question de la progressive déprise agricole dans les contrées rurales du Nord-Ouest du Portugal. Il y a eu perte au niveau de l'emploi et plus récemment, on vérifie aussi la position secondaire de la part de l'agriculture dans le revenu global des familles.

De 1945 à la moitié des années 1970, la macrostructure théorique dominante postulait que la grande exploitation gérée comme une entreprise serait le modèle de la modernisation de l'agriculture, ou le travail à temps partiel et la pluriactivité étaient considérés comme un phénomène marginal et transitoire. Cependant, le dépeuplement progressif, surtout important dans les régions de montagne, a permis de réexaminer la problématique de la pluriactivité, érigée maintenant comme facteur essentiel du développement rural.

Dans le cas concret du Nord-Ouest du Portugal, on cherche à évaluer l'impact de la pluriactivité dans les divers processus territoriaux de déruralisation, de la fin du XIX siècle, période d'intense industrialisation, à nos jours.